

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa Companhia Nacional de Abastecimento – Conab



Superintendência Regional da CONAB nos estados da Bahia e de Sergipe



Salvador, 2012

JOSÉ ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD
JOSÉ CARLOS VAZ
Presidente

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
EDILSON GUIMARÃES
JOSÉ GERARDO FONTELLES
CARLOS CARBONI
Membros

CONSELHO FISCAL – CONFIS
FRANCISCO WAYNE MOREIRA
GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO
RENATA LIMA DE CARVALHO
Membros

Diretoria Colegiada
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente
ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor Administrativo
JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Financeiro
MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento
SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

PAULO RICARDO GRAZZIOTIN GOMES
Auditor Interno
WALLBER MIRANDA CASTRO
Ouvidor

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA E SERGIPE

ROSE EDNA MATA VIANNA PONDÉ
Superintendente Regional

JASSILENE MATOS DO NASCIMENTO
Gerente de Finanças e Administração

MARIO ALVES DA SILVA
Gerente de Operações

MARCELO RIBEIRO
Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 108/2010, da Portaria TCU n.º 123/2011 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

Salvador, maio/2012

SUMÁRIO

<u>1. Informações Básicas sobre a UJ</u>	
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	18
1.2. Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos	20
1.2.1. Planejamento Estratégico.....	20
1.2.2. Breve Análise dos Principais Macroprocessos.....	22
1.2.2.1. Macroprocesso de Sustentação da Renda.....	22
1.2.2.2. Macroprocesso de Promoção do Abastecimento.....	23
1.2.2.3. Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento.....	24
1.2.2.4. Macroprocesso de Atendimento a Parceiros.....	24
1.2.2.5. Macroprocesso de Prestação de Serviços.....	25
1.2.2.6. Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos.....	26
1.2.2.7. Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	26
1.2.3. Principais Resultados Estratégicos Previstos.....	27
<u>2. Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão</u>	27
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	27
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios	28
<u>3. Sustentação de Renda</u>	29
3.1. Instrumentos para Sustentação de Renda.....	29
3.2. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	31
<u>4. Promoção do Abastecimento</u>	35
4.1. Atuação da Companhia.....	35
4.2 Ações desenvolvidas.....	37
4.2.1 Alienação dos Estoques da PGPM.....	37
4.2.2 Apoio à Comercialização com Subvenção.....	42
4.2.3. Doação de Produtos Alimentícios.....	43
<u>5. Articulação e Organização do Abastecimento</u>	44
5.1. Prohort.....	45
5.2. REFAP.....	47
5.3. Indicador de Desempenho.....	49
<u>6. Prestação de Serviços</u>	49
6.1. Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros.....	49
6.2. Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros.....	50
6.3. Demonstrativo do Resultado da Armazenagem.....	51
<u>7. Administração de Estoques Públicos</u>	53
7.1. Rede Armazenadora.....	53
7.1.1. Estoques Depositados nas Unidades Próprias.....	54
7.1.2 Estoques Depositados nas Unidades de Terceiros.....	54
7.1.3. Capacidade Estática de Armazenagem Nacional.....	54
7.1.4. Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador.....	60
7.2 Atividade de Fiscalização.....	60
7.2.1. Fiscalização dos Estoques Públicos.....	61
7.2.2. Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda.....	62
7.2.3. Avaliação Física e Geral dos Armazéns.....	62
7.2.4. Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos	62
7.3 Atividade de Movimentação de Estoques.....	62
<u>8. Gestão Estratégica</u>	67
<u>9. Geração e Difusão de Informações</u>	68
<u>10. Gestão de Pessoas</u>	77
10.1. Distribuição de Empregados.....	77
10.2. Comunicação Interna.....	78
10.3. Melhoria do Clima Organizacional.....	78
10.4. Ações de Capacitação.....	79
10.5. Composição e Custos de Pessoal.....	82

10.5.1. Admissões, Demissões e Transferências	86
10.5.2. Perspectivas de Aposentadoria	86
10.5.3. Recomposição do Quadro de Pessoal.....	87
10.5.4. Composição do Quadro de Estagiários.....	87
10.5.5. Custos de Pessoal.....	87
10.5.6. Mão de Obra Terceirizada	88
11. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil ..	89
11.1. Análise da Execução Física e Orçamentária.....	89
11.1.1 (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes ..	89
11.1.1.2 Indicadores do SAS.....	91
11.1.2.1. (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	92
11.1.2.2. Indicadores do SAS - Exames Periódicos.....	94
11.1.3.1. (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	94
11.1.3.2. Indicadores.....	96
11.1.4.1. (2011) Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados.....	96
11.1.4.2. Indicador de desempenho.....	98
11.1.5.1.- (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.....	98
11.1.6.1. (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.....	100
11.1.7.1. (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	102
11.1.7.2 Indicador de desempenho.....	104
11.1.8.1.(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.....	104
11.1.9.1. (2130) Formação de Estoques Públicos.....	106
11.1.10.1 - (2272) Gestão e Administração do Programa.....	108
11.1.11.1 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	114
11.1.12.1 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.....	115
11.1.13.1. (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas.....	118
11.2. Análise das Inscrições em Restos a Pagar	120
11.3. Transferências Recebidas e Realizadas no Período.....	125
11.4. Transferências mediante convênios.....	125
11.5. Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76.....	125
11.6. Composição dos Investimentos da Empresa	143
11.7. Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	146
11.8. Parecer de Auditoria Independente	149
12. Governança e Controles	153
12.1. Informações sobre o Controle Interno	153
12.2. Providências Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo	154
12.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna	154

LISTA DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
AGF – Aquisição do Governo Federal
Art. - Artigo
ASG - Auxiliares de Serviços Gerais
ATR - Açúcar Total Recuperável - ATR
AUDIN - Auditoria Interna
Av. - Avenida
BA – Bahia
BACEN - Banco Central do Brasil
BD – Benefício definido
BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuro
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAMEX - Câmara de Comércio Exterior
CDA - Certificado de Depósito Agropecuária
CDAF - Compra Direta da Agricultura Familiar
CDAF - Compra Direta da Agricultura Familiar
CDBS – Certificados de Depósito Bancário
CDI - Certificados de Depósito Interbancário
CEASAS – Centrais de Abastecimentos
CetipNet - Plataforma eletrônica de negociação de títulos e valores mobiliários da Câmara de Custódia e Liquidação
CFP - Companhia de Financiamento da Produção
CGPC – Conselho de Gestão da Previdência Social
CGU – Corregedoria Geral da União
CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento
CIBRIUS - Instituto Conab de Seguridade Social
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefício
COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONSAD - Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSECANA - Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Alcool
Conced. Concedido

Cp. - Capacidade
CPR – Compra da Agricultura Familiar
CPR-Doação - Compra Especial da Agricultura familiar
CPR-Estoque - Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
CV - Contribuição Variável
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
Dec. - Decreto
DDI futuros – Contratos Futuros Negociados na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros)
DERAL - Departamento de Economia Rural
DEST - Departamento de Controle de Governança das Empresas Estatais
DEVCOCAST -(acrônimo) Projeto GeonetCast para e por países em desenvolvimento
DI - Contratos Futuros Negociados na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros)
DIAFI – Diretoria Administrativa e Financeira
DIFIN - Diretoria Financeira
DIPAI - Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIRAB - Diretoria de Operações e Abastecimento
DIRAD - Diretoria Administrativa
Dist. - Distrito
DOU – Diário Oficial da União
DPGE – Depósito a Prazo com Garantia Especial
DRE – Demonstrativo de Resultado do Exercício
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar
EMATER - Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina
Equip. - Equipamento
FIDCs - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios
FIF – Fundo de Investimento Financeiro
FIs -Fundo de Investimento
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GEARE - Gerência de Avaliação de Resultados
GEASA - Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
GEBEM - Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
GECAD - Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAD - Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAP - Gerência de Capacitação e Desenvolvimento

GECON – Gerência de Contabilidade

GEDES – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico

GEFAD – Gerência de Finanças e Administração

GEFIS - Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais

GEHOR - Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro

GEOPE – Gerência de Operações

GEOSAFRAS – Projeto tecnológico que tem como finalidade estimar, por meio de uma rede multi-institucional, áreas cultivadas e produtividade agrícola com uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS - Global Positioning System e SIG - Sistema de Informações Geográficas)

GEPES – Gerência de Pessoal

GEPRI - Gerência de Parcerias Institucionais

GEVEP - Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados

GPS – Global Position System (Sistema de Posicionamento Global)

Ha - hectare

HSBC – Banco

IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço

IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado

INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

ISS – Imposto Sobre serviço

Jd. Jardim

JRC – Joint Research Center

Km – Quilometro

LFT-B – Letras Financeiras do Tesouro – série B

LOA – Lei Orçamentária Anual

MAB - Master of Business Administration

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MI - Ministério da Integração Nacional

MOC - Manual de Operações da Conab

Mov. - Movimento

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MPS – Ministério da Previdência Social

Mtb – Ministério do Trabalho e Emprego

Nº. - número

NR – Norma Regulamentadora

NTN-B – Notas do Tesouro Nacional – série B

NTN-C - Notas do Tesouro Nacional – série C

OAN - Ouvidoria Agrária Nacional

Obrig. - Obrigação

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAANet - Aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos.

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários

PDV - Pedido de Demissão Voluntária

PDVI - Pedido de Demissão Voluntária e Incentivada

PEP – Prêmio para o Escoamento de Produto

PEPRO - Prêmio Equalizador pago ao Produtor

Perm. - Permanente

PESOJA - Prêmio Equalizador da Soja

PGPAF -Preços de Referência para a Agricultura Familiar

PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos

PI – Piauí

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar

PROGE - Procuradoria Geral

PROHORT - Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar

PROP – Prêmio de Risco de Opção Privada

PTRES – Programa de Trabalho Resumido

Qtde – Quantidade

R\$ - Real

Receb. Recebido

REFAP - Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos

Rod – Rodovia

RP – Restos a Pagar

SAS – Serviço de Assistência à Saúde

SE – Sergipe

SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná

SEAGRI – Secretaria de Agricultura do Estado de Sergipe

SEAPE – Serviço de Apoio ao Empresário

SECOF - Setor Fiscal e Setor Contábil

SECOM – Setor de Operações Comerciais

SEDEC - Secretaria Nacional de Defesa Civil

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SEOPE – Setor de Operações de Estoques

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção a Igualdade Racial

SEREH – Setor de Recursos Humanos

SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SETAD – Setor Administrativo

SFC - Secretaria Federal de Controle Interno

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SIAPE – Sistema de Administração de Pessoal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICAF -Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores

SICONV – Sistema de Convênio do Governo Federal

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SIMEPAR - Sistema Meteorológico do Paraná

SINAC - Sistema Nacional de Comercialização

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal ..

SIPES – Sistema Integrado de Pessoal

SISAC- Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissões e Concessões

SPA - Secretaria de Política Agrícola

SPC - Secretaria de Previdência Complementar

SUARM - Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques

SUCON - Superintendência de Contabilidade

SUFIN - Superintendência de Finanças

SUFIS - Superintendência de Fiscalização de Estoques

SUGOF - Superintendência de Gestão da Oferta

SUINF - Superintendência de Informações do Agronegócio

SUMAJ - Subprocuradoria de Matéria Judicial

SUMOC - Superintendência de Modernização e Capacitação

SUOPE - Superintendência de Operações

SUPAB - Superintendência de Abastecimento Social

SUPOR - Superintendência de Orçamento e Avaliação

SUREG – Superintendência Regional

SUREH - Superintendência de Recursos Humanos

T – tonelada

TCU – Tribunal de Contas da União

TPF - Tabela de Participação Financeira

TR – Taxa Referencial

Trib. - Tributária

UAs – Unidades Armazenadoras

UF – Unidade da Federal

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Unid – Unidade

Var. - Variação

VEP - Valor de Escoamento do Produto

WA - Warrant Agropecuário

Lista de Quadros

Título	Página
Quadro I: Identificação da Unidade	18
Quadro II: Estrutura corporativa da UJ	20
Quadro III: Mapa Estratégico Corporativo	21
Quadro IV: Macroprocesso de Sustentação da Renda	23
Quadro V: Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	23
Quadro VI: Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	24
Quadro VII: Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	25
Quadro VIII: Macroprocesso de Prestação de Serviços	25
Quadro IX: Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	26
Quadro X: Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	27
Quadro XI: Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos Região Nordeste	31
Quadro XII: Evolução dos Recursos Aplicados pela Conab no PAA	33
Quadro XIII: Aquisições por meio da CDAF	34
Quadro XIV: Aquisições por meio da CPR-Estoque	34
Quadro XV: Aquisições por meio da CPR-Doação	34
Quadro XVI: Vendas em Leilões Públicos	37
Quadro XVII: Evolução das Quantidades Vendidas	38
Quadro XVIII: Demonstrativo de Comercialização pelo VEP	39
Quadro XIX: Evolução das Quantidades Vendidas – VEP	39
Quadro XX: Evolução do Programa Vendas em Balcão	41
Quadro XXI: Demonstrativo de Vendas pela REFAP	42
Quadro XXII: Evolução da Comercialização de Estoques Públicos pela Refap	42
Quadro XXIII: Demonstrativo de Comercialização pelo PEP	43
Quadro XXIV: Evolução das Quantidades Negociadas – PEP	43
Quadro XXV: Tela Principal do Sítio Ceasa	46
Quadro XXVI: Tela de Pesquisa do Sítio Ceasa	47
Quadro XXVII: Evolução dos Estoques Armazenados, por Propriedade	50
Quadro XXVIII: Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros	51
Quadro XXIX: Demonstrativo do Resultado do Exercício	52
Quadro XXX: Evolução do Índice de Ocupação	52
Quadro XXXI: Estoques de Terceiros	53

Quadro XXXII: Cronograma de Investimentos para Certificação das Unidades Armazenadoras	54
Quadro XXXIII: Demonstrativo da Capacidade Estática de Armazenagem	55
Quadro XXXIV: Rede Armazenadora Instalada	55
Quadro XXXV: Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Localização	56
Quadro XXXVI: Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Entidade	56
Quadro XXXVII: Evolução da Capacidade Estática x Produção Agrícola	57
Quadro XXXVIII: Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques	61
Quadro XXXIX: Remoções, por Vínculo do Produto	63
Quadro XL: Remoções, Motivo Gerador	64
Quadro XLI: Remoções, por Produto	65
Quadro XLII: Demonstrativo das Remoções Contratadas	65
Quadro XLIII: Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS	66
Quadro XLIV: Posição dos Estoques Públicos –Bahia e Sergipe	67
Quadro XLV: Séries de Custos de Produção	69
Quadro XLVI: Evolução do Número de Séries de Custo de Produção Produzidas	70
Quadro XLVII: Demonstrativo da Área e da Produção Agrícola – Safras 2010/11 e 2011/12	71
Quadro XLVIII: Balanço de Oferta e Demanda	73
Quadro XLIX: Demonstrativo da Produção de Café – Safras 2010 e 2011	74
Quadro L: Estimativa da Produção de Café – Safra 2012(*)	75
Quadro LI: Demonstrativo da Área Cultivada e Produção de Cana de Açúcar	76
Quadro LII: Estimativa de Produção de Açúcar e Etanol	76
Quadro LIII: Treinamento, por Área de Conhecimento (Este quadro foi enviado junto com a Ação de Capacitação)	80
Quadro LIV: Indicadores de Capacitação	80
Quadro LV: Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional	83
Quadro LVI: Evolução do Número de Empregados	84
Quadro LVII: Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual Situação Apurada em 31/12/2011	84
Quadro LVIII: Demonstrativo por Nível de Enquadramento	85
Quadro LIX: Demonstrativo por Nível de Escolaridade	85
Quadro LX: Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ	86
Quadro LXI: Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	86
Quadro LXII: Composição do Quadro de Estagiários	87

Quadro LXIII: Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011	88
Quadro XLIV: Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva	89
Quadro LXV: Demonstrativo da Execução da Ação 2004 (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes)	90
Quadro LXVI: Execução Física e Orçamentária do Serviço de Assistência à Saúde	90
Quadro LXVII: Elementos de Despesas do SAS	91
Quadro LXVIII: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde	91
Quadro LXIX: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde	92
Quadro LXX: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde	92
Quadro LXXI: Demonstrativo da Execução da Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	93
Quadro LXXII: Percentual de Atendimento no SAS – Exames Periódicos	94
Quadro LXXIII: Demonstrativo da Execução da Ação 2212 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	95
Quadro LXXIV: Execução Física e Orçamentária do Auxílio-Alimentação	95
Quadro LXXV: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação	96
Quadro LXXVI: Percentual da Execução Financeira do Auxílio-Alimentação	96
Quadro LXXVII: Demonstrativo da Execução da Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	97
Quadro LXXVIII: Execução Física e Orçamentária do Auxílio Transporte	98
Quadro LXXIX: Percentual de Execução do Auxílio Transporte	98
Quadro LXXX: Demonstrativo da Execução da Ação 4702	99
Quadro LXXXI: Elementos de Despesas - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	99
Quadro LXXXII: Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada	100
Quadro LXXXIII: Demonstrativo da Execução da Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	101
Quadro LXXXIV: Demonstrativo dos Treinamentos Realizados por Área de Conhecimento, Número de Treinandos e Carga Horária na Sureg-BA/SE	101
Quadro LXXXV: Execução Física e Orçamentária da Capacitação de Servidores	102
Quadro LXXXVI: Elementos de Despesas da Capacitação de Servidores	102
Quadro LXXXVII: Demonstrativo da Execução da Ação 0022 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	103
Quadro LXXXVIII: Elementos de Despesas com Cumprimento de Sentença Judicial	103

Quadro LXXXIX: Percentual Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais	104
Quadro XC : Demonstrativo da Execução da Ação 2137 – Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares	105
Quadro XCI: Demonstrativo dos Estoques Fiscalizados	105
Quadro XCII: Fiscalização dos Instrumentos de Comercialização	106
Quadro XCIII: Elementos de Despesas com Fiscalização	106
Quadro XCIV: Demonstrativo da Execução da Ação 2130 – Formação dos Estoques Públicos	107
Quadro XCV: Remoções de Produtos dos Estoques Públicos – PGPM	107
Quadro XCVI: Demonstrativo da Execução Financeira	108
Quadro XCVII: Demonstrativo da Execução da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa	109
Quadro XCVIII: Demonstrativo da Execução de Despesas	110
Quadro XCIX: Variação da Execução das Despesas	111
Quadro C: Pregões Eletrônicos	112
Quadro CI: Demonstrativo dos Contratos Vigentes em 2011	113
Quadro CII: Demonstrativo da Execução da Ação 2829 – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	114
Quadro CIII: Demonstrativo de Aquisições, Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras	114
Quadro CIV: Demonstrativo da Execução da Ação 4711 – Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	115
Quadro CV: Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2009/10 e 2010/11 – Bahia	116
Quadro CVI: Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2009/10 e 2010/11 – Sergipe	117
Quadro CVII: Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2010/11 e 2011/12 – Bahia	117
Quadro CVIII: Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2010/11 e 2011/12 – Sergipe	118
Quadro CIX: Elementos de Despesas com Avaliações de Safras	118
Quadro CX: Demonstrativo da Execução da Ação 4710 – Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	119
Quadro CXI: Produtos Comercializados na REFAP	119
Quadro CXII: Elementos de Despesas com a REFAP	120
Quadro CXIII: Restos Pagar a Pendentes	120
Quadro CXIV: Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos	123

por movimentação

Quadro CXV: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação 124

Quadro CXVI: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros 147

Quadro CXVII: Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ 147

Apresentação

Apresentamos o Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, nos Estados da Bahia e Sergipe, relativo ao exercício de 2011 elaborado de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa TCU n.º 63/10 de 1º de setembro de 2010, Decisão Normativa TCU n.º 108/10, Portaria TCU n.º 123/10 e nas orientações constantes na Portaria CGU n.º 2.546/10.

Convém destacar que os indicadores de desempenho estão sendo desenvolvidos pela Matriz da Companhia, com a participação de técnicos de diversas áreas. Foram propostos alguns indicadores que ainda estão em fase de análise nas diversas Superintendências de Área, com o intuito de verificar se atendem aos requisitos de qualidade, tais como: Validade, Comparabilidade, Estabilidade, Homogeneidade, Praticidade, Independência, Confiabilidade, Seletividade, Compreensão, Completude, Economicidade, Acessibilidade, Tempestividade e Objetividade. Oportunamente, os indicadores produzidos entrarão em fase de teste de aplicabilidade, podendo, no futuro, serem utilizados nas Superintendências Regionais da Companhia. Encaixam-se nesse contexto, os seguintes itens do Anexo II, Parte D, da DN 108/10: 3.3, 4.3, 6.4 e 7.4, circunstância bastante motivadora da renumeração dos itens no presente documento. Já os itens 8, 10.1, parte do item 11.5, o item 11.6 e parte do item 12.1, são assuntos que serão abordados no Relatório de Gestão a ser apresentado pela Matriz da Companhia, assim como os itens das Partes A, B e C da citada norma.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou termos de cooperação firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

No exercício de 2011 não houve a necessidade de intervenção da CONAB na aquisição direta dos produtores rurais, devido ao comportamento dos preços praticados no mercado que se mantiveram acima dos preços mínimos estipulados pelo Governo Federal para as principais culturas, exceção para a cultura do sisal que foi amplamente subvencionada com o Prêmio para Ecoamento de Produto.

Também aplicamos subvenção direta para os produtores de cana-de-açúcar e para os extrativistas de piaçava bruta.

A Sureg-BA/SE, no exercício de 2011 realizou a doação de toneladas de alimentos, beneficiando diversas famílias nos Estados da Bahia e Sergipe.

No exercício de 2011, realizamos ações para a implementação da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP nos bairros do subúrbio de Salvador, objetivando a implantação de uma nova central de negócios; bem como, fiscalização dos estoques governamentais.

Dentre os planos e projetos para o exercício de 2012, temos a realização dos procedimentos necessários para a compra de imóvel para abrigar a sede da Superintendência Regional da Bahia. Além disto, no exercício 2011 foi realizada a venda do imóvel da Companhia onde se situava a antiga sede, no bairro de Sete Portas.

Por fim, ressaltamos que este Relatório procura enfatizar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Sureg Bahia e Sergipe para continuar cumprindo a sua missão institucional de **“contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”**.

Rose Edna Mata Vianna Pondé
Superintendência Regional da Bahia e Sergipe
Superintendente Regional

1 – Informações Básicas sobre a UJ

1.1. - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro I: Identificação da Unidade

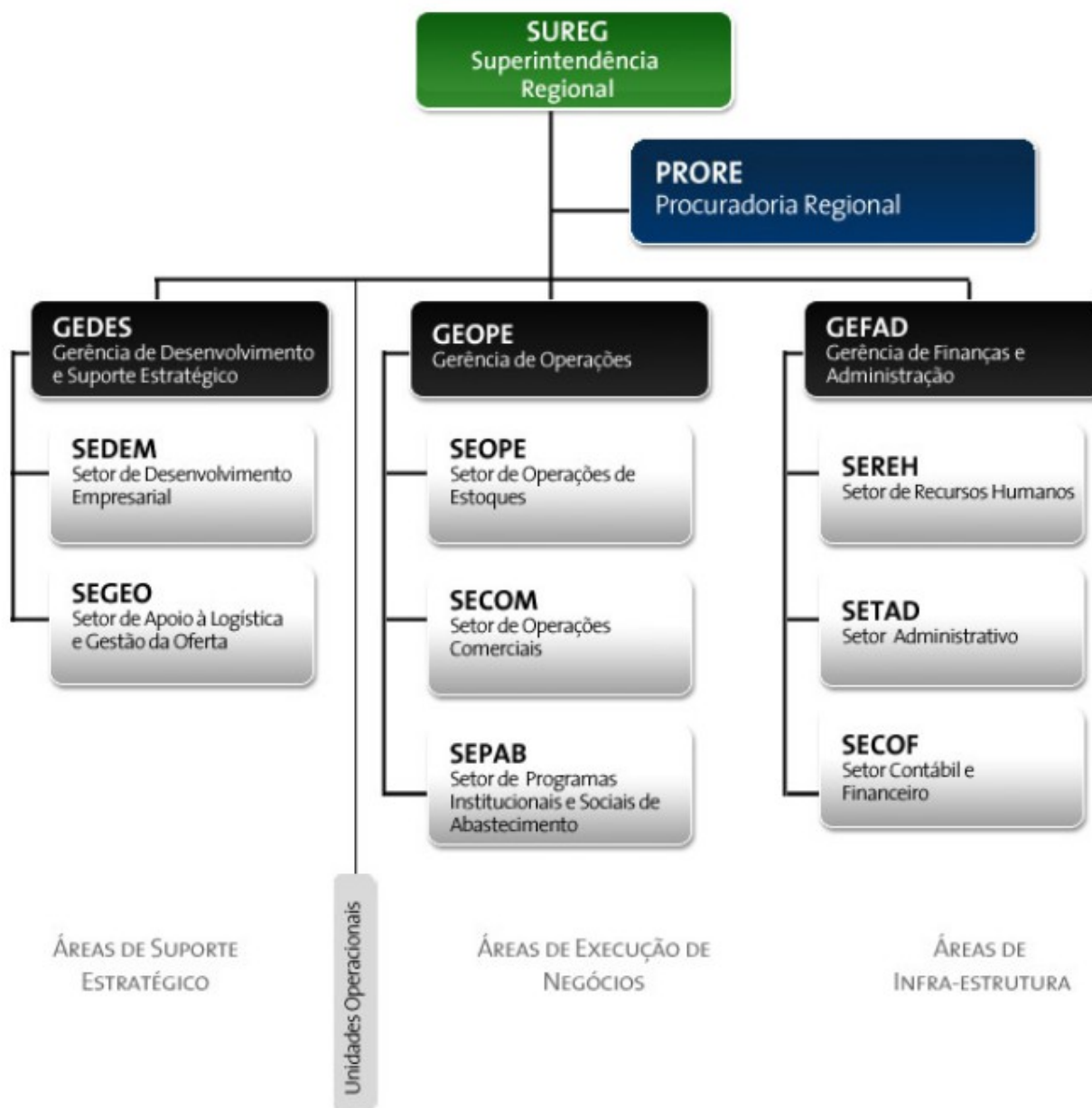
PODER E ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		Código SIORG: 14	
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento – Superintendência Regional da Bahia e Sergipe			
Denominação abreviada: Conab - Sureg/BA/SE			
Código SIORG: 87209	Código LOA: NÃO SE APLICA	Código SIAFI: 135101	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	71 3417-8630	71 3417-8631	71 3417-3620
Endereço Eletrônico: ba.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Av. ACM, nº 3840, Ed. Capemi, Bl. A, 4º Andar, Pituba Salvador/Bahia, CEP 41.820-920			
NORMAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA			
1. Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada A Conab é constituída nos termos do art. 19 da Lei n.º 8.029 de 12.04.90, regulamentada pelo Decreto n.º 99.944, de 26.12.90. A última alteração do Estatuto Social foi aprovada por meio do Decreto n.º 6.407, de 24/03/08. A Superintendência Regional da Conab nos Estados da Bahia e Sergipe, é parte integrante da estrutura organizacional da Conab e foi criada mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em Reunião Extraordinária, realizada em 10 de janeiro de 1991.			
2. Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada a) Norma 10102 - Estatuto Social b) Norma 10104 – Regimento Interno c) Lei nº 9.973/2000 – Lei de Armazenagem de Produtos Agrícolas			
3. Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Nº	DENOMINAÇÃO		
10108	Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos		
30101	Armazenagem		

30105	Aquisição do Governo Federal – AGF
30107	Certificado de Depósito Agropecuária – CDA e Warrant Agropecuário – WA
30201	Remoção de Produtos
30301	Regulamento de Armazenagem – Ambiente Natural
30401	Regulamento de Armazenagem – Ambiente Artificial
30506	Securitização
30507	Contrato de Opção
30508	Prêmio Equalizador Pago ao Produtos Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO
30601	Compra Direta da Agricultura Familiar
UNIDADES GESTORAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA	
Código Siafi	Nome
135103	Unidade Armazenadora de Itaberaba
135110	Estoque Estratégico Sergipe
135111	PGPM Sergipe
135112	PGPM Bahia
135113	Estoque Estratégico Bahia
135114	Unidade Armazenadora de Irecê
135416	Unidade Armazenadora de Itabaiana
135425	Mercado de Opções Bahia
135426	Mercado de Opções Sergipe
135558	PAA Bahia
135564	Unidade Armazenadora de Entre Rios
135565	Unidade Armazenadora de Ribeira do Pombal
135566	Unidade Armazenadora de Teixeira de Freitas
135572	PAA Sergipe
135584	Unidade Armazenadora de Feira de Santana
135585	Unidade Armazenadora de Santa Maria da Vitória
GESTÕES RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA	
Todas as UGs informadas acima se relacionam com a Gestão 22211	
RELACIONAMENTO ENTRE UNIDADES GESTORAS E GESTÃO	
Código Siafi da Unidade Gestora	Gestão
135101, 135103, 135110, 135111, 135112, 135113, 135114, 135416, 135425, 135426, 135558, 135564, 135565, 135566, 135572, 135584 e 135585	22211

As normas acima e outros normativos que regulamentam a gestão se encontram disponibilizadas na INTRANET, de forma acessível, para consulta por todo o corpo funcional da Companhia, objetivando dar transparência e nortear os procedimentos internos.

A Conab também disponibiliza no sitio www.conab.gov.br outros normativos para atender ao público externo, e vários aplicativos de consultas públicas contemplando informações em tempo real e *on-line*

Quadro II: Estrutura corporativa da UJ



1.2. Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

1.2.1. Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a

diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

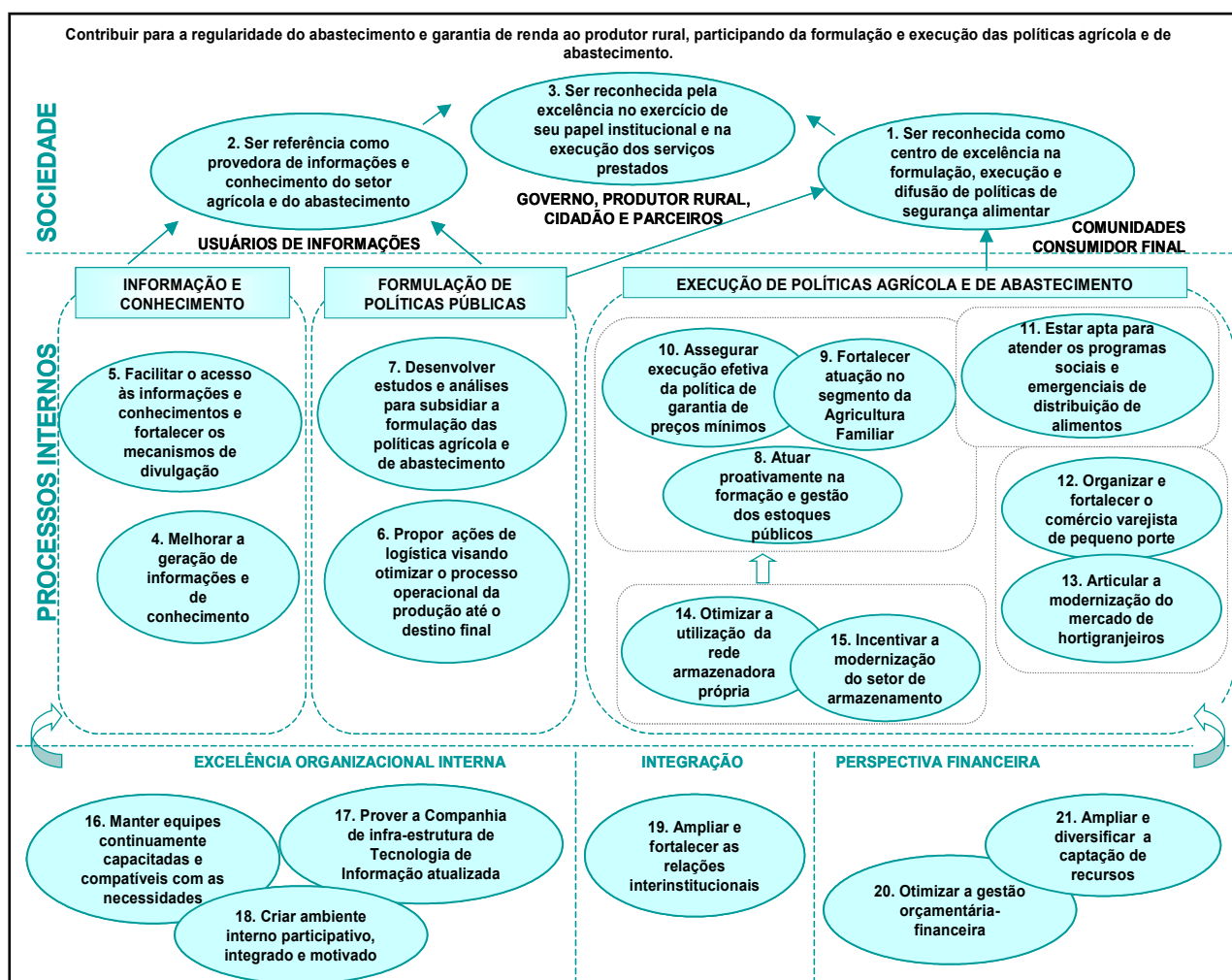
Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard-BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos alvos da Companhia.

O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Quadro III: Mapa Estratégico Corporativo



Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI nºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;

b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;

c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;

d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e

e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI nº 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

1.2.2. Breve Análise dos Principais Macroprocessos

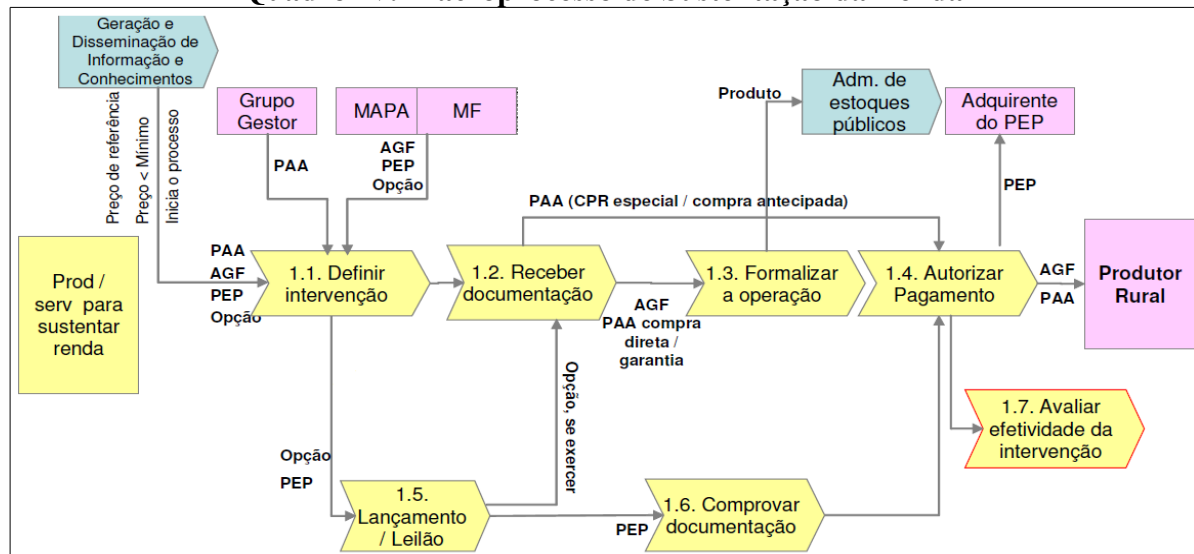
1.2.2.1. Macroprocesso de Sustentação da Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

Quadro IV: Macroprocesso de Sustentação da Renda



Fonte: Conab

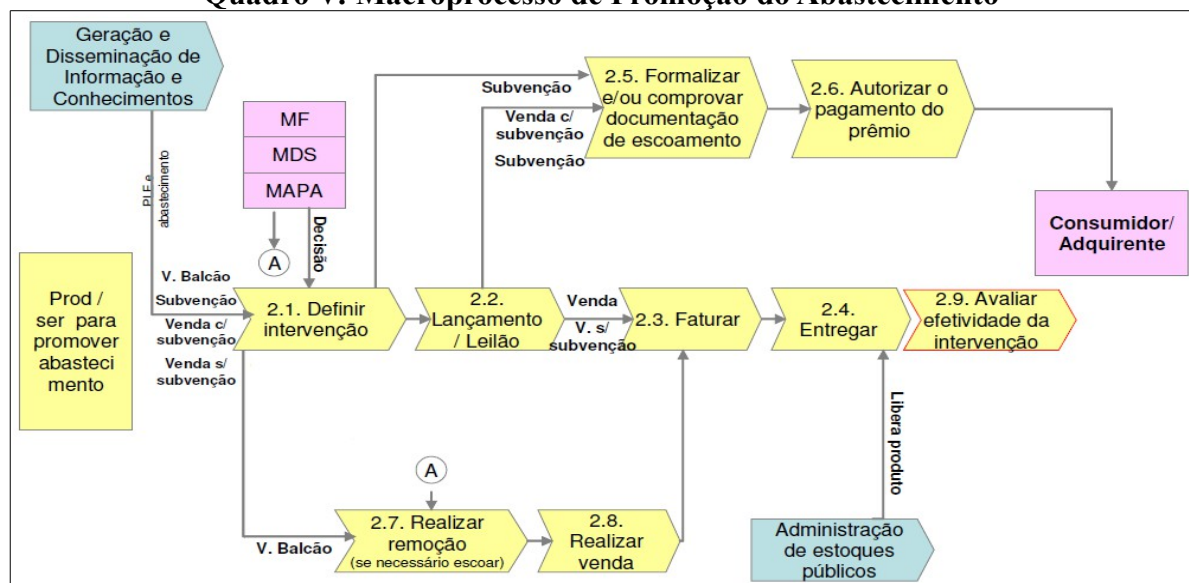
1.2.2.2. Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com ou sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

Quadro V: Macroprocesso de Promoção do Abastecimento



Fonte: Conab

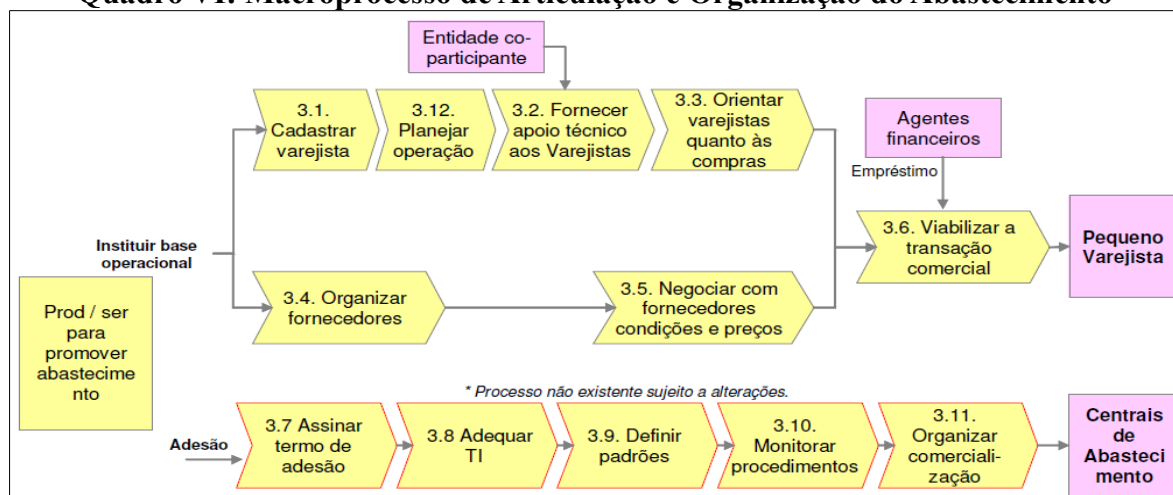
1.2.2.3. Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público-alvo: Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

Quadro VI: Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento



Fonte: Conab

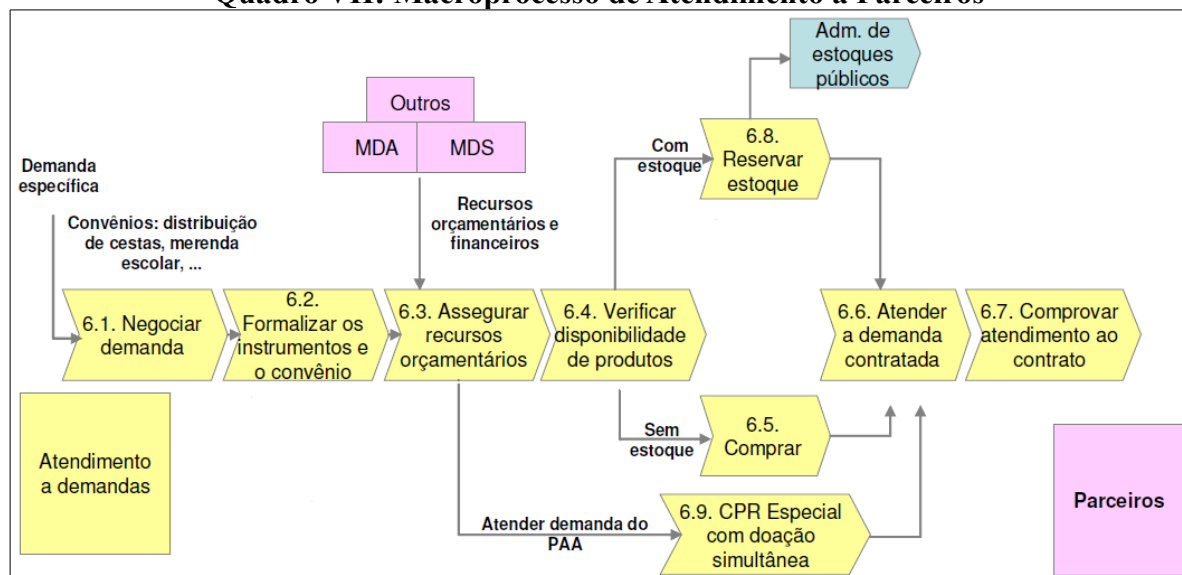
1.2.2.4. Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

Quadro VII: Macroprocesso de Atendimento a Parceiros



Fonte: Conab

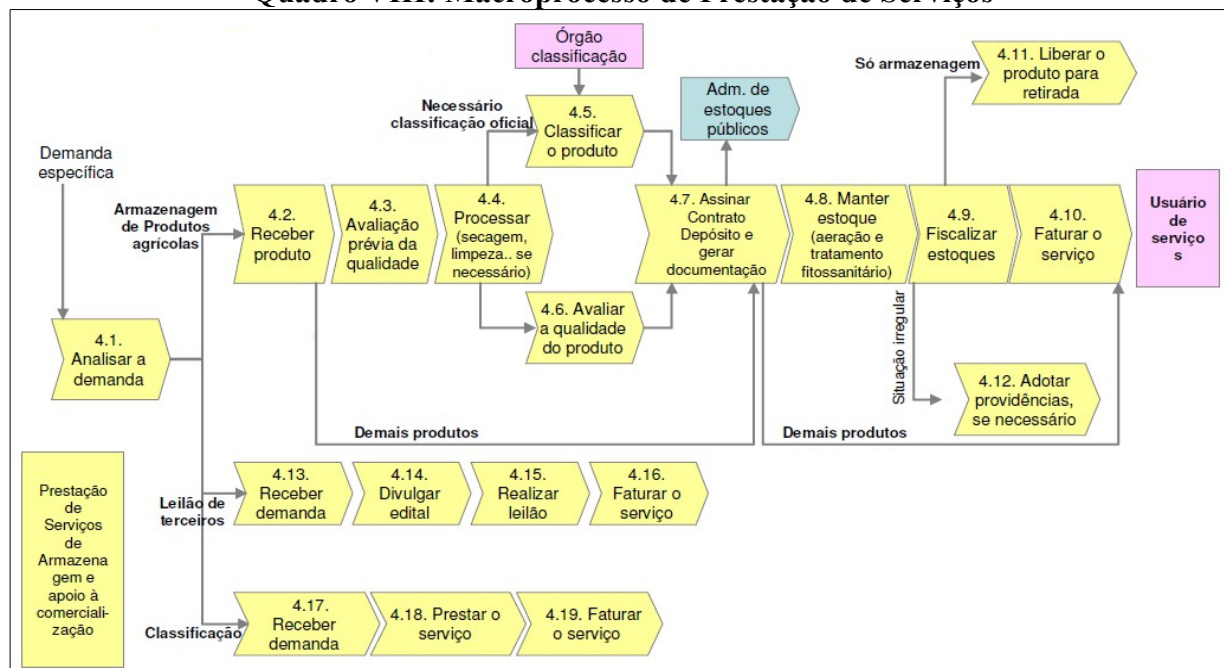
1.2.2.5. Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC.

Quadro VIII: Macroprocesso de Prestação de Serviços

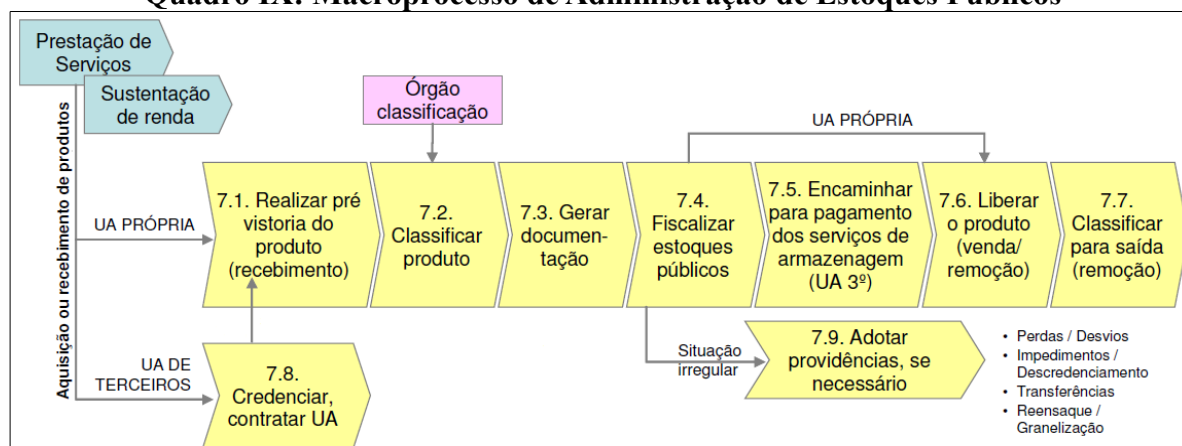


Fonte: Conab

1.2.2.6. Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Quadro IX: Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos



Fonte Conab

1.2.2.7. Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

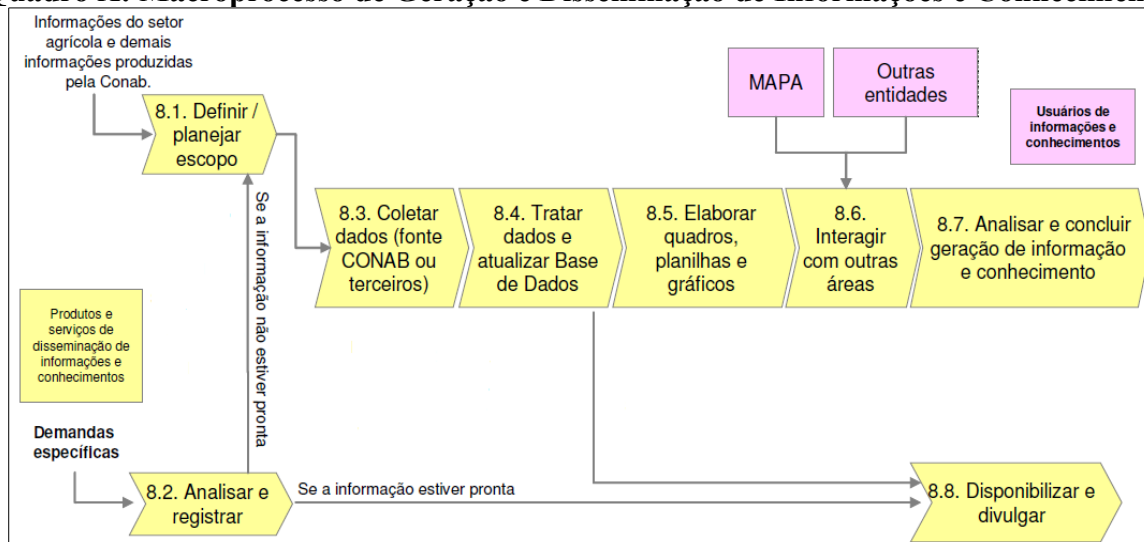
É o principal macroprocesso de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macroprocesso que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geo espacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

Quadro X: Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



Fonte: Conab

1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos

Considerando que a retomada do planejamento estratégico está ocorrendo no âmbito da Matriz da Companhia, por meio de Grupo de Trabalho específico constituído pela Presidência da CONAB, conforme mencionado previamente, a Sureg/BA/SE não dispõe de meios suficientes, até o presente momento, para traçar os principais resultados previstos para os próximos 5 (cinco) exercícios.

2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão

2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apoia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

Foram executados R\$ 29.201.470,36, nos estados da Bahia e Sergipe, apenas nesta modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos, beneficiando 9.451 agricultores familiares através da comercialização do excedente produtivo, o que totalizou cerca de 20.500 toneladas de alimentos. Toda essa produção, foi direcionada a 1.274 entidades, para atendimento a mais de 980 mil pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Em **2011** foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R\$ 451,036.204,40.

Esse resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

A produção de grãos correspondente a safra 2010/2011, para o estado da Bahia, foi estimada em 7.973,9 toneladas, 21,7% superior a safra 2009/2010, que foi de 6.553,7 toneladas de grãos. Entre as lavouras que contribuíram para esse aumento significativo destacou-se o algodão, com aumento de 163,98 % da produção quando comparado com a safra anterior.

Para o estado de Sergipe, a produção de grãos correspondente a safra 2010/2011 foi estimada em 1.017,7 toneladas, 25,6% de aumento em relação a safra 2009/2010, que foi de 810,4 toneladas. Entre as lavouras que contribuíram para esse aumento significativo, destacamos o milho com um aumento de 28,4 % da produção quando comparado com a safra anterior.

Para o estado Bahia, está sendo estimada em redução de 3,1% na produção de grãos na safra 2011/12 em comparação com a safra anterior (2009/10), devido a ocorrência de veranicos prolongados nas regiões produtoras, especialmente nas fases de preparo do solo e germinação das sementes. Em virtude, também, da baixa disponibilidade de chuva para a região nordeste do país, estima-se uma redução de 28,9% da produção de grãos correspondente ao estado de Sergipe na safra 2011/12, em relação safra passada.

De forma semelhante, a Conab procedeu a elaboração de estimativas da produção de café, laranja, dendê, sisal, cana de açúcar, e, também, o levantamento dos custos de produção de sisal, laranja, piaçava e os estoques privados de café, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios

O Mapa Estratégico Corporativo produto gerado no Projeto Estratégico da Conab, composto de 5 perspectivas, 21 objetivos estratégicos, 43 indicadores, 17 iniciativas estratégicas foi elaborado na expectativa de se traçar metas definidas para a empresa.

Os macro-processos da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, quais sejam : **Sustentação de Renda; Promoção do Abastecimento; Articulação e Organização do Abastecimento; Atendimento a Parceiros; Prestação de Serviços; Administração de Estoques Público; Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, compõe a** lógica estrutura do funcionamento interno da organização. Preliminarmente a definição dos fatores de risco, necessário se faz a definição e a colocação em prática do Planejamento Estratégico e da definição de metas e objetivos, garantindo assim a efetividade da ações traçadas. Bem assim é indispensável, que as informações sejam amplamente difundidas de sorte que haja uma perfeita sinergia entre a Companhia e seu público-alvo ampliando o alcance dos negócios da empresa.

Ressalte-se que existem procedimentos no âmbito da Matriz da Cia para a retomada do planejamento estratégico, por meio de Grupo de Trabalho específico constituído pela Presidência da CONAB, e que a conclusão dos trabalhos com a identificação das metas e objetivos a serem atingidos permitirão que se calcule os fatores de risco, sua natureza e relevância de forma mais objetiva, estabelecendo controles internos diretamente ligados com os resultados que buscamos atingir, e garantindo que a CONAB cumpra a sua missão Institucional. Com relação ao público-alvo devemos garantir e assegurar o atendimento com excelência das ações relativas a cada segmento atendido a saber :

Produtor Rural : Preço e renda, regulação do abastecimento, política agrícola de curto, médio e longo prazos e apoio no fortalecimento e organização do setor.

Consumidor Final: Acesso aos alimentos básicos no comércio varejista a preços acessíveis.
Usuários de Informações: Confiabilidade, tempestividade, regularidade, acesso democrático, gratuidade, consistência, abrangência e atualidade.

Comunidades Carentes: Atendimento de suas necessidades alimentares imediatas como prontidão no atendimento e qualidade dos produtos.

Parceiro: Cumprimento de seu papel institucional, execução, cumprimento do objeto dos

convênios firmados, capacidade técnica e operacional, efetividade nas ações e velocidade de resposta.

Governo e Cidadão: Cumprimento do papel institucional com transparência, ética, responsabilidade, fidelidade no cumprimento da legislação, racionalidade na aplicação dos recursos e agregação de valor à imagem do Governo.

Jurisdicionadas a Superintendência Regional da CONAB Bahia e Sergipe temos seis Unidades Armazenadoras sendo cinco na Bahia e uma em Sergipe, a maior delas com capacidade estática de 22.874 toneladas está localizada no município de Irecê. Sua força de trabalho é composta por 6 colaboradores, e foi a única a auferir receita de armazém no exercício de 2011 no valor de R\$ 28.180,23 (vinte e oito mil, cento e oitenta reais e vinte e três centavos). As demais Unidades Armazenadoras localizadas nos municípios de Entre Rios com capacidade estática de 2.025 toneladas, Ribeira do Pombal com 4.428 toneladas, Itaberaba 2.025 toneladas e Santa Maria da Vitória com 1.887 toneladas de capacidade estática operaram com a distribuição de cestas de alimentos para comunidades específicas (acampados, quilombolas, indígenas, marisqueiras/caranguejeiras, terreiros, MAB), totalizando 69.021 atendimentos, sendo que as UA's de Irecê, Entre Rios e Santa Maria da Vitória também operaram com o Programa Venda em Balcão milho, visando atender aos pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos, que não tem acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuário de compras por meio de pregões públicos.

No Estado de Sergipe a UA está localizada no município de Itabaiana e tem capacidade estática para 3.200 toneladas, operou com armazenamento de milho para o Programa Venda em Balcão, distribuição de cestas para as comunidades específicas do Estado, com 12.278 atendimentos.

3 – Sustentação de Renda

3.1. Instrumentos para Sustentação de Renda

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características socioeconômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade

estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Intervenções Realizadas no Estado da Bahia em 2011

A pauta de produtos amparados pela PGPM é composta por diversos produtos. Destes tradicionalmente e em todo o país, a Conab realiza intervenções, seja por aquisições ou por concessão de subsídios para escoamento, nos mercados de arroz, feijão, milho, sisal e trigo e esporadicamente algodão, fécula, leite, sorgo e uva. Em 2011, em função dos preços recebidos pelos produtores terem atingido níveis inferiores aos dos preços mínimos fixados pelo Governo, a Conab interviu no mercado de sisal.

Sisal

A importância do sisal para a economia do setor agrícola nordestino pode ser analisada sob diversos aspectos, merecendo destaque a geração de renda e emprego para um contingente de aproximadamente 800 mil pessoas, proporcionando divisas para os Estados da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e, mais recentemente, o Ceará.

Na Bahia, maior produtor desta cultura, com mais de 96,3% da produção da fibra nacional colhida em 2011, o cultivo do sisal se estende por 65 municípios, em propriedades de pequeno porte, menores que 15ha, nas quais predominam a mão de obra familiar, perfazendo uma população de aproximadamente 700 mil pessoas que vivem, direta ou indiretamente, em estreita relação com esta fibrosa. Apesar de sua importância, o desempenho dessa cultura no Estado vem sofrendo, nos últimos anos, declínio na área plantada e na produtividade, estando os principais

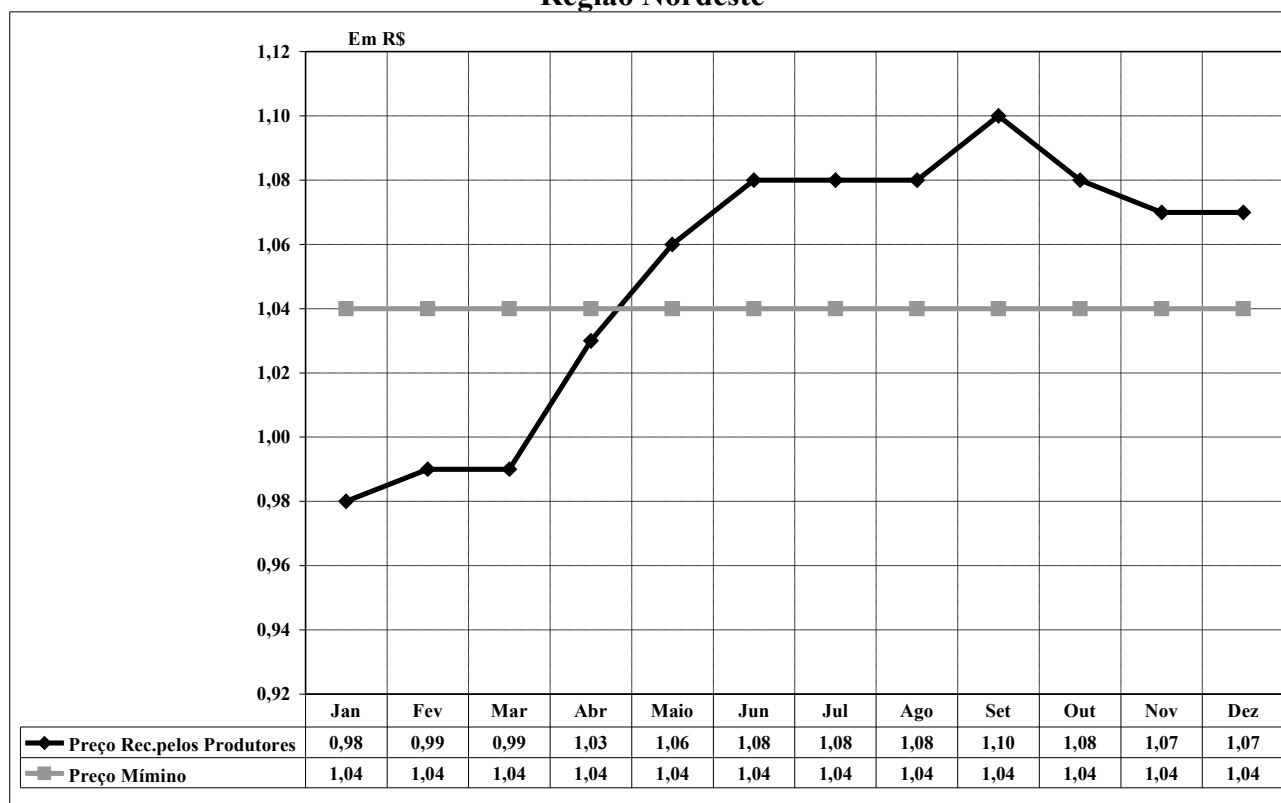
fatores responsáveis por este declínio ligados diretamente ao baixo valor pago pela fibra, à competição com os fios sintéticos, ao alto custo de produção, à falta de máquinas modernas para a colheita, à distância entre as zonas de produção e as de consumo, a longos períodos de estiagem e sobretudo ao fato de ser aproveitado apenas 3 a 4% do total da planta, referentes à porção da fibra.

Mesmo diante destas dificuldades, é preciso se entender que o sisal continua sendo uma das poucas opções econômicas para a região semiárida do Nordeste do Brasil e dificilmente uma outra cultura poderá ser mais rentável economicamente e mais vantajosa para a área em questão, por isso é imprescindível garantir sua continuidade, realizar estudos e trabalhos capazes de estimular a expansão e promover o progresso tecnológico.

A Conab ao longo dos últimos anos, tem apoiado os produtores baianos por meio de aquisições diretas (AGF) e a partir de 2010 pelo PEP. Em 2011, foram realizados leilões de PEP quando foi negociada a remoção de 93.679 toneladas de fibras (BA 91.039 toneladas, PB 2.550 toneladas e RN 90 toneladas), com subvenção prevista de R\$30.578.856,53.

Os leilões realizados propiciaram a recuperação dos preços não necessitando de maiores intervenções, conforme demonstrado na figura a seguir.

**Quadro XI: Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos
Região Nordeste**



Fonte: Sufis/Gein

3.2. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir,

com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

• **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação: objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

a) Abrangência de Atuação do PAA

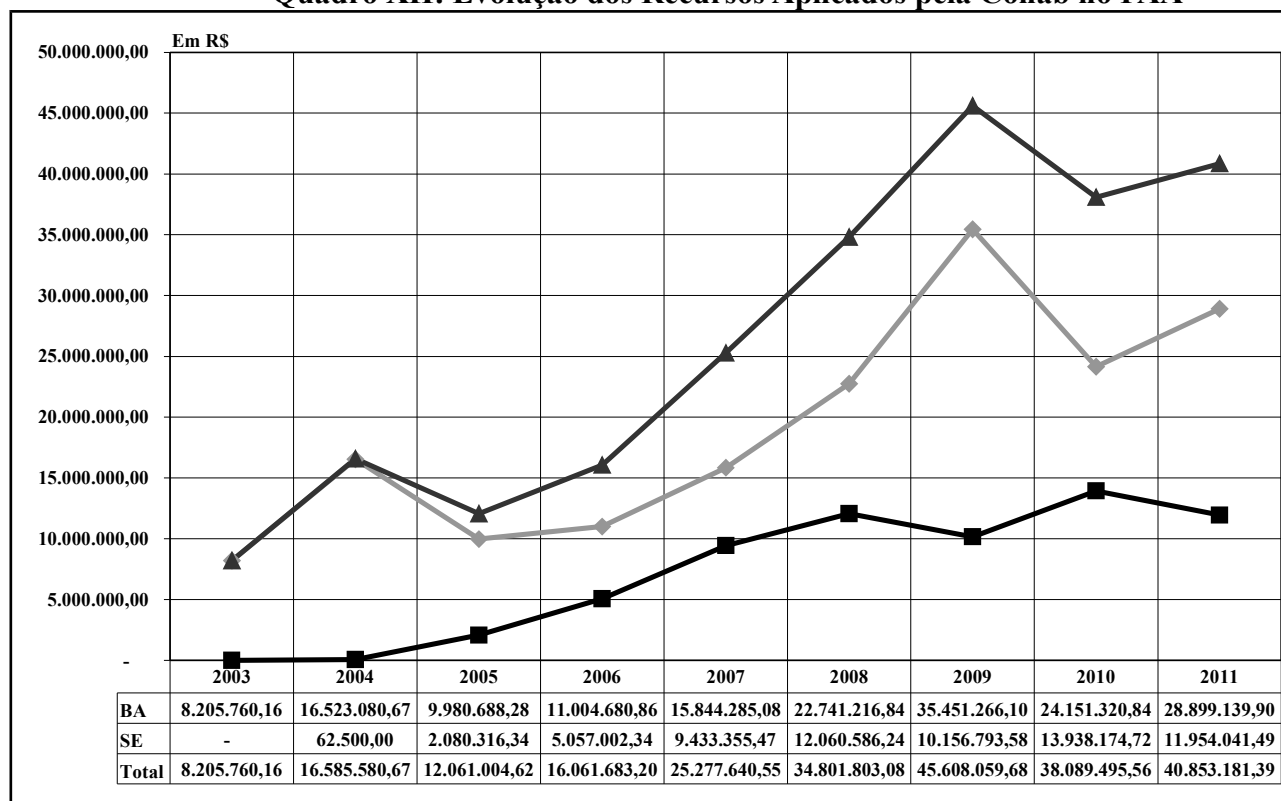
Nos estados da Bahia e Sergipe o Programa iniciou sua atuação em 2003 atendendo a 4.000 produtores familiares evoluindo, em 2011, para 12.498 famílias com a aquisição de 25.680 toneladas de diversos produtos.

b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

As aquisições realizadas em 2011 nos estados da Bahia e Sergipe envolveram recursos da ordem de R\$40.853.181,39 com evolução de 7,26% sobre o volume aplicado em 2010.

Quadro XII: Evolução dos Recursos Aplicados pela Conab no PAA



Fonte: Supaf/Gecaf

c) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Por meio da CDAF foram adquiridas apenas 22 toneladas de farinha de mandioca em atendimento a 7 produtores familiares, conforme detalhado no quadro seguinte..

Quadro XIII: Aquisições por meio da CDAF

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
BA	1	Farinha de mandioca	7	22	19.248,24
Total MDS	1	-	7	22	19.248,24

Fonte: Supaf/Gecaf

Devido ao fato da operacionalização da CPR-Estoque exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido estável. A grande concentração desse instrumento está na região Sul onde as Cooperativas e Associações apresentam maior experiência no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos.

Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, esse ano, apenas ao instrumento de CPR Estoque.

Por meio da CPR-Estoque foram beneficiadas 4.959 toneladas de diversos produtos, atendendo a 3.040 produtores familiares, conforme detalhado no próximo quadro.

Quadro XIV: Aquisições por meio da CPR-Estoque

UF	N.º Municípios	Produto	MDS			MDA		
			N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
BA	7	Achocolatado em pó	-	-	-	51	42	229.449,00
		Cacau	-	-	-	36	20	100.000,00
		Carne ovina	-	-	-	89	42	315.795,00
		Leite de cabra	-	-	-	45	66	197.802,00
		Leite de vaca	-	-	-	240	144	1.080.000,00
		farinha de mandioca	65	179	235.899,84	-	-	-
		Leite em pó	808	485	3.636.495,00	-	-	-
		Marisco	-	-	-	91	51	407.680,00
		Milho	-	-	-	94	1.260	399.000,00
		Polpa de cacau	-	-	-	29	33	119.935,50
		Polpa de frutas	-	-	-	33	45	148.422,40
		Polpa de umbu	-	-	-	80	69	350.004,00
		-	873	664	3.872.394,84	788	1.772	3.348.087,90
SE	4	Carne suína	-	-	-	29	26	130.500,00
		Farinha de mandioca	91	303	409.459,05	-	-	-
		Fubá de milho	50	187	224.640,00	-	-	-
		Néctar de laranja	979	1.630	2.934.063,00	131	218	392.607,00
		Polpa de acerola	16	21	71.960,00	-	-	-
		Suco	83	138	248.751,00	-	-	-
Subtotal	4	-	1.219	2.279	3.888.873,05	160	244	523.107,00
Total Geral	11	-	2.092	2.943	7.761.267,89	948	2.016	3.871.194,90

Fonte: Supaf/Gecaf

Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR-Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros.

Foram doados por meio da CPR-Doação 20.699 toneladas de diversos produtos alimentícios a 1.273 instituições sociais, beneficiando 795.290 pessoas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XV: Aquisições por meio da CPR-Doação

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Participantes Consumidores	N.º de Pessoas Atendidas
BA	105		7.242	13.763	21.659.408,92	1.143	612.211
SE			2.209	6.936	7.542.061,44	130	183.079
Total			9.451	20.699	29.201.470,36	1.273	795.290

Fonte: Supaf/Gecaf

Na operacionalização da CDAF a Conab monta os polos de compra em regiões

produtoras, comunica as organizações dos dias e locais para a aquisição e o pagamento é realizado em até 10 dias, enquanto a CPR-Estoque e CPR-Doação exigem que as entidades proponentes enviem à Conab, por meio do PAANet, projetos detalhados, com a quantidade de produtores fornecedores, produtos e quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR-Doação as entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas.

Subvenções do Governo Federal

a) Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar

Subvenção econômica concedida de acordo com a Lei n.º 12.249/10, alterada em setembro de 2011, pela Lei n.º 12.490, aos produtores independentes de cana de açúcar, pessoas físicas ou jurídicas ou suas cooperativas, para repasse aos seus cooperados, cuja produção tenha sido cultivada e beneficiada em terras e em unidades industriais da Região Nordeste, que tenham como atividade principal ou secundária a produção de açúcar e/ou etanol e que possuam cadastro junto à Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/EMBRAPA.

A alteração na redação da Lei se deu para inclusão de um novo público como beneficiário da subvenção. A partir desta, os canavieiros que venderam sua produção às destilarias, e não somente às usinas, passaram a ter direito ao recebimento da subvenção.

No Estado da Bahia foram beneficiados nesta operação 7 agricultores, totalizando R\$81.966,40.

b) Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas

Subvenção econômica concedida diretamente aos extrativistas portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf, ou, ainda, a associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal.

Em meados de 2011 houve entrave na assinatura da Portaria Interministerial que libera os recursos, sendo assinada somente em 23 de dezembro. Tal situação impossibilitou a operacionalização do Programa no segundo semestre, devendo influenciar negativamente os primeiros meses de 2012.

No período foram pagos a 473 extrativistas baianos de fibra de piaçava R\$627.717,25, referente à comercialização de 1.048 toneladas desta fibra.

Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção

As intervenções realizadas por meio do PEP que também auxiliam na sustentação de Renda estão detalhados no capítulo 4 – Promoção do Abastecimento.

4 – Promoção do Abastecimento

4.1. Atuação da Companhia

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de

Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Em 2011 foram divulgadas as seguintes portarias:

- Portaria Interministerial n.º 67, de 21 de fevereiro de 2011 – PEP e PEPRO de arroz e feijão das safras 2010/2011 e 2011, até R\$200,0 milhões para o primeiro e até R\$50,0 milhões para o segundo;
- Portaria Interministerial n.º 408, de 12 de agosto de 2011 – PEP para o sisal bruto, da safra 2011/2012, produzido nos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, até o valor de R\$20,0 milhões.
- Portaria Interministerial n.º 453, de 14 de setembro de 2011 – PEP e PEPRO para o trigo em grãos safra 2011, até o limite de R\$150,0 milhões.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira-Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações cabe à Conab a divulgação dos editais, a realização dos leilões, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda.

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

- Ação Orçamentária “**Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos**”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, que visa a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional, e,
- Ação “**Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**”, do Programa Resposta aos Desastres, do Ministério da Integração Nacional, que objetiva prestar assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para a pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

4.2 Ações desenvolvidas

4.2.1 Alienação dos Estoques da PGPM

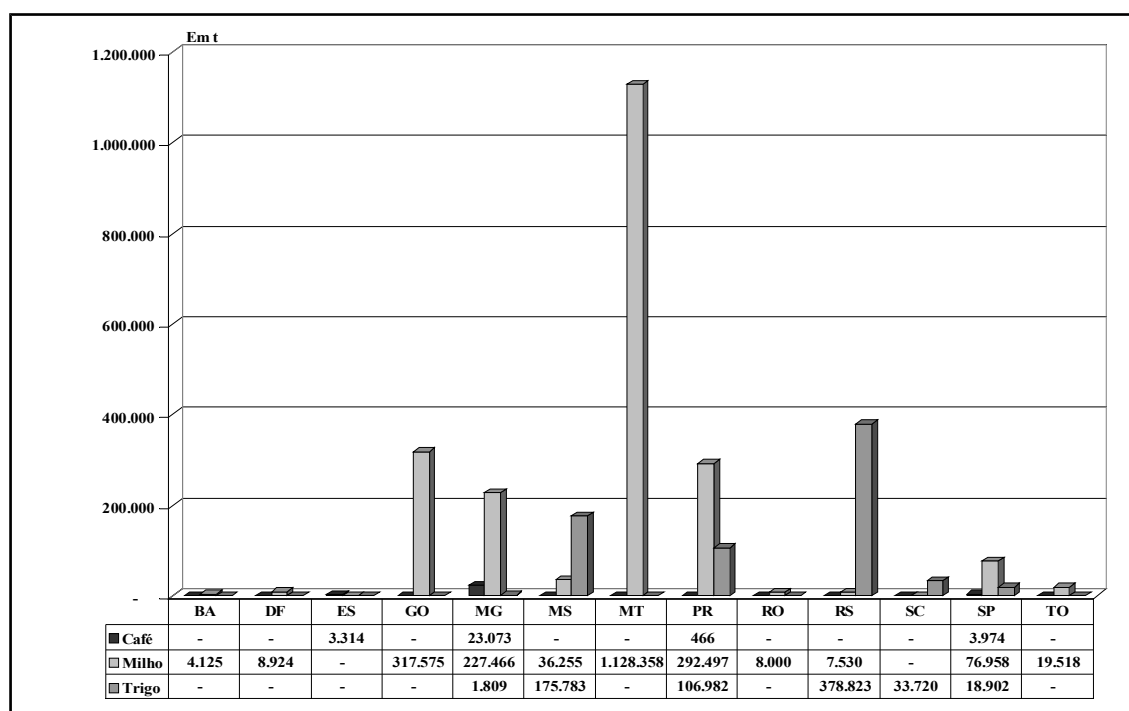
a) Vendas em Leilões Públicos

As elevadas vendas dos estoques públicos em 2011 foram realizadas para amenizar as elevações dos preços internos ocasionados, principalmente, por fatores críticos relacionados às atipicidades climáticas, tais como as secas prolongadas, invernos rigorosos e chuvas torrenciais no Brasil e no mundo. Esta situação inflou as cotações internacionais puxando, consequentemente, os preços internos dos grãos, principalmente, do trigo, do café e do milho.

Entre os meses de abril a setembro foi realizada a venda de mais de 570 mil toneladas de trigo em decorrência da seca, principalmente nos principais países produtores, que puxaram os preços mundiais do cereal, tendo reflexos no mercado interno. Pelo mesmo fator, mas durante o último trimestre, foram disponibilizadas ao mercado nacional algo em torno de 30 mil toneladas de café em grãos, para aproveitar o momento em que as cotações estavam elevadas, em razão da oferta mundial apertada, comparada à demanda, influenciando, assim, os preços internos do grão.

Em função do seu grau de importância no cenário mundial, a queda da produção da safra norte-americana de milho e o aumento no consumo mundial geraram uma relação estoque/consumo extremamente ajustada. Dessa forma, no início do ano as exportações de milho foram muito elevadas. Fatores climáticos também atingiram o País, o que ocasionou o atraso na colheita e a necessidade de venda, para suprimento ao mercado interno, de **mais de 800 mil toneladas** de milho. As vendas efetivadas por meio de leilões públicos foram realizadas durante todo o ano de 2011, utilizando-se, para tanto, os estoques públicos existentes nos estados da Bahia, do Distrito Federal, de Goiás, de Minas Gerais, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Rondônia, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Tocantins.

Quadro XVI: Vendas em Leilões Públicos

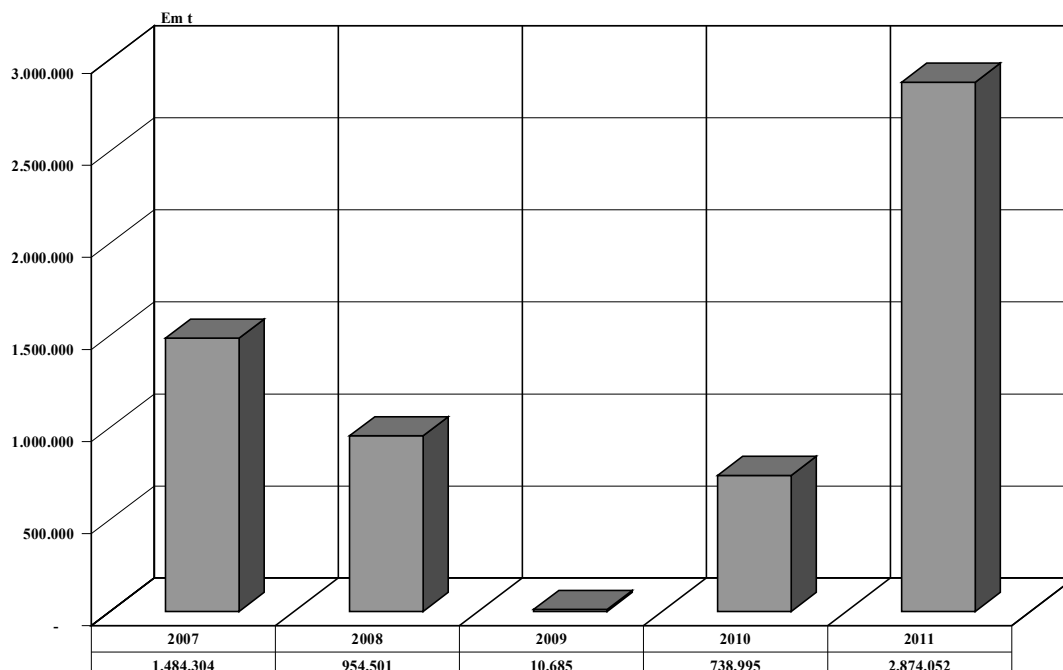


Fonte: Suope/Gecom

Foi diferente a atuação da Companhia em comparação aos dois exercícios anteriores. Naqueles anos, as cotações das principais *commodities* atingiram patamares inferiores aos preços mínimos causando perda de renda dos produtores rurais, levando a Companhia a intervir no mercado no sentido de reduzir a oferta, por meio de aquisições (AGFs e Contrato Público de Opção de Venda) e pela concessão de subvenções, objetivando o escoamento da produção das zonas produtoras para áreas desabastecidas ou para exportação. As vendas em 2009 e 2010, alcançaram 10,7 e 739,0 mil toneladas respectivamente, envolvendo algodão em pluma, arroz, feijão, milho e

sorgo.

Quadro XVII: Evolução das Quantidades Vendidas



Fonte: Suope/Gecom

b) Vendas em Leilão Público, com Subvenção

Esta modalidade de venda é realizada por meio do instrumento denominado Valor de Escoamento do Produto-VEP em que é paga uma subvenção econômica a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor e posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento, é ressarcido do valor da subvenção definida em leilão.

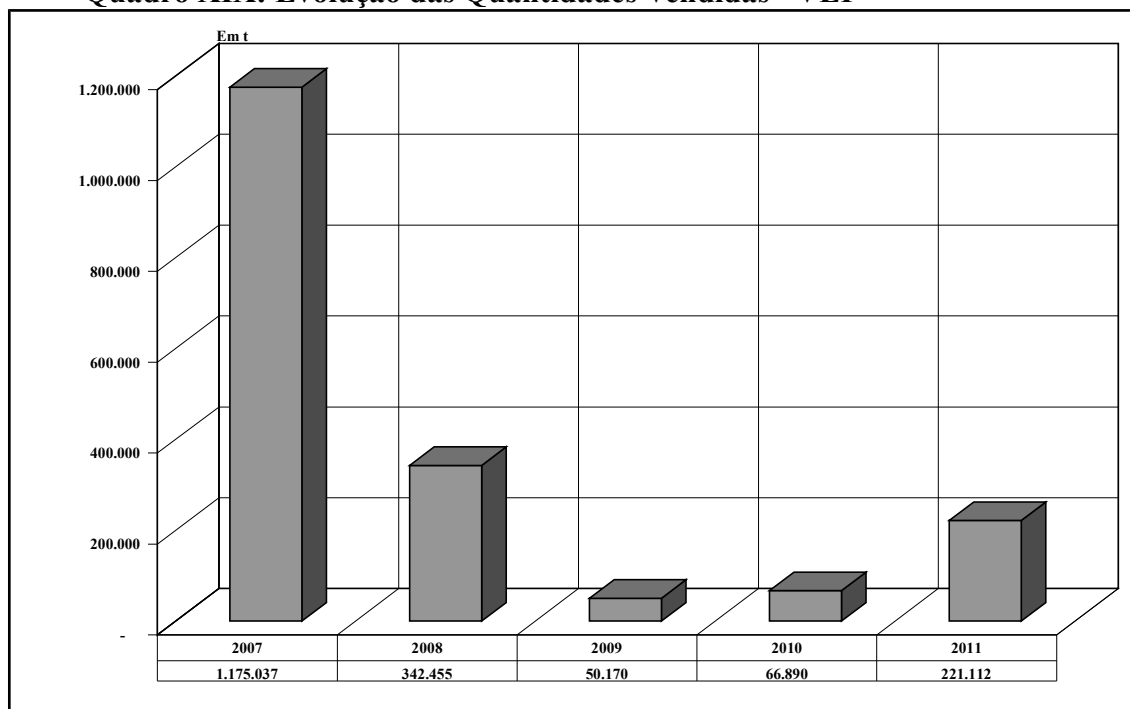
Em 2011, pelo motivo já citado, foram realizadas vendas de 221.112 toneladas de milho armazenados nos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, com escoamento para estados da Região Nordeste. Em relação ao exercício anterior verificou-se incremento de 230,56% nas quantidades vendidas.

Quadro XVIII: Demonstrativo de Comercialização pelo VEP

UF de Origem	Quantidade (t)		Valor da Operação (R\$)		Valor do Prêmio (R\$)	UF de Destino	Quantidade (t)		Valor do Prêmio (R\$)	
	Ofertada	Negociada	Sem ICMS e com Prêmio	Com ICMS e sem Prêmio			Vendida	Comprada	Previsto	Pago
MG	10.000	10.000	4.942.000,00	3.434.333,00	1.713.000,00	BA	1.271	1.271	217.722,30	217.722,30
						SE	1.493	0	255.716,64	0,00
Subtotal	10.000	10.000	4.942.000,00	3.434.333,00	1.713.000,00	-	2.764	1.271	473.438,94	217.722,30
MS	200.750	138.472	54.345.652,44	41.114.133,47	14.125.214,29	BA	11.229	11.199	1.368.627,65	1.368.582,60
						SE	2.100	2.100	239.610,00	239.610,00
Subtotal	200.750	138.472	54.345.652,44	41.114.133,47	14.125.214,29	-	13.329	13.299	1.608.237,65	1.608.192,60
MT	511.882	62.934	17.829.421,58	16.589.261,51	2.631.082,51	BA	3.981	3.870	217.611,10	207.832,00
						SE	1.194	1.194	31.326,75	31.326,75
Subtotal	511.882	62.934	17.829.421,58	16.589.261,51	2.631.082,51	-	5.175	5.064	248.937,85	239.158,75

Fonte: Suope/Gecom

Quadro XIX: Evolução das Quantidades Vendidas - VEP



Fonte: Suope/Gecom

c) Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o

desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos – 14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca – 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto realizado pela Conab no estado onde for realizada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;

- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leilado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela Referencial dos Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

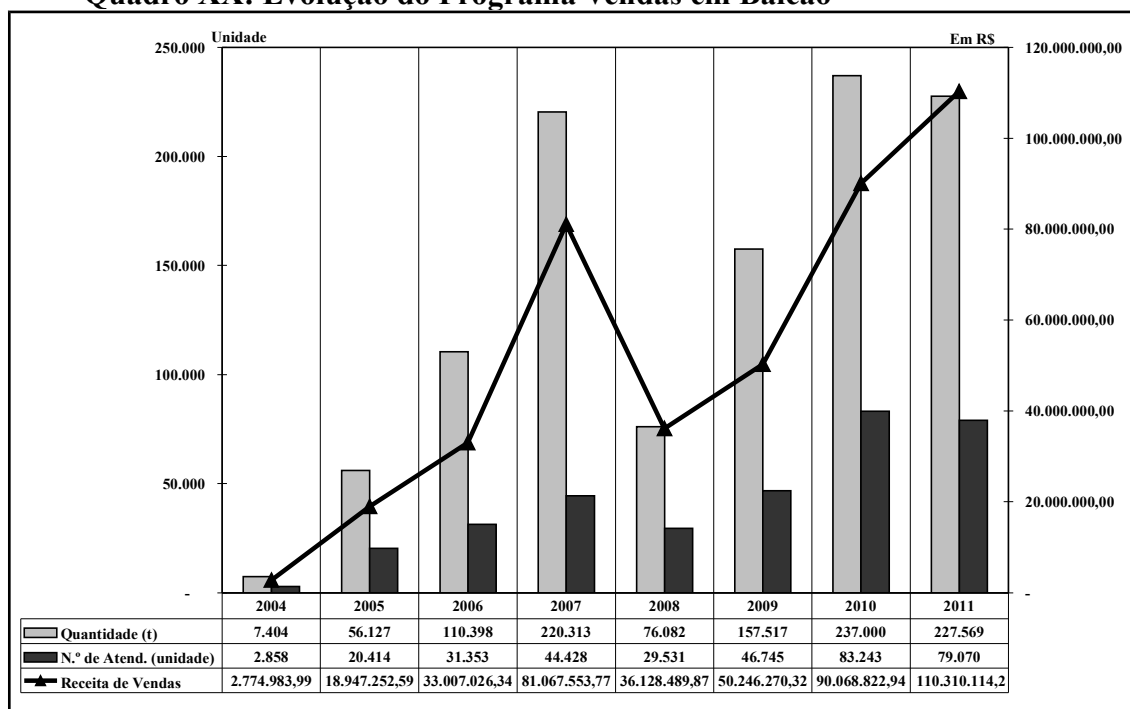
Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da Conab-MOC.

As vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 21 estados mais o Distrito Federal, totalizando 228.272 toneladas de produtos, sendo: 227.322 toneladas de milho em grãos, 827 toneladas de farelo de arroz, 111 toneladas de quirera de arroz e 12 toneladas de castanha de caju, com benefício direto que compreendeu 80.684 atendimentos.

Na Bahia/Sergipe foram vendidas 912 toneladas, atingindo-se a monta de R\$ 515.578,76, resultado de 487 atendimentos.

Em função do aumento dos preços de milho em grãos ocorrido durante o ano de 2007, as vendas superaram as do ano anterior em 99,6%, reduzindo de forma substancial os estoques públicos e, em consequência, gerando menor comercialização em 2008. Em 2009, devido à queda dos preços nos mercados nacional e internacional e ao aumento da produção na Região Centro-Oeste, principalmente no Estado do Mato Grosso, a Conab atuou de forma intensiva absorvendo grande parte do excedente e agregando mais de 4,1 milhões de toneladas de milho aos estoques públicos, permitindo que o Programa Vendas em Balcão ampliasse o atendimento aos compradores de pequeno porte, reduzindo os efeitos do contínuo aumento dos preços e da escassez do produto, principalmente nos estados das regiões Norte e Nordeste.

Quadro XX: Evolução do Programa Vendas em Balcão



d) Comercialização por meio da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap

Em 2009, a Conab passou a disponibilizar parte dos estoques públicos adquiridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA para comercialização por meio da Refap, beneficiando as populações de baixa renda clientes dos pequenos mercados nas periferias das grandes cidades e integrantes de Centrais de Negócios. Em 2011, foram comercializadas 2.087 toneladas nas Centrais de Negócios já formadas.

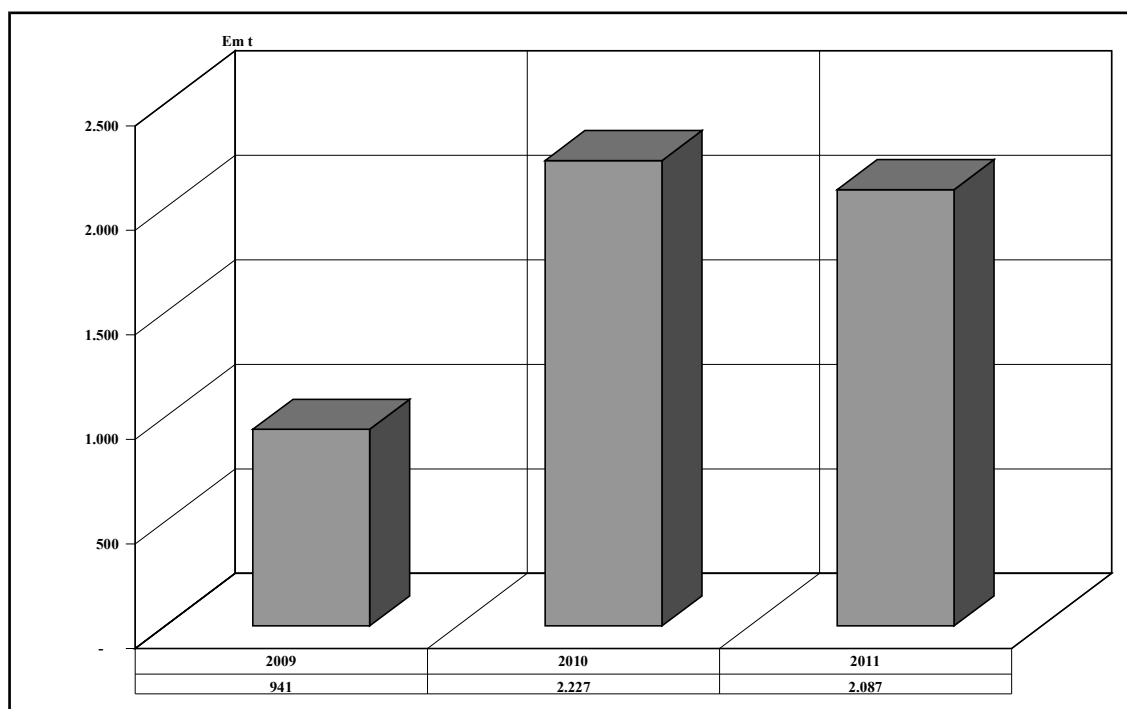
Quadro XXI: Demonstrativo de Vendas pela REFAP

Sureg	Quantidade (t)					Total	Valor (Em R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
	Açúcar	Arroz Beneficiado	Farinha Mandioca	Leite em pó	Pêssego em calda				
BA	53,8	29,2	-	9,1	-	92,1	168.631,70	102	40.875

Fonte: Supab/Gevap

A quantidade de produtos disponibilizada pela Conab para comercialização nas Centrais de Negócios depende do volume de estoques disponíveis. Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de 6,3% nas quantidades vendidas.

Quadro XXII: Evolução da Comercialização de Estoques Públicos pela Refap



Fonte: Supab/Gevap

4.2.2 Apoio à Comercialização com Subvenção

Em cumprimento às determinações contidas nas portarias interministeriais anteriormente citadas e com recursos financeiros descentralizados pelo Ministério da Fazenda, a Conab realizou leilões públicos de concessão de subvenção econômica objetivando o escoamento do excedente da produção agrícola das zonas de produção para áreas desabastecidas, reduzindo-se, assim, a ocorrência de pressões de alta nos preços nestas áreas e de baixa nas zonas de produção minimizando, ainda, os prejuízos causados pela ação de atravessadores.

Em 2011 foram realizados leilões de PEP e de PEPRO, atendendo essa finalidade.

a) Prêmio de Escoamento de Produto-PEP

O PEP é um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirirem produtos diretamente do produtor e/ou sua cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de que procedam o escoamento do excedente da safra para a região de consumo, evitando assim a aquisição desses excedentes por parte do governo federal.

Durante o exercício foram realizados 57 leilões (18 para arroz, 32 para sisal e 7 para trigo), sendo negociadas um total de 2.481.468 toneladas, cerca de 68,2% da quantidade oferecida, com subvenção prevista de R\$279.472.268,87.

Até o fim do exercício havia sido comprovado o escoamento de 788.920 toneladas, com subvenção paga de R\$84.611.642,24. Os prazos de comprovação variam de acordo com a data de realização dos leilões, estendendo-se até 28/02/2012 para o arroz, 15/08/2012 para o sisal e até 30/05/2012 para o trigo.

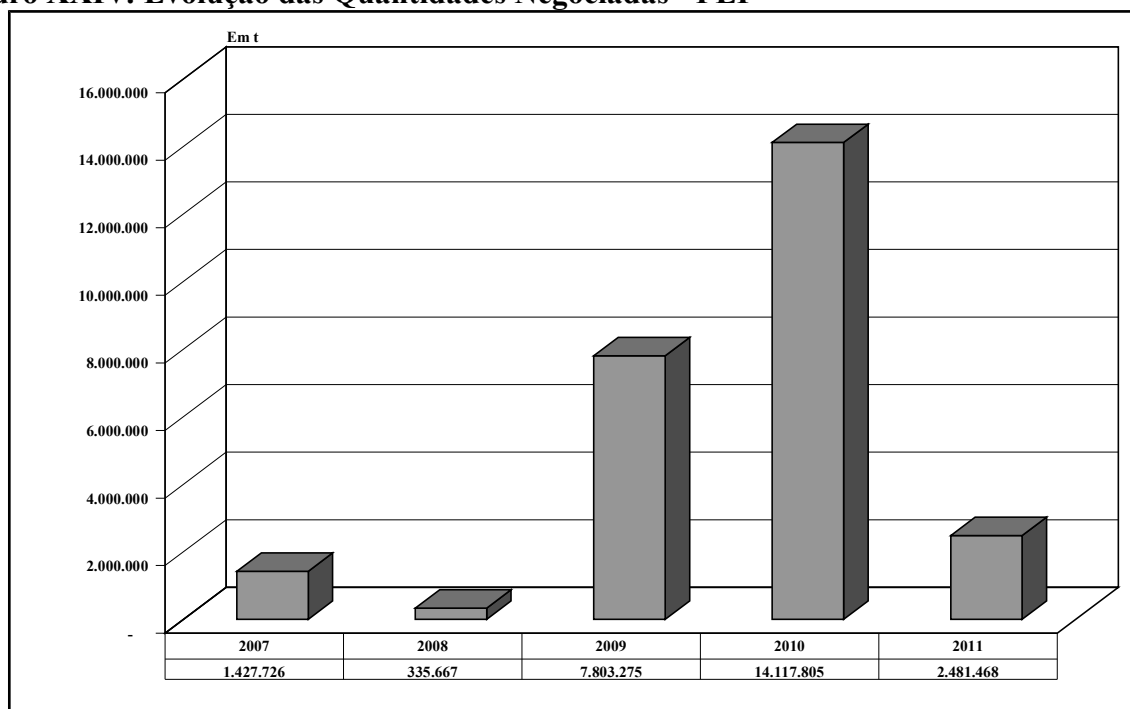
Quadro XXIII: Demonstrativo de Comercialização pelo PEP

UF de Origem	Quantidades (t)		Valor Previsto da Subvenção (R\$)	UF de Destino	Quantidade Comprovada (t)	Valor Pago (R\$)
	Ofertada	Negociada				
BA	105.700	91.039	29.723.856,53	BA	38.521	14.154.703,66
				SE	133	41.330,75
	105.700	91.039	29.723.856,53	-	38.654	14.196.034,41

Fonte: Suope/Geope

Em função dos preços do milho terem permanecido em patamares acima do preço mínimo fixado, não necessitando, portanto, de intervenções visando ao escoamento do produto, a quantidade negociada em 2011 foi 82,4% inferior à de 2010.

Quadro XXIV: Evolução das Quantidades Negociadas - PEP



Fonte: Suope/Geope

4.2.3. Doação de Produtos Alimentícios

a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional-MDS

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado ser necessário a a continuidade da ação de atendimento às famílias acampadas, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidas por barragens (MAB), pescadoras artesanais e/ou outras em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

Por meio do Termo de Cooperação celebrado em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS repassou à Conab recursos orçamentários/financeiros no valor final de R\$61.847.808,64, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e a operacionalização da distribuição de cestas de alimentos.

A aquisição dos alimentos é realizada pela Matriz por meio de leilão eletrônico e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão. Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA/OAN, Funai/Funasa, Fundação Cultural Palmares, SEPPIR, MAB e MPA.

Em 2011, foram realizados 299.996 atendimentos a 70.021 famílias com distribuição de 7.362 toneladas de alimentos na Bahia e 49.457 atendimentos a 11.673 famílias com distribuição de 1.302 toneladas de alimentos em Sergipe.

b) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza-MI

Em 2011 a Sureg/BA/SE, sob a orientação do Ministério da Integração Nacional, distribuiu 8.000 cestas de alimentos a igual número de famílias correspondendo a 167 toneladas de alimentos.

c) Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outra instituições de interesse público, a Sureg/BA/SE, em 2011, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, 3.981 toneladas de produtos alimentícios.

5. Articulação e Organização do Abastecimento

Além das ações concretas materializadas por meio de remoções dos estoques públicos para comercialização em áreas carentes, das vendas realizadas por meio de leilões, com ou sem subvenção, das vendas em balcão e da concessão de subsídios para o escoamento da produção, a Conab desenvolve ações objetivando a melhoria e organização do abastecimento.

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte dos mercados passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005,

que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort.

Além deste, e na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, foi criada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, ainda em fase de estruturação. A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2011, para o Estado do Amazonas.

5.1. Prohort

Por demanda de representações do setor, a Conab iniciou um amplo debate sobre o tema, visando estruturar ações que contribuíssem para a melhoria dos processos de produção, guarda/conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros. Em decorrência, surgiu a proposta de criação do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort.

O Programa, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

O mercado de produtos hortigranjeiros, no conjunto dos segmentos econômicos, é de significativa relevância em termos físicos e financeiros. É um dos setores da agricultura com maior tendência de crescimento. Apesar da sua pujança, de expressiva dimensão geográfica e econômica, envolvendo inúmeros agentes públicos e privados, é um mercado desprovido de capacidade de articulação – em face da quebra da sua unidade sistêmica – ainda que alguns mercados encontrem-se filiados à Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento-Abracen.

A coordenação do Programa pela Conab é exercida em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, a partir de um modelo sistêmico que contempla o conjunto dos interesses do setor, da produção à comercialização. O desenvolvimento desta Ação se dá por meio de atividades coordenadas pela Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-GEHOR, na Matriz.

O Programa abrange 22 estados da federação e no período realizou ações de apoio para a estruturação física e operacional de 54 mercados atacadistas, contemplando reuniões técnicas, visitas para avaliação operacional e orientação técnica, atualização de diagnósticos dos mercados atacadistas de hortigranjeiros, formalização de Termos de Cooperação Técnica, treinamento para operação da base de dados do Prohort e assessoramento técnico.

Criado pela Conab, o portal www.ceasa.gov.br disponibiliza informações sobre o Prohort, trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola e informações diárias sobre preços e quantidades dos principais produtos comercializados nas Ceasas etc.

Quadro XXV: Tela Principal do Sítio Ceasa

Prohort | Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - Mozilla Firefox

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

http://www.ceasa.gov.br/

Mais visitados

Prohort | Programa de Modernizaçã...

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Conab Companhia Nacional de Abastecimento

Mapa Links Fale Conosco

Prohort

Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro

Você está aqui: **PÁGINA PRINCIPAL**

Prohort Informa

Técnicos da Conab/Prohort participam de evento da Brasteece e visitam a Ceasa ES (15/03/2012)

Técnicos da Conab/Prohort participaram de evento da Confederação Brasileira das Associações e Sindicatos de Comerciantes em Entrepósitos de Abastecimento - Brasteece, a realizar-se nos dias 16 e 17 de março em Vila Velha (ES) e visitarão a Ceasa do Espírito Santo com objetivo de dar continuidade ao trabalho de atualização do diagnóstico dos mercados atacadistas de hortigranjeiros.

[Veja mais...](#)

Pressione sobre a tabela para mostrar o detalhamento dos preços

	AC 16/03	AL 16/03	BA 16/03	CE 16/03	DF 16/03	ES 16/03	GO 16/03	MG 15/03	MS 16/03	PA 15/03	PB 14/03	PE 16/03
ABACATE (KG)	2,20	1,00	2,10	1,50	1,50	1,47	1,25	0,83	1,50	2,01	1,80	1,00
ABACAXI (UND)	4,00	1,90	2,00	3,00	3,00	2,25	2,50	1,22	2,92	1,75	1,06	1,70
ABOBRITA (KG)	2,00	0,80	1,50	1,50	1,20	0,66	1,15	1,00	2,00	0,83	1,35	1,60
ABOBRINHA (KG)	1,50	1,20	0,95	0,70	0,83	1,02	1,75	0,67	1,75	2,30	2,50	2,00
ALFACE (DC)	1,30	7,20	6,00	6,40	6,67	3,00	0,00	6,00	14,67	14,40	6,60	4,00
ALHO (KG)	4,50	7,50	3,50	5,50	5,50	4,50	4,50	5,00	5,50	4,20	8,00	4,20
BANANA-NANICA (KG)	1,35	1,00	1,00	0,80	1,20	1,00	1,33	1,00	1,14	1,50	1,00	
BANANA-PRATA (KG)	1,14	1,15	1,40	1,00	1,75	1,18	1,47	1,60	2,27	1,35	0,64	0,52

Informações Gerenciais

- 1 - Comercialização nas Ceasas
- 2 - Preços médios
- 3 - Informações de Mercado (BI)

Eventos

Newsletter

PÁGINA PRINCIPAL AGROQUALIDADE CONJUNTURAS INSTITUCIONAL LEGISLAÇÃO NOTÍCIAS PUBLICAÇÕES LINKS MAPA DO SITE

Endereço: SGA 901 Bloco "A" lote 69 - Ara Sul - Cep: 70.790-010 - Brasília DF - Fone: (61) 3312-6378 (61) 3312-2250 - Fax: (61) 3226-1518

Concluído

Iniciar Sem título 1 - BrOffice.or... Prohort | Programa d...

14:35

Disponíveis informações sobre: Últimos 30 preços mais comuns no atacado (Ceasa) de referência no estado pesquisado, Últimos 30 preços médios no atacado (Ceasa) de referência no estado pesquisado; Últimos 30 preços médios por região no atacado (Ceasa) do estado pesquisado, Últimos 30 preços médios no atacado (Ceasa) da região pesquisada e últimos 30 preços mais comuns no atacado em todas as Ceasas.

Além destas o interessado por elaborar sua própria pesquisa utilizado-se dos parâmetros disponíveis inclusive com a geração de gráficos.

Quadro XXVI: Tela de Pesquisa do Sítio Ceasa

The screenshot shows the Prohort web application interface within a Mozilla Firefox browser. The address bar displays the URL: <http://dw.prohort.conab.gov.br/pentaho/Prohort>. The page header includes the Prohort logo and the text "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro". Below the header, there are navigation tabs: Consultas, Relatórios, Gráficos, Mapas, and Analíticos. The main content area is titled "Gráficos" and contains a message: "Selecione as informações desejadas e pressione o botão Executar no lado inferior direito da tela." Below this message, there are two panels: "Filtros de Informação" and "Formatação de Gráficos".

Filtros de Informação

- ☒ Ceasa: Região: Sudeste UF: Minas Gerais
- Unidade: (todos)
- ☒ Produto: Setor: HORTIGRANJEIROS Grupo: FRUTAS
- Subgrupo: -BRASILEIRAS Produto: LARANJA
- ☒ Origem: Região: Sudeste UF: (todos)
- Mesoregião: (todos)
- Microregião: (todos)
- Município: (todos)
- ☒ Tempo: Do Ano: 2011 Até o Ano: 2012
- Mês: (todos)
- Mês: (todos)

Formatação de Gráficos

- Tipo: Barra Horizontal
- Eixo: Município origem
- Valores: Quantidade (kg)
- ☐ Ranking: Maiores

5.2. REFAP

A Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP foi concebida com a função básica de ser indutora de ações que promovam, mediante prévia seleção e capacitação de unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de, por meio do associativismo, fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias ao suprimento da sua clientela.

É uma associação voluntária, sem alinhamentos jurídicos ou fiscais, que fomenta, sob o estímulo e apoio do agente público, ações de modernização e fortalecimento dos empreendimentos comerciais filiados.

Para a formalização das centrais de negócios cabe à Conab:

- definição das áreas de atuação, considerando a necessidade de apoio institucional ao segmento varejista de pequeno porte e a perspectiva de implantação de uma Central de Negócios,
- identificação do interesse das unidades varejistas em integrar os propósitos da rede, com elaboração de um cadastro técnico;
- formalização do termo de adesão da unidade varejista à rede, pactuando compromissos;
- identificação e alinhamento, em termos de prioridade, das deficiências apresentadas pelas unidades varejistas, para que seja articulado o apoio técnico requerido,
- gerenciamento do apoio técnico, diretamente pela Conab e/ou em articulação com entidades parceiras, abrangendo: pontos de venda, legislação, procedimentos comerciais, processos operacionais e gerenciais, fontes de suprimento e linhas de crédito,
- formação das Centrais de Negócios, contemplando: definição das unidades varejistas

parceiras, esclarecimentos e convencimento dos potenciais participantes, integração dos participantes, nivelamento profissional e processo de formalização da entidade,

- articulação institucional entre as Centrais de Negócios constituídas, fomentando a sua expansão, potencializando estratégias empresariais, elevando o associativismo e preservando os compromissos para com as comunidades circunvizinhas.

Os resultados esperados são:

- para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação, pela formalização e expansão do comércio local;
- para os varejistas: qualificação e expansão de seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto em condições favoráveis às indústrias fornecedoras, e
- para os fornecedores: expansão qualitativa das vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidades ociosas.

Desde a criação da Refap a SUREG/BA/SE recebeu a adesão de 96 varejistas, sendo 3 em 2011, tendo sido consolidada a formação de 1 central de negócios.

Em 2011, foi realizado o III Encontro Nacional da Refap, com o objetivo de nivelar e capacitar as equipes técnicas da Conab que atuam diretamente com a Rede. Durante o evento foram proferidas palestras com os seguintes temas: O Associativismo e o Pequeno Varejo Alimentar no Brasil, Tendências de Mercado no Associativismo, Desafios e Oportunidades de Centrais de Negócios, Casos de Sucesso em Centrais de Negócios e Superação de Dificuldades na Formação de Centrais de Negócios. Na oportunidade, foram realizadas 'salas de situações' quando foram discutidas, analisadas e apresentadas sugestões objetivando o aprimoramento da metodologia de formação das redes e a necessidade de padronização das informações dos relatórios operacionais/gerenciais.

Também foi realizada apresentação ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS dos projetos para expansão da Refap e da implantação de Unidade de Serviço Móvel Fluvial que tem como objetivo a aquisição de produtos da agricultura familiar, do extrativismo e pescado, bem como, o abastecimento social das populações ribeirinhas da Amazônia Legal, por meio de embarcações, tipo chata, atuando nas calhas dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Juruá, Purus e Madeira e duas Unidades Armazenadoras Frigorificadas.

5.3. Indicador de Desempenho

Percentual de Mercados Integrados na Base de Dados				
Descrição: Percentual de mercados atacadistas integrados em relação aos existentes no Brasil				
Objetivo: Acompanhar a evolução do processo de integração dos mercados atacadistas, conforme meta prevista				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% dos mercados existentes				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = número de mercados integrados e Y = número de mercados existentes				
Fonte: X e Y = Supab/Gehor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Periodicidade: Gerente da Gehor				
Resultados:				
2008				32,81
2009				53,13
2010				71,88
2011	Meta:		Realizado	84,38
Análise: Desde quando foi instituído o Programa tinha como meta integrar 64 mercados até o fim de 2011, sendo integrados no período 54 Ceasas/mercados. A meta não foi integralmente atingida devido a necessidade de investimentos, de organização e de capacitação de pessoal nas Ceasas e mercados atacadistas. Os 10 mercados restantes passaram a ser meta para 2012.				

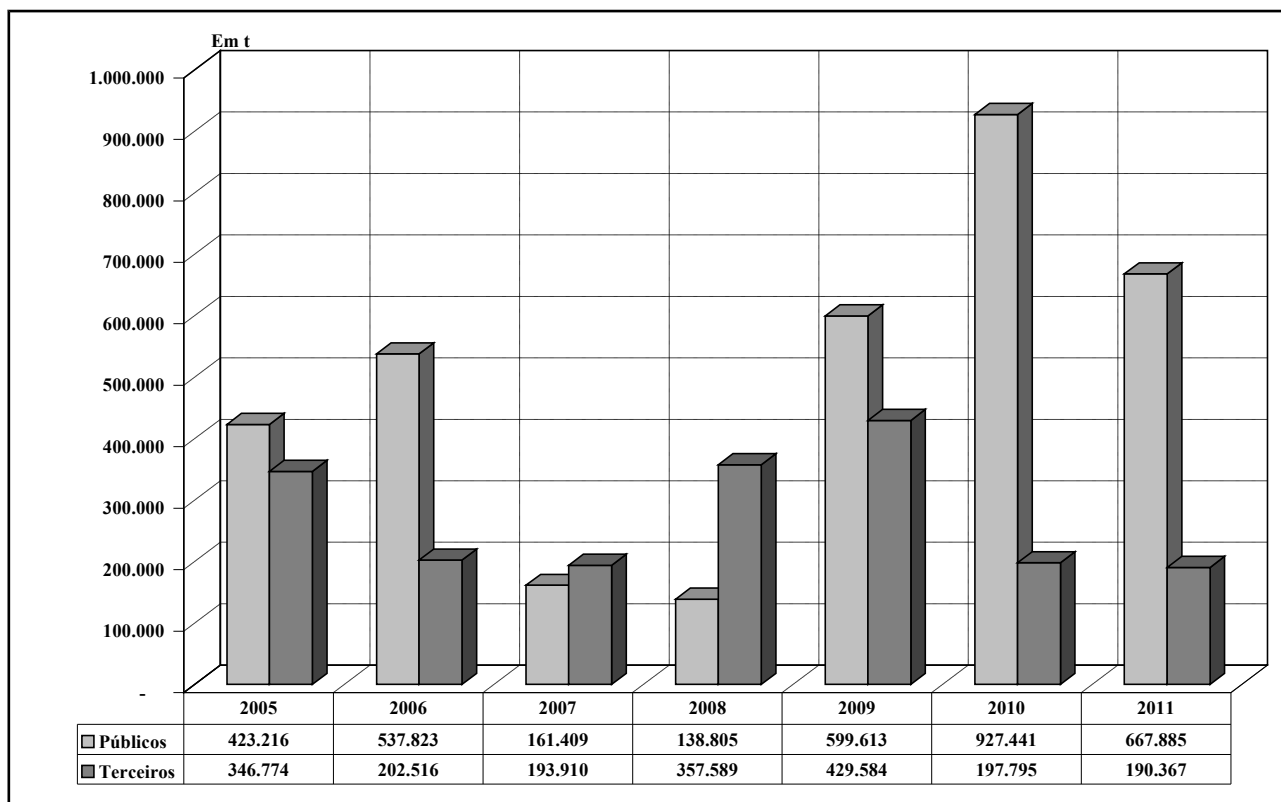
6. Prestação de Serviços

6.1. Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

A figura a seguir apresenta a evolução do estoque médio anual armazenado nas unidades próprias. Verifica-se que, à exceção dos exercícios de 2007 e de 2008, os estoques públicos superam os de terceiros.

Quadro XXVII: Evolução dos Estoques Armazenados, por Propriedade



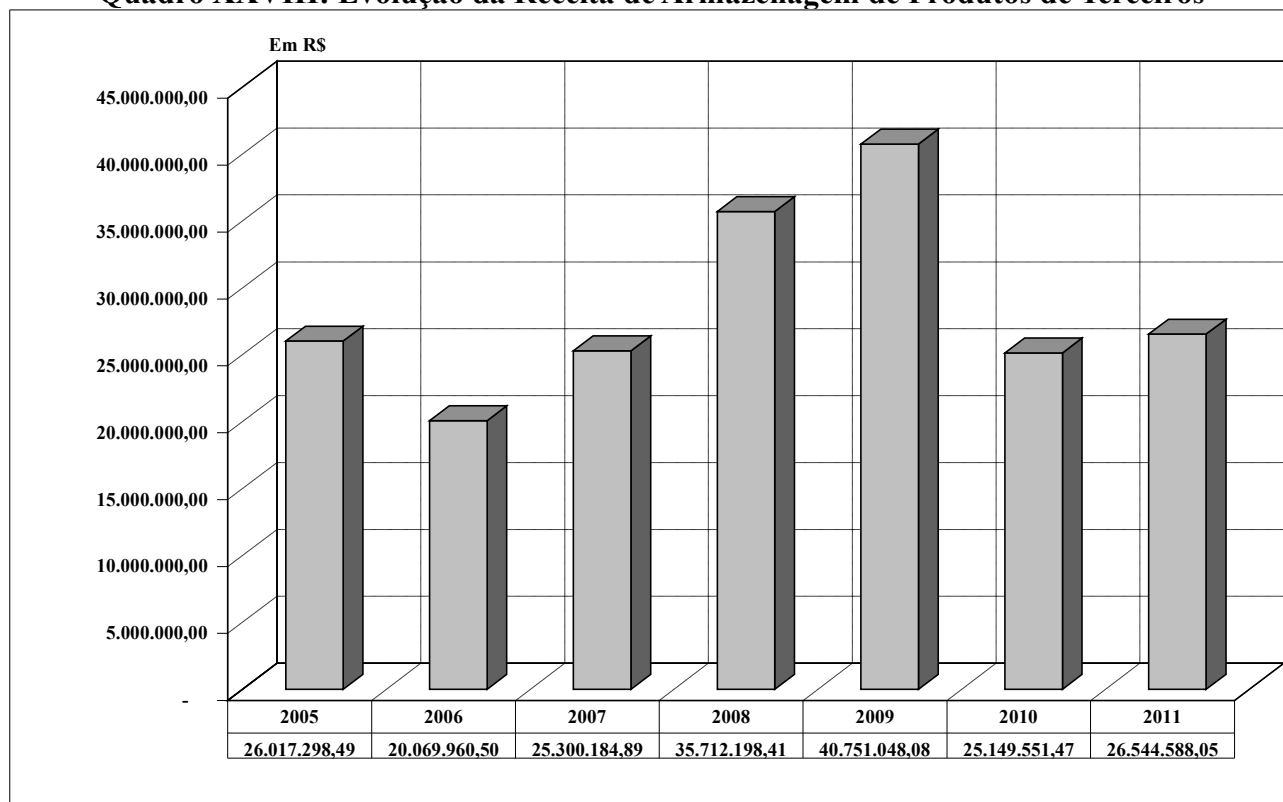
Fonte: Suarm/Gearm

No fim do exercício estavam estocados nas unidades próprias 544.900 Kg de produtos de terceiros, avaliados em R\$ 726.127,20.

6.2. Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros

Em 2011, o faturamento total com serviços de armazenagem de produtos de terceiros, incluindo as tarifas de armazenagem e as de garantia e produtos armazenados, foi de R\$26.544.588,05, com incremento de 5,5% sobre a do exercício anterior, conforme demonstrado na figura a seguir.

Quadro XXVIII: Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros



Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício-DRE

6.3. Demonstrativo do Resultado da Armazenagem

Para efeito de contabilização a atividade de armazenagem é agrupada no Subórgão 2231-Atividades Próprias que inclui a Matriz, a Sede das Regionais e as Unidades Armazenadoras.

Durante o exercício de 2011 o faturamento com os serviços de armazenagem de estoque de terceiros foi de R\$25.544.588,05, contribuindo para o resultado positivo de R\$46.581.842,38 apurado no fim do exercício.

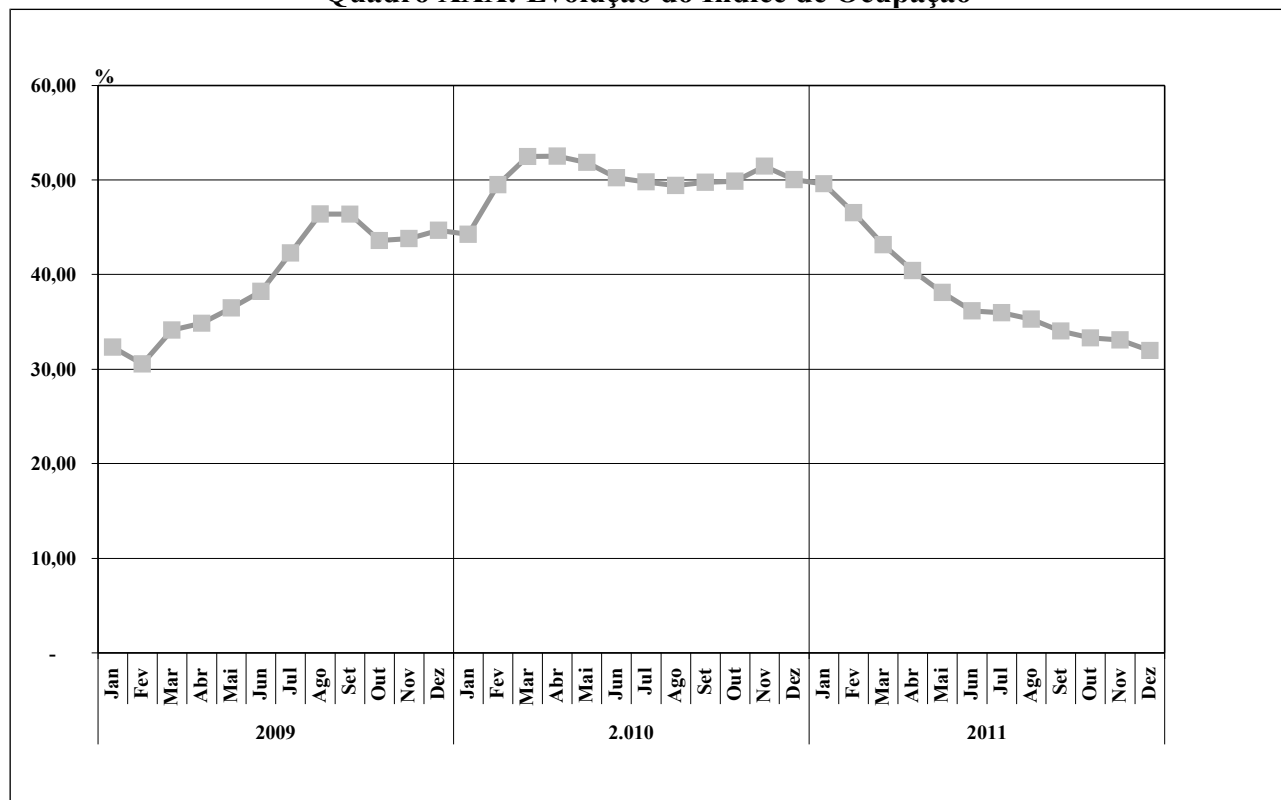
Quadro XXIX: Demonstrativo do Resultado do Exercício

Discriminação	Conab	Total
Receita de Vendas e Serviços	26.547.933,05	26.547.933,05
Receita de Vendas	3.345,00	3.345,00
Recebimento de Vendas em Balcão	103.627.518,93	103.627.518,93
Repasse de Vendas em Balcão	-102.280.339,88	-102.280.339,88
Recebimento da Agricultura Familiar	23.639.684,90	23.639.684,90
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	-23.639.684,90	-23.639.684,90
Vendas Abastecimento Social	3.345,00	3.345,00
Recebimento de Vendas do Funcafé	115.444.904,18	115.444.904,18
Repasse de Vendas do Funcafé	-115.444.904,18	-115.444.904,18
Vendas PGPM	7.568.243,64	7.568.243,64
Repasse de Vendas da PGPM	-8.915.422,69	-8.915.422,69
Receita de Serviços	26.544.588,05	26.544.588,05
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	3.164.555,99	3.164.555,99
=receita líquida de vendas e serviços	23.383.436,81	23.383.436,81
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-12,31	-12,31
=lucro bruto operacional	23.383.449,12	23.383.449,12
-Despesas Operacionais	1.070.814.494,39	1.070.814.494,39
Despesas de Pessoal	411.784.705,29	411.784.705,29
Despesas Financeiras	-	-
Despesas Comerciais e Administrativas	659.029.789,10	659.029.789,10
Receitas Operacionais Diversas	1.072.837.610,52	1.072.837.610,52
Resultado Não Operacional	21.175.277,13	21.175.277,13
Resultado	46.581.842,38	46.581.842,38

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício

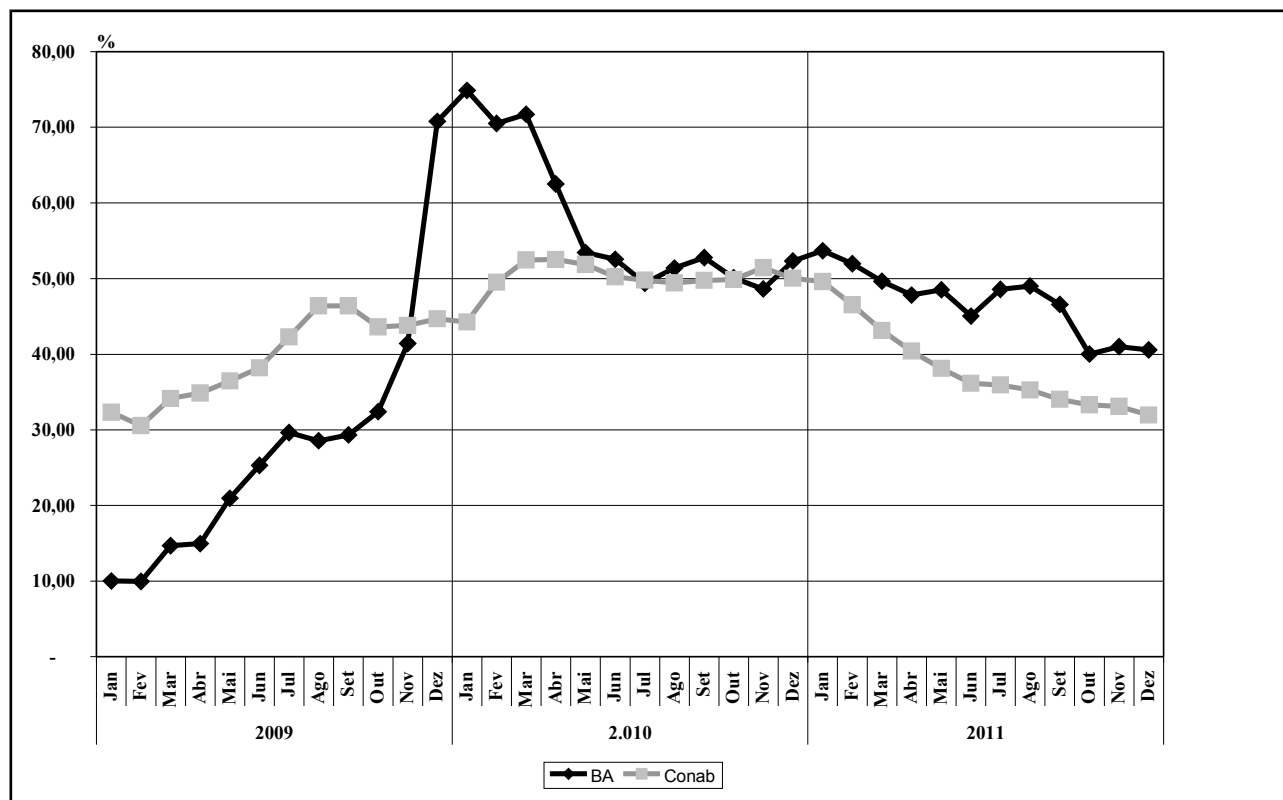
A figura a seguir apresenta a evolução do Índice de Ocupação da rede própria da Conab. Em relação ao ano anterior verifica-se redução dos índices mensais em função da redução dos estoques públicos ocasionada principalmente pelas vendas de milho e a redução das aquisições.

Quadro XXX: Evolução do Índice de Ocupação



Fonte: Suarm/Gearm

SUREG BAHIA



Quadro XXXI: Estoques de Terceiros

UF	Unidade	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
BA	Irecê	Mamona	544.900	726.127,20
Subtotal			544.900	726.127,20

Fonte: Suarm/Gearm

7. Administração de Estoques Públicos

7.1. Rede Armazenadora

A Rede Armazenadora Própria da SUREG/BA/SE é composta por 11 armazéns, agrupados em 6 unidades armazenadoras distribuídas nos estados da Bahia e de Sergipe. A capacidade estática total é de 35.089 toneladas, exclusivamente do tipo convencional.

Pode-se afirmar que a Rede, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

Referente às obras e serviços necessários à adequação da infraestrutura física das unidades e dos custos estimados dessas intervenções, visando à certificação dessas unidades, foi realizado um levantamento detalhado das necessidades, com base na Instrução Normativa n.º 12, de 08 de maio de 2009, com estimativa de custos totais de **R\$63.088.000,00**, a qual foi atualizada para **R\$49.558.000,00**, conforme quadros demonstrativos, tendo em vista as aquisições de equipamentos e obras realizadas nos exercícios de 2010 e 2011 e a publicação da Instrução Normativa n.º 29, de 08 de junho de 2011.

No exercício de 2011 foram investidos recursos da ordem de R\$ 4.004,92 em despesas correntes e inscritos em Restos a Pagar não Processados R\$ 4.294,91 referentes a investimentos que serão realizados no decorrer de 2012.

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando deverão ser certificadas as primeiras 5 unidades, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXII: Cronograma de Investimentos para Certificação das Unidades Armazenadoras

Obras/Serviços/Equipamentos	Exercício												Total
	2012			2013			2014			2015			
	Nº de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	Nº de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	Nº de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	Nº de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	
Aeração	5	774.700	200.000,00	14	402.100	275.000,00	32	493.400	200.000,00	40	522.400	0,00	675.000,00
Cerca e Portão			0,00			0,00			120.000,00			0,00	120.000,00
Local para guarda de agrotóxico			70.000,00			210.000,00			770.000,00			1.015.000,00	2.065.000,00
Pavimentação			0,00			3.180.000,00			12.405.000,00			1.050.000,00	16.635.000,00
Recinto de análise			0,00			0,00			530.000,00			1.095.000,00	1.625.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			180.000,00			630.000,00			1.440.000,00			1.800.000,00	4.050.000,00
Sinalização de trânsito			15.000,00			42.000,00			96.000,00			110.000,00	263.000,00
Captação de material particulado (secador)			505.000,00			3.080.000,00			4.415.000,00			255.000,00	8.255.000,00
Sistema de combate a incêndio			0,00			2.815.000,00			5.500.000,00			5.660.000,00	13.975.000,00
Sistema de Movimentação de Produto			20.000,00			190.000,00			180.000,00			420.000,00	810.000,00
Ventilação ambientes confinados/semiconfinados			95.000,00			130.000,00			145.000,00			10.000,00	380.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m²)			30.000,00			255.000,00			405.000,00			15.000,00	705.000,00
Total	5	774.700	1.115.000,00	14	402.100	10.807.000,00	32	493.400	26.206.000,00	40	522.400	11.430.000,00	49.558.000,00

Fonte: Suarm/Gearm

7.1.1. Estoques Depositados nas Unidades Próprias

No fim do exercício, os estoques públicos depositados nas unidades armazenadoras próprias somava 16.334.137 toneladas e 218.639 unidades de diversos produtos (sacaria, equipamentos, estruturas e utensílios das barracas de comercialização de pescado etc).

7.1.2 Estoques Depositados nas Unidades de Terceiros

No fim do exercício, os estoques públicos depositados em unidades de terceiros era de 24.490.916 Kg, avaliados em R\$ 37.741.333,16.

7.1.3 – Capacidade Estática de Armazenagem Nacional

O Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e a qualificação, ou seja, os equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

No fim do exercício estavam cadastrados 628 armazéns com capacidade estática total para 4.021.787 toneladas, e destas apenas 35 armazéns (71.106 toneladas) estavam credenciadas para trabalharem com os estoques públicos, conforme detalhado no próximo quadro.

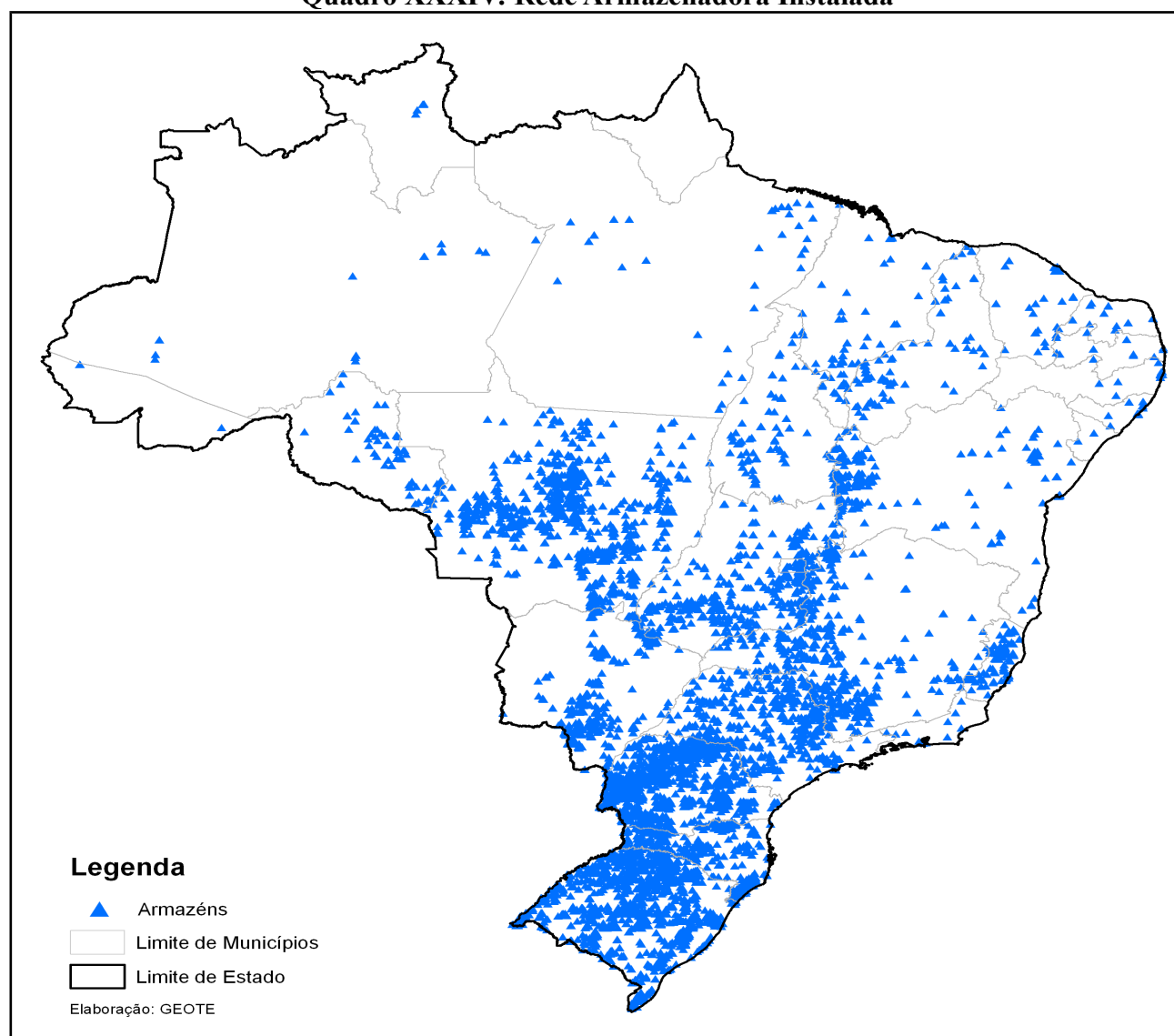
Quadro XXXIII: Demonstrativo da Capacidade Estática de Armazenagem

UF	N.º de Armazéns	Capacidade Estática (Em t)						
		Cadastrada			Credenciada		Impedida/Descredenciada/Sem Contrata de Depósito	
		Convencional	Granel	Total	N.º de Armazéns	Capacidade	N.º de Armazéns	Capacidade
BA	627	886.933	3.131.633	4.018.566	34	67.885	593	3.950.681
SE	1	3.221	0	3.221	1	3.221	0	0
Total	628	890.154	3.131.633	4.021.787	35	71.106	593	3.950.681

Fonte: Suarm/Gecad

A figura a seguir apresenta a forte concentração de armazéns nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste. A primeira com cerca de 43,84% da capacidade estática instalada, enquanto as demais possuem 32,40% e 15,71%, respectivamente.

Quadro XXXIV: Rede Armazenadora Instalada



Fonte: Suarm/Gecad

Quanto à localização das unidades armazenadoras, verifica-se o predomínio daquelas instaladas em áreas urbanas, que representam 45,24% da capacidade estática total, enquanto as instaladas em fazendas representam apenas 13,24%. A guarda dos produtos nos locais de produção é prática de suma importância tanto como complemento da rede armazenadora urbana quanto para minimizar perdas quantitativas e qualitativas a que estão sujeitas os produtos colhidos, além disto

possibilita economia na remoção de produtos, com deslocamento em períodos de entressafra quando o valor dos fretes são menores. Não poder estocar em casa, em regra, traduz-se em perda de competitividade. A baixa capacidade de armazenagem nas fazendas é função de fatores econômicos, pouca difusão da tecnologia gerada e/ou adaptada e a falta de planejamento global do setor armazenador.

Em países com maior capacidade de armazenagem em nível de fazenda o processo de armazenagem segue uma lógica, com início nas fazendas evoluindo para os sistemas coletor, intermediário e terminal. No Brasil, a maior parte da produção sai das fazendas direto para os centros consumidores, e as quantidades retidas nas propriedades rurais destinam-se, quase que exclusivamente, à subsistência, sendo armazenados, principalmente, em paióis ou depósitos precários, sujeitas a todo tipo de deterioração.

O quadro abaixo contempla os dados referentes à Sureg/BA/SE:

Quadro XXXV: Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Localização

UF	Localização				Total
	Fazenda	Portuário	Zona Urbana	Zona Rural	
BA	1.767.186	11.580	1.033.753	1.206.047	4.018.566
SE	-	-	3.221	-	3.221
Total	1.767.186	11.580	1.036.974	1.206.047	4.021.787

Fonte: Suarm/Gecad

O atendimento aos produtores rurais se torna mais restrito quanto de observa a propriedade e a possibilidade de acesso à capacidade estática. Cerca de 19,% da capacidade estática instalada é de propriedade de cooperativas, restrita aos cooperados, os governos federal, estaduais e municipais possuem apenas 4,0%, o restante é de propriedade privada. Quanto à possibilidade de acesso verifica-se que apenas 41,7% da capacidade estática é de uso público enquanto 58,3% é de uso exclusivo dos proprietários. Na Sureg/BA/SE, em números absolutos, seguem os dados:

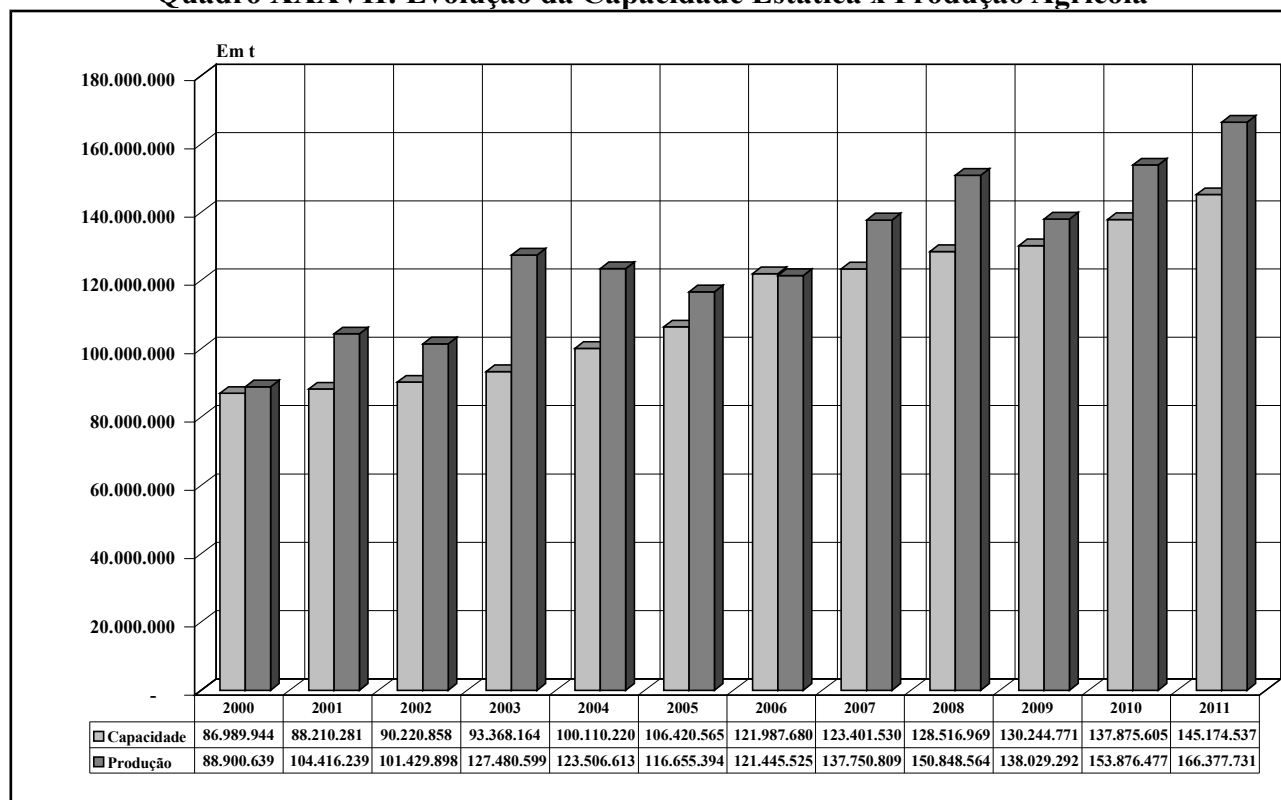
Quadro XXXVI: Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Entidade

UF	Entidade			Utilização	
	Cooperativa	Oficial	Privado	Pública	Privada
BA	139.556	31.868	3.847.142	429.391	3.589.175
SE	-	3.221	-	3.221	-
Total	139.556	35.089	3.847.142	432.612	3.589.175

Fonte: Suarm/Gecad

No Brasil, a capacidade estática de armazenagem é inferior à produção, 145,2 milhões de toneladas estáticas ante uma produção de 166,4 milhões de toneladas de grãos e fibras produzidas em 2011. Considerando-se a recomendação da FAO para que a capacidade estática de armazenagem de um país seja igual a 1,2 vezes sua produção agrícola anual, o nível indicado para o Brasil seria de cerca de 200,0 milhões de toneladas.

Quadro XXXVII: Evolução da Capacidade Estática x Produção Agrícola

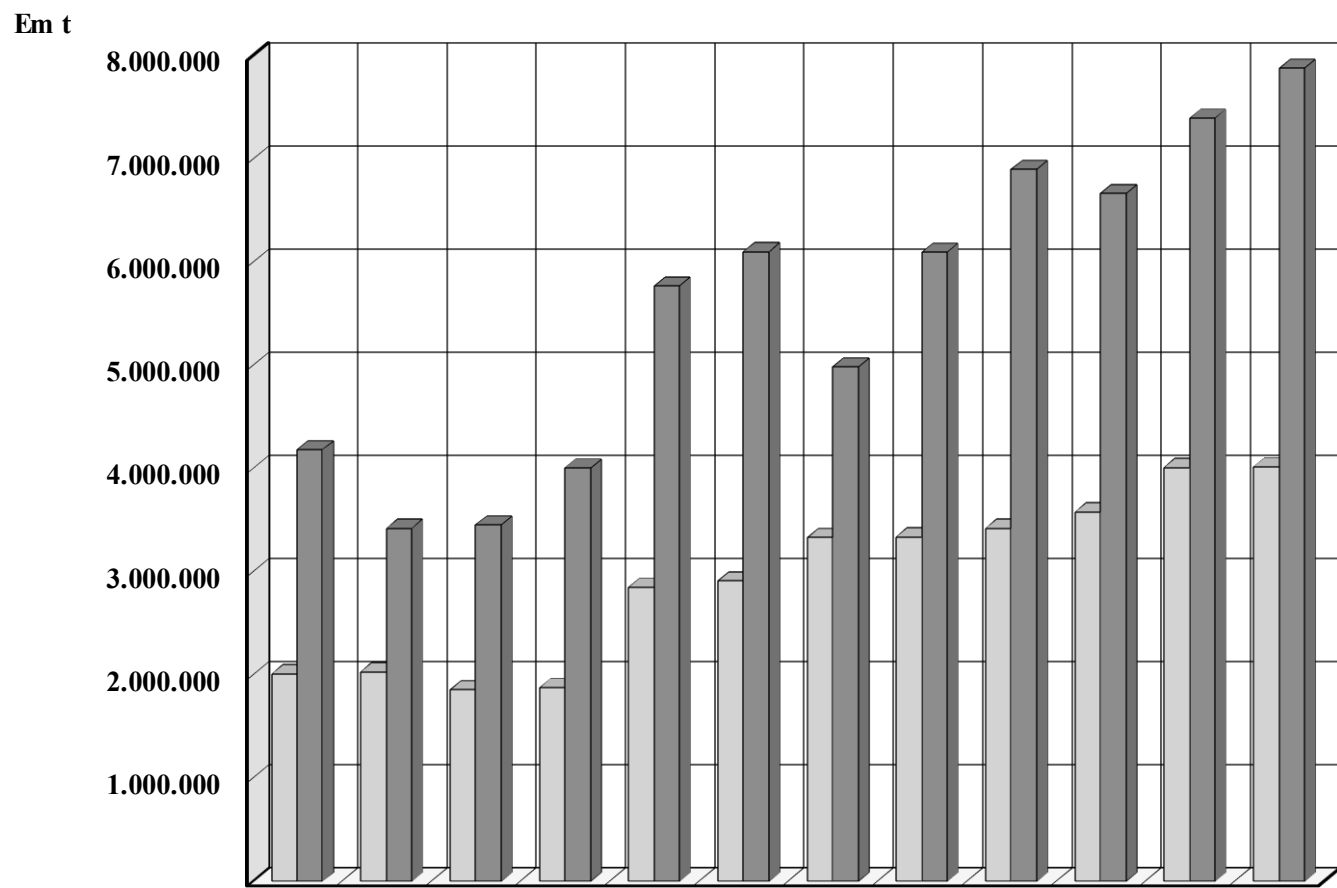


Fonte: Suarm/Gecad

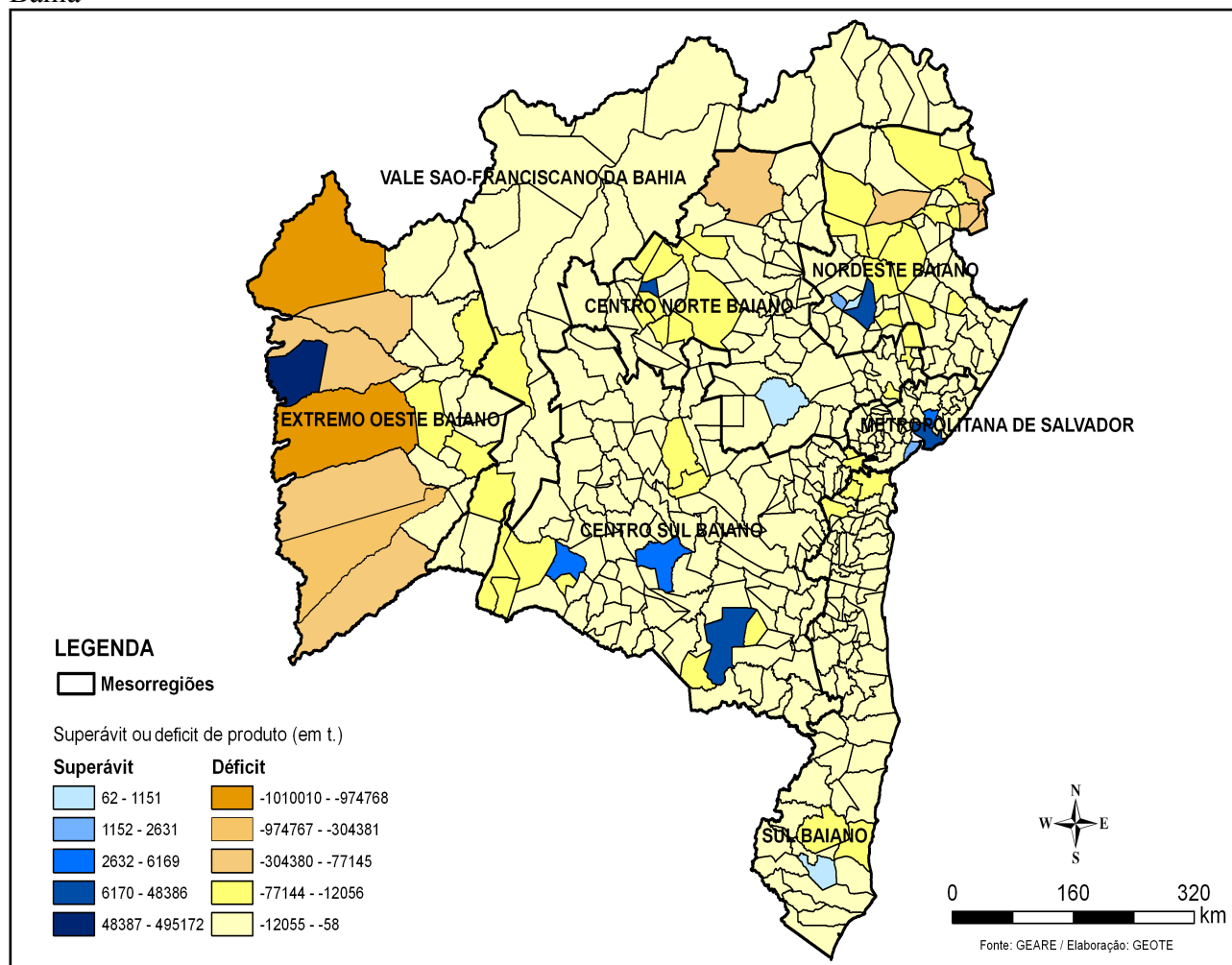
A figura a seguir apresenta a ocorrência de déficit ou superávit em nível municipal. Para o resultado apresentado foram utilizadas tão somente a capacidade estática instalada e a produção agrícola de 2011 (algodão – herbáceo e arbóreo-, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca – 25% do total de raiz produzida-, milho, rami, soja, sorgo, trigo, triticale, cacau, café, castanha de caju, guaraná e sisal).

Apesar da ocorrência de déficit de armazenagem em quase todos os municípios brasileiros esta situação não tem criado problemas aos produtores rurais, exceto nos estados das regiões Centro-Oeste e Sul, onde a agricultura é praticada de forma mais intensa com a ocorrência de várias safras e em maior escala; existe grande quantidade indústrias que tem como matéria prima produtos recebidos diretamente dos produtores e com forte concentração de armazéns com uso privado, reduzindo-se a oferta de espaço de uso público.

Em decorrência do pequeno número de armazéns credenciados na Região Sul, principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a Conab desenvolveu as operações de Repasse e Revenda dos Contratos de Opção de Venda de arroz, objetivando minimizar a formação de estoques públicos por não dispor de espaço disponível para o recebimento e manutenção de grande quantidade deste produto.

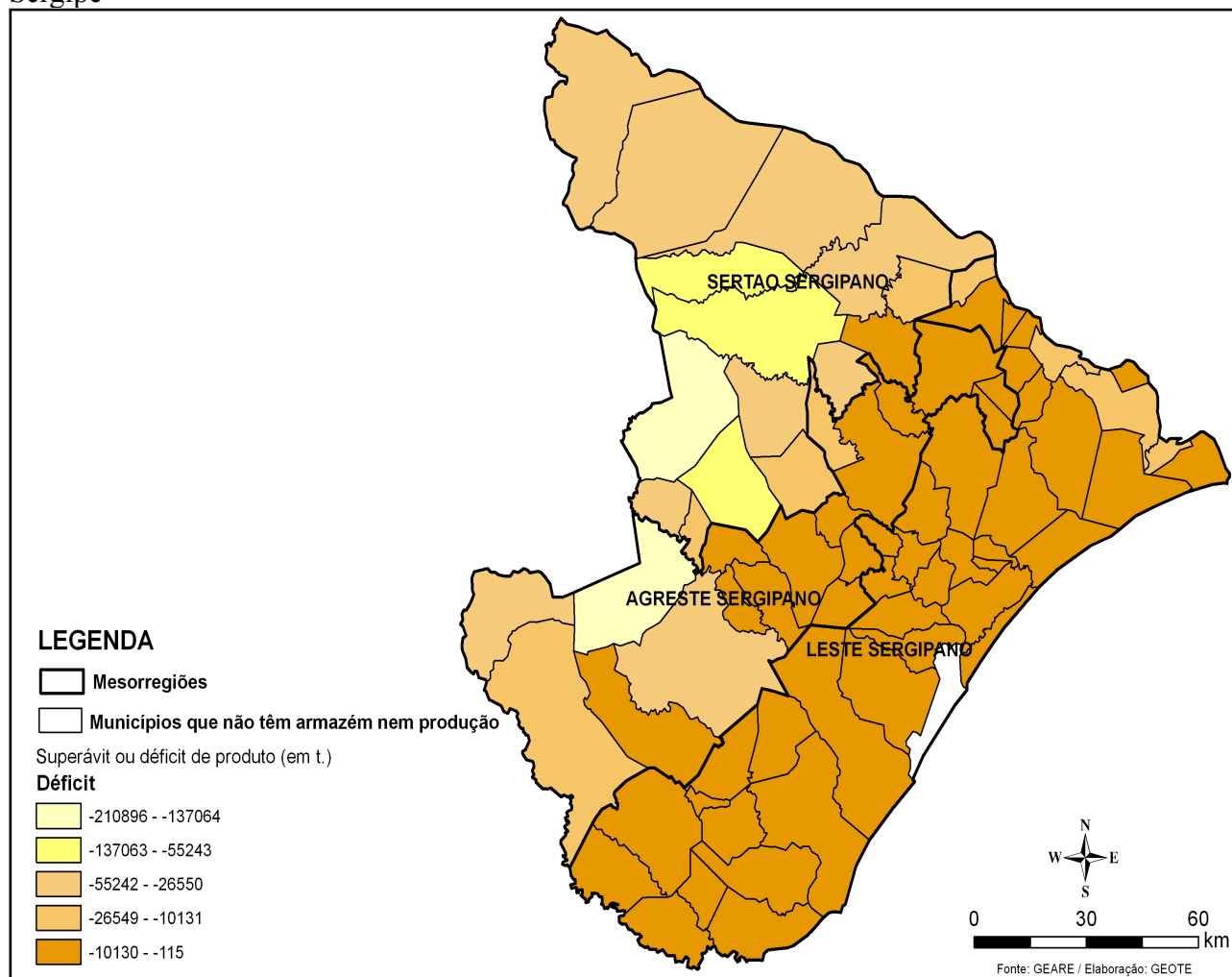


Abaixo, mapas sobre a capacidade estática de armazenagem na Sureg-BA/SE



Fonte: IBGE e Conab

Dos 417 municípios incluídos na pesquisa foram registrados déficits de armazenagem em 398, ocorrendo na maioria a inexistência total de estruturas armazenadoras. De acordo com a metodologia utilizada (produção agrícola x capacidade estática) verifica-se a ocorrência de superávit de armazenagem nos municípios de Luís Eduardo Magalhães (495.172 toneladas), Salvador (48.386 t), Conceição do Coité (30.793 t), Irecê (29.071 t), Vitória da Conquista (21.844 t), Guanambi (6.169 t), Brumado (6.095 t), Candeias (4.659 t), Vera Cruz (2.631 t), São Domingos (2.101 t), Itaberaba (1.151 t), Teixeira de Freitas (1.029 t) e Retirolândia (62 t). Por outro lado os maiores déficits ocorrem na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano, principalmente em Barreiras (188.615 t), Jaborandi (304.381 t), Formoso do Rio Preto (974.768 t) e São Desidério (1.010.010 t).



Fonte: IBGE e Conab

Dos 75 municípios incluídos na pesquisa foram registrados déficits de armazenagem todos. Com apenas 1 armazém cadastrado, de propriedade da Conab, no município de Itabaiana o Estado apresenta déficit em todos os municípios, com destaque para Simão Dias (137.064 t) e Carira (210.896 t)

7.1.4. Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

7.2 Atividade de Fiscalização

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc. O quadro de fiscais na Matriz é composto por 22 empregados que atuam na coordenação das diversas etapas e, também, na fiscalização dos armazéns, enquanto que as Regionais detêm 108 fiscais treinados e aptos para a execução da atividade.

Em 2011 foram realizadas 6.030 fiscalizações, sendo 4.209 relacionadas aos estoques públicos e 1.821 às operações de garantia e sustentação de preços.

7.2.1. Fiscalização dos Estoques Públicos

Nas operações realizadas em 2011 foram fiscalizados de forma acumulada, e por fiscais da Matriz e das Regionais, 4.209 armazéns e 24,0 milhões de toneladas de produtos vinculados à PGPM, ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, a estratégia Fome Zero, aos estoques próprios e de terceiros armazenados em unidades próprias.

Quadro XXXVIII: Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	11.179.316	11.122.438	8.356.235	8.337.937
Contrato de Opção	28.385.799	28.223.790	15.019.955	14.967.502
Agricultura Familiar	538.814	538.262	436.550	428.762
Fome Zero	141.307	141.219	36.863	36.863
Estoque Próprio	6.077	6.077	5.575	5.526
Varreduras	816	816	109.101	109.104
Terceiros	147.323	147.323	147.750	147.746
Total	40.399.452	40.179.925	24.112.029	24.033.440

Fonte: Sufis/Gefis

Em relação ao exercício anterior verifica-se queda de 40,2% no volume fiscalizado, em função da redução dos estoques públicos e redução nas aquisições governamentais.

Nas operações realizadas na Sureg/BA/SE foi registrada apenas uma perda quantitativa em armazenagem, referente a uma tonelada de milho. As diferenças apuradas são registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento são procedidas as baixas contábeis pelas Suregs, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações-Suope (para abertura do processo administrativo), Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças-Sufin (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92, e encaminha à Procuradoria Geral da República.

7.2.2. Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

Em 2011 foi realizada por fiscais da Matriz e das Regionais, a fiscalização de 3.481 operações de comercialização (PEPRO, PEP, VEP, Vendas em Balcão, Subvenção aos extrativistas) e de apólices de seguro rural, esta em atendimento à solicitação do MAPA.

7.2.3. Avaliação Física e Geral dos Armazéns

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Em 2011 foi constatada a ocorrência de 343 irregularidades nos armazéns vistoriados, no âmbito da Sureg/BA/SE. Ainda, na Sureg/BA/SE não houve descredenciamento de armazéns, no mesmo exercício.

7.2.4. Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos

Durante o exercício, a Conab emitiu cobranças no valor de R\$27.114.396,12 referentes a Desvio ou Perdas em Armazenagem de 75.393 toneladas de produtos vinculados aos estoques governamentais. Das cobranças realizadas em 2011 ou em anos anteriores, foram recuperados R\$6.967.511,33 e 13.635 toneladas de produtos. Até o fim do período, haviam 4.533 processos ajuizados, 5 processos encaminhados para ajuizamento e 3 em andamento, no valor total de R\$1.661.739.111,82.

7.3 Atividade de Movimentação de Estoques

Atividade de fundamental apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab a movimentação de estoques pode ocorrer nos seguintes casos:

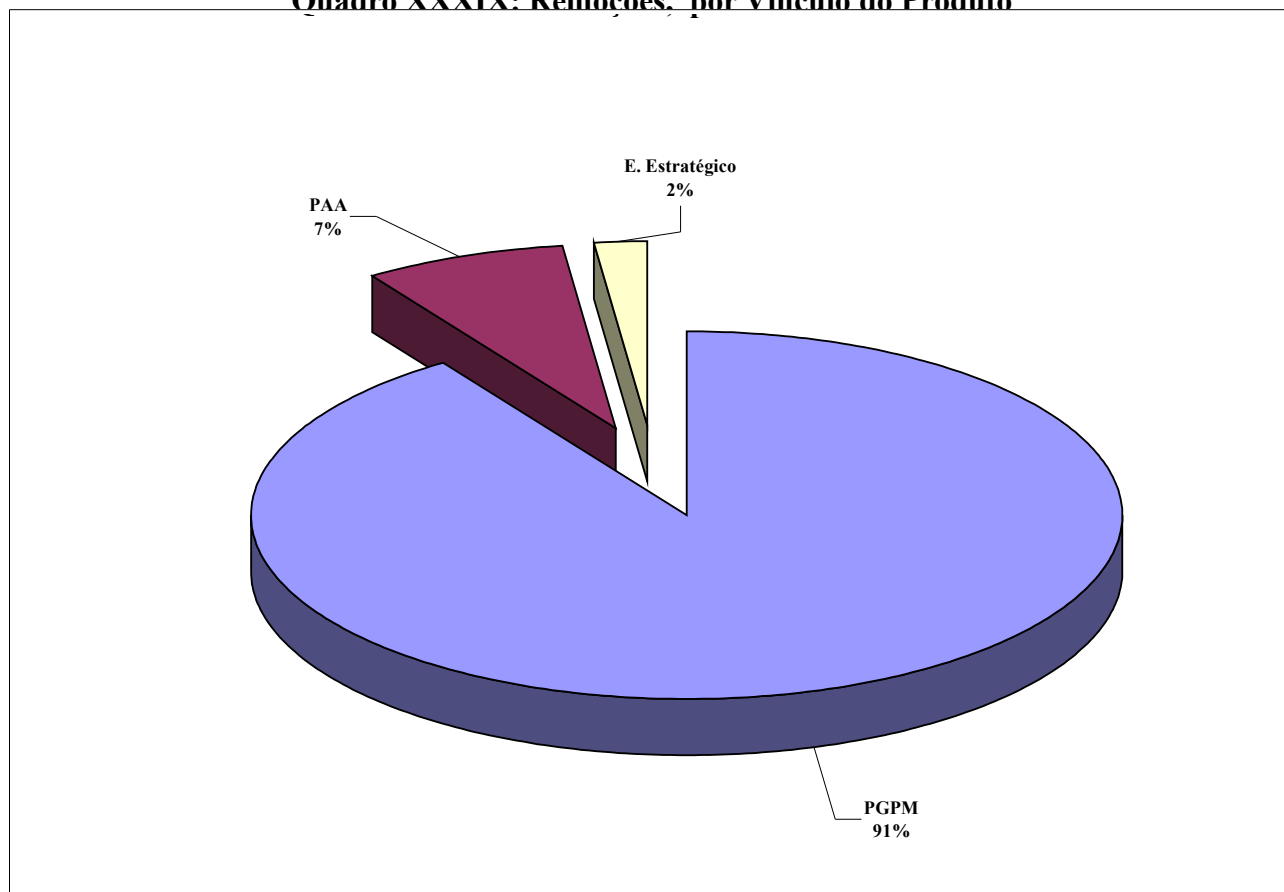
- para liberação de espaço visando acolhimento da safra;
- atendimento de determinação judicial;
- rescisão do Contrato de Depósito;
- atendimento de cláusula contratual, a pedido do depositário;
- risco iminente de perda quantiquantitativa do produto, constatado pela fiscalização da Conab, tais como: danos nos equipamentos do armazém necessários à segurança e/ou conservação do produto, estrutura física do armazém comprometida, inundação, incêndio, abandono do produto pelo depositário, ameaça de pilhagem e outros motivos de impedimento técnico do armazém;
- constatação de desvio parcial do produto;
- realização de operações de compra com remoção simultânea em regiões com deficiência de armazenagem;
- descredenciamento do armazém;
- pendência financeira do depositário, com recomendação de remoção pela área de cobrança da Conab;
- atendimento ao programa de venda em “balcão” ou outro envolvendo estoques administrados pela Conab de produtos e embalagens de propriedade da Conab e/ou vinculados a Programas Governamentais.

As contratações de frete são realizadas na Matriz, por meio de leilões eletrônicos utilizando-se o Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, de acordo com o Regulamento para Contratação de

Serviços de Transporte, constante do Manual de Operações da Conab-MOC, Título 13 – Movimentação de Estoques da Conab.

No âmbito da matriz, em 2011, foram realizados 44 leilões e uma contratação por meio de Carta Convite quando foi contratada a remoção de 404.404 toneladas de diversos produtos vinculados à PGPM, ao PAA, aos estoques estratégicos (MDS e Defesa Civil) para distribuição à famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional. O custo total das contratações foi de R\$81.125.244,02.

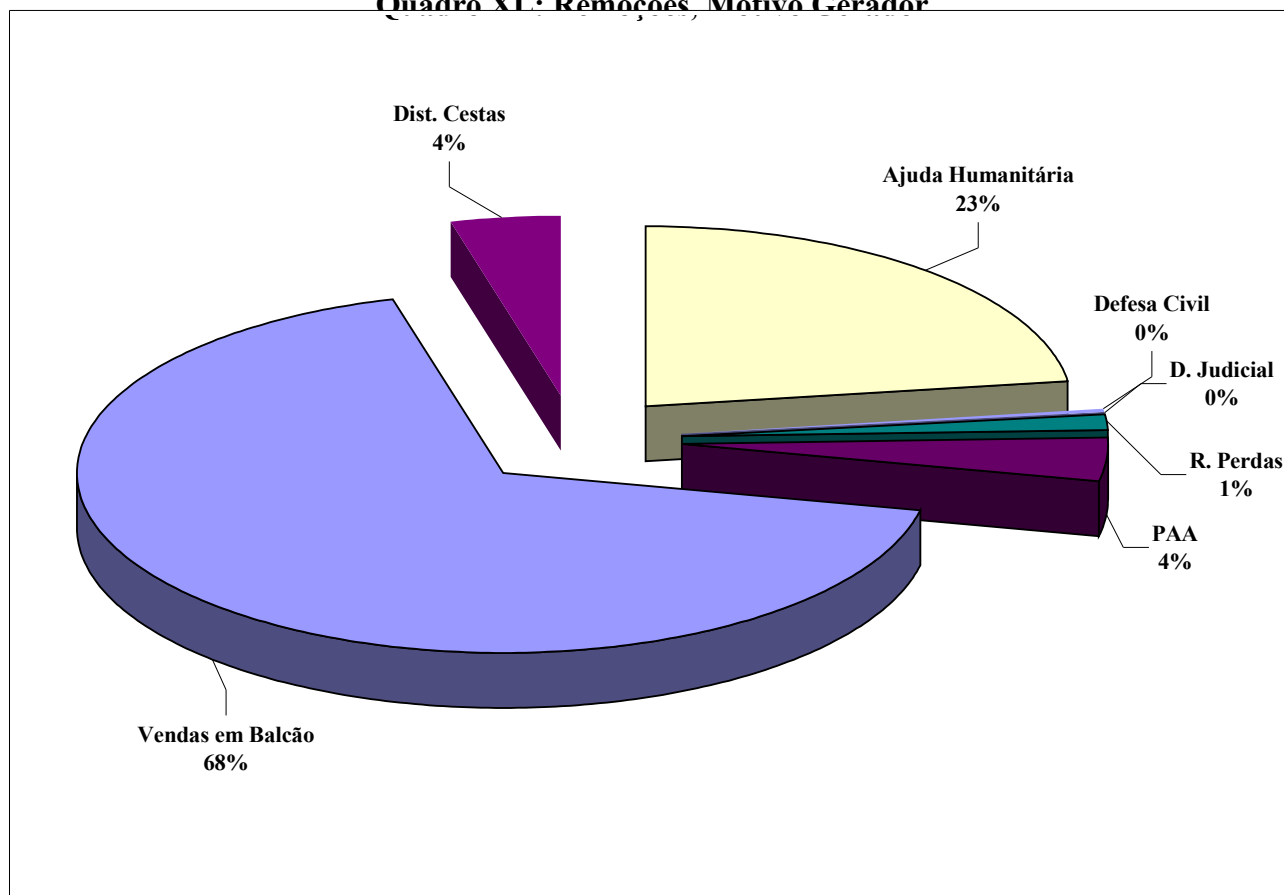
Quadro XXXIX: Remoções, por Vínculo do Produto



Fonte: Suarm/Gemov

Como motivo gerador das remoções destacou-se o atendimento ao Programa Vendas em Balcão com participação de 68% da quantidade contratada, seguido da remoção de produtos para doação aos países amigos a título de ajuda humanitária internacional, com 23%. As demais foram para atendimento às solicitações do MDS e da Defesa Civil, para atendimento a decisões judiciais, a retirada de produtos da agricultura familiar dos postos de compra, e, também, a retirada de produtos de unidades armazenadoras onde foram constatados pela fiscalização a ocorrência de risco de perdas qualitativas e/ou quantitativas de produtos.

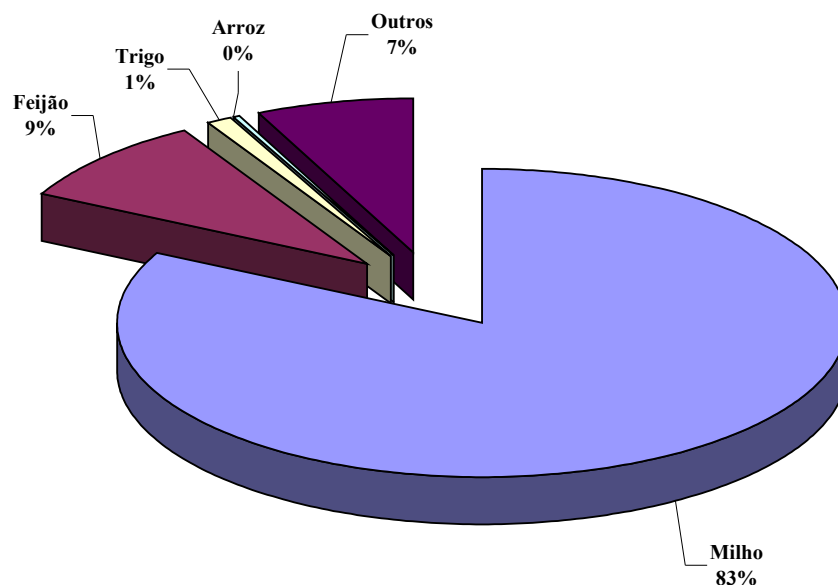
Quadro XI: Remoções, Motivo Gerador



Fonte: Suarm/Gemov

Destacou-se o milho com participação de 83% da quantidade contratada para atendimento à demanda do Vendas em Balcão e para Ajuda Humanitária Internacional, seguido pelo feijão (9%) também para envio aos países amigos, para doação a entidades públicas ou as de interesse social, em cumprimento á determinação da Lei n.º 12.058/2009. O Grupo Outros agrega diversos produtos alimentícios utilizados na formação de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Quadro XLI: Remoções, por Produto



Fonte: Suarm/Gemov

a) Remoção de Produtos Vinculados à PGPM

Dos produtos vinculados à PGPM (AGFs e Contratos de Opção de Venda) foi contratada a remoção de 366.157 toneladas, representando cerca de 91,1% do total contratado. Destas, 272.438 toneladas foram destinadas ao abastecimento interno por meio do Programa Vendas em Balcão, 87.452 toneladas para doação como Ajuda Humanitária Internacional e o restante, 876 toneladas, foram contratadas devido a risco de perdas do produto e em cumprimento a decisões judiciais.

Durante o exercício foram efetivamente removidas 247.067 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLII: Demonstrativo das Remoções Contratadas

UF		Produto	Motivo	Valores no Leilão		Quantidades (Em t)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratadas	Removidas	Canceladas	Aditadas	A Remover
MT	BA	Milho	Vendas em Balcão	41.344,50	30.990,00	150.000	150.000	0	0	0
Total				41.344,50	30.990,00	150.000	150.000	0	0	0

Fonte: Suarm/Gemov

As remoções para os estados das Regiões Norte e Nordeste, norte do Estado de Minas Gerais e os estados do Espírito Santo e Santa Catarina foram justificadas por meio da Nota Técnica Supab n.º 03/2011, anexa ao Voto Dirab n.º 8/2011 e aprovada na 991.ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da Conab, em 13 de abril de 2011, conforme detalhado a seguir.

- Bahia – com base no histórico de comercialização do Programa Vendas em Balcão de exercícios anteriores, os estoques armazenados nas UAs de Itabaiana e Entre Rios,

localizadas no Estado da Bahia, foram considerados suficientes para a venda prevista para todo o exercício de 2011, sendo necessária apenas a remoção de 150 toneladas para a UA-Santa Maria da Vitória. O pleito foi atendido com a contratação de frete de milho armazenado em unidade de terceiros em Lucas do Rio Verde-MT.

As remoções de estoques públicos de feijão e milho atenderam ao contido na Lei n.º 12.429, de 20 de junho de 2011, que autorizava o Poder Executivo a doar produtos alimentícios para assistência humanitária internacional.

b) Remoção de Produtos do MDS

Em atendimento às solicitações do MDS foi contratada a remoção de 38.475 toneladas de cestas de alimentos, ou de produtos alimentícios, para a formação de cestas ou para retirada de estoques dos polos de compra, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XLIII: Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS

UF		Valores (R\$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
AL	SE	4.112,58	4.112,58	73.680	-	-	-	73.680
Subtotal		4.112,58	4.112,58	73.680	-	-	-	73.680
BA	BA	195.309,10	195.309,10	2.420.795	755.195	25.600		1.640.000
	SE	22.367,19	22.367,19	200.000	-	-	-	200.000
Subtotal		217.676,29	217.676,29	2.620.795	755.195	25.600	-	1.840.000
RS	BA	1.774.866,23	1.774.866,23	4.813.320	1.697.460	-	-	3.115.860
	SE	183.546,96	183.546,96	431.190	386.190	-	-	45.000
Subtotal		1.958.413,19	1.958.413,19	5.244.510	2.083.650	-	-	3.160.860
Subtotal		2.180.202,06	2.180.202,06	7.938.985,00	2.838.845,00	25.600,00	-	5.074.540,00
Tota Geral		4.138.615,25	4.138.615,25	13.183.495,00	4.922.495,00	25.600,00	-	8.235.400,00

c) Preços Mínimos

O preço mínimo é o resultado de estudos realizados pela Conab e acordado com o MAPA e Ministério da Fazenda, com vistas à aprovação pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para, finalmente, ser oficializado por portaria ministerial. Geralmente é publicado antes do período do plantio e presta-se a várias finalidades, entre elas servir de parâmetro para as operações de política agrícola e de abastecimento, propiciando aos agricultores alternativas de parâmetros para a decisão de plantio.

Funciona ainda como preço piso para a comercialização da safra, garantindo renda ao agricultor e sinalizando estímulos à produção.

d) Remoções de Produtos dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

A realização das remoções teve como motivo principal a necessidade de abertura de espaço para o recebimento de produtos da safra 2008/09 e o atendimento do Programa Vendas em Balcão nas Regiões Norte e Nordeste. As quantidades contratadas e removidas estão detalhadas no quadro a seguir.

e) Posição dos Estoques Públicos

No fim do exercício, os estoques públicos vinculados à PGPM, na área sob jurisdição da Sureg/BA/SE, registravam um volume 40.929,1 toneladas de produtos e 52.389 unidades de sacaria, conforme quadro abaixo. As sacarias foram adquiridas para ensaque de milho em grãos do Programa Venda em Balcão.

O quadro abaixo demonstra os estoques públicos vinculados à PGPM, nos Estados da Bahia e Sergipe.

Quadro XLIV: Posição dos Estoques Públicos –Bahia e Sergipe

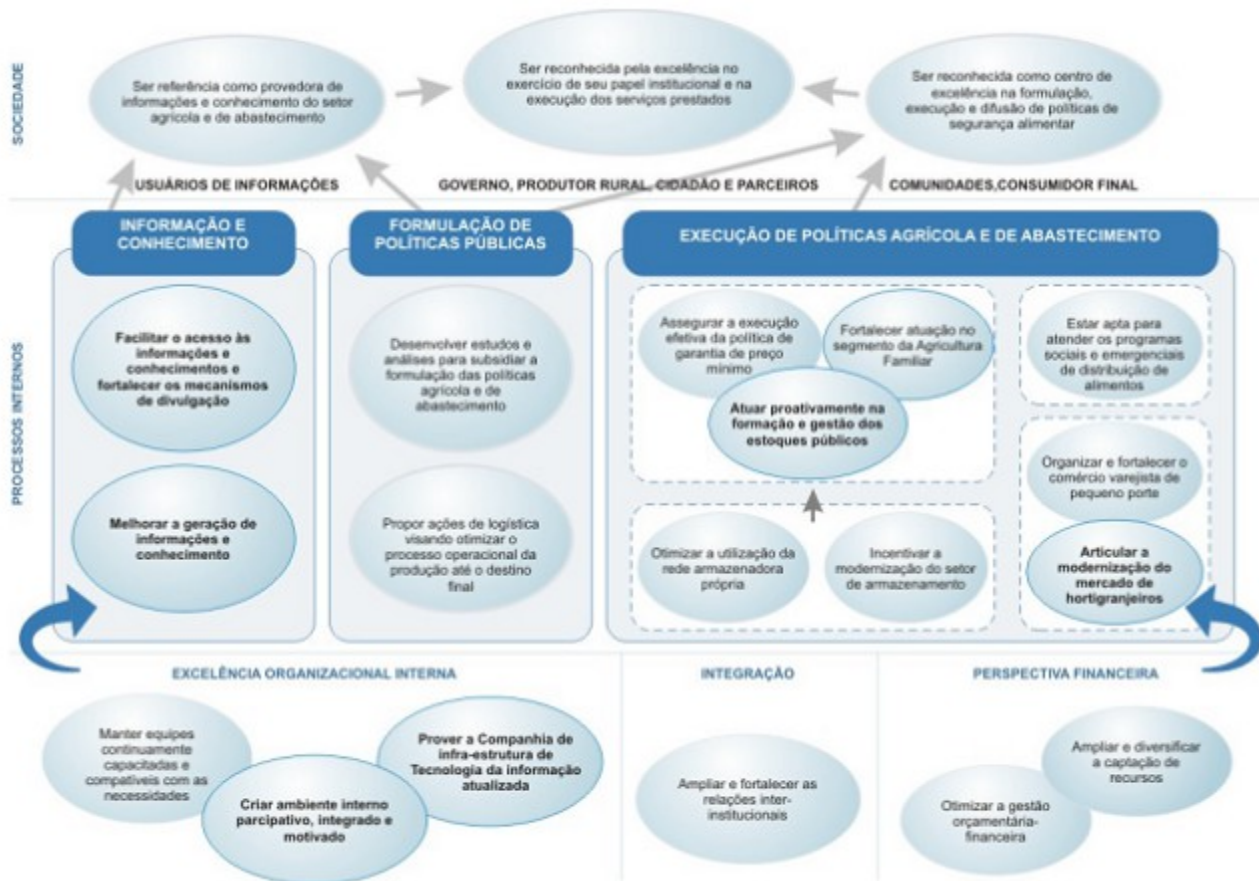
Posição do Estoques – 31/12

Produto	Vínculo	Estoque (t)			Variação (%) (b/a)	Variação (%) (c/b)
		2009(a)	2010(b)	2011(c)		
Algodão		0	151,2	0	-	-100
Cafê	Contrato de Opção	-	-	635,2	-	-
Milho	AGF	294,3	17.095,6	12.876,5	5.708,90	-24,68
	Contrato de Opção	0,0	3.309,8	2.926,5	-	-11,58
Sisal	AGF	12.391,9	23.149,4	24.490,9	86,81	5,79
Sacaria(1)		83.889,0	35.493,0	52.389,0	-57,69	47,60
Total	Produto	12.686,2	43.554,8	40.929,1	243,32	-6,03
	Sacaria	83.889,0	35.493,0	52.389,0	-57,69	47,60

Fonte: Suope/Matriz e Geope/Secom

8. Gestão Estratégica

Conforme informações repassadas pela Matriz, existe um Grupo de Trabalho constituído para retomar a Gestão Estratégica da Companhia, como um todo. Abaixo, o atual Mapa Estratégico adotado.



9. Geração e Difusão de Informações

As informações e o conhecimento disponibilizados pela Companhia contribuem para o desenvolvimento da sociedade e são essenciais para a formulação de políticas públicas, para a regulação da oferta de alimentos e para a organização da comercialização agrícola, além de oferecer meios para a garantia de renda do produtor.

Visando atender ao seu público alvo e à sociedade, a Conab elabora e disponibiliza informações da agropecuária e do abastecimento.

Realiza também o acompanhamento e a análise dos mercados agropecuários nacional e internacional e elabora estudos e propostas de preços mínimos, e de preços de referência para a agricultura familiar, assim como define preços de compra e venda e índices de permuta nas operações de suprimento dos programas de abastecimento e sociais.

Estes estudos subsidiam a elaboração e a execução das políticas agrícola e de abastecimento, já que os acompanhamentos e as análises objetivam a proposição de ações para a formação de estoques públicos e para a intervenção governamental, visando a regularidade do abastecimento, a garantia de renda ao produtor rural e a segurança alimentar da sociedade.

São desenvolvidas atividades nas áreas de produção agrícola, informações de preços, índices e indicadores agropecuários, custos de produção e geotecnologia. Para tal, mantém relações institucionais com diversas entidades, públicas ou não, e participa ativamente de encontros da Organização de Informações do Mercado Agrícola (OIMA) e da Rede de Políticas Agropecuárias que integra os países do Mercosul (REDPA), além de manter troca de informações e de conhecimento com outros países e instituições internacionais.

No processo de gestão das informações da agropecuária e do abastecimento a Conab leva em conta a participação e o controle social e sua metodologia busca a interatividade, a intersetorialidade e o respeito com as relações federativas.

A melhoria do processo de coleta, tratamento e divulgação das informações agropecuárias e do abastecimento que integram o banco de dados da Conab, além da agregação crescente de novas informações de mercado, tem sido o foco para atendimento ao público-alvo e às diversas políticas e programas administrados e apoiados pela Companhia.

Para manter esse compromisso institucional, a Conab vem promovendo adequações em seus processos de trabalho e no Sistema de Informações Agropecuárias e do Abastecimento-Siagro que contava, em 2004, com 5.025 séries de preços, de indicadores e índices de produção, de importação e de exportação de produtos agropecuários e de abastecimento, alcançando o quantitativo de 10.607 séries armazenadas em 2011.

A manutenção e disponibilização desse acervo requer o acompanhamento constante das informações e das oscilações de mercado e conta, além da Matriz, com a participação intensa de todas as Superintendências Regionais da Conab, na coleta e na alimentação periódica dos dados e na troca de conhecimentos para a melhoria contínua na qualidade das informações disponibilizadas.

Com a reformulação da página eletrônica na Internet, as principais informações agropecuárias foram reorganizadas para facilitar o trabalho de pesquisa do público em geral. São disponibilizados de forma *on-line*, no sítio da Companhia, os preços de insumos, os preços mínimos, os preços praticados pela agricultura familiar e os preços de apoio ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar-PGPAF.

Por meio da Revista “Indicadores da Agropecuária”, elaborada mensalmente e também acessível pelo portal da Conab, são disponibilizadas informações de preços, estimativas de produção, volume de estoques públicos e privados, informações sobre o mercado de insumos agropecuários, comércio internacional, crédito agrícola, entre outros. Com o objetivo de tornar a publicação mais acessível, moderna e adequada ao público da Conab, foi realizada pesquisa de satisfação e deu-se início ao projeto para repaginá-la e torná-la mais atrativa.

Para o cálculo do bônus para o PGPAF, que é realizado desde 2007 por demanda do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA foram criadas, em 2011, cerca de 160 novas séries de preços no atacado e de preços pagos ao produtor. O Programa conta com uma cesta de 40 produtos

para cálculo de bônus dos produtores, tendo sido incluídos abacaxi, banana, maçã e uva em 2011 e laranja e tangerina, cujos preços, que já estão sendo coletados, irão balizar o relatório de 2012.

Diante da necessidade de padronização de procedimentos, na busca da melhoria, atualização e modernização dos métodos de coleta de preços, deu-se início, em 2011, ao projeto de construção de uma nova metodologia, envolvendo todas as áreas usuárias ou provedoras de preços da Companhia. Foi realizado o I Encontro Nacional para Discussão da Proposta de Metodologia de Levantamento de Preços da Conab, ocorrido em Brasília, no período de 21 a 25 de novembro. Na ocasião foram discutidas, além da proposta inicial, as deficiências no processo metodológico atual e no Siagro.

Visando o cumprimento de exigências legais (Lei n.º 9.973, de 22/05/2000 e Decreto n.º 3.855, de 03/07/2001), a Conab realiza o levantamento anual de estoques privados de café, iniciado em 2004, com a posição de 31 de março de cada exercício.

Os custos de produção elaborados pela Companhia têm resultados práticos para a sociedade e oferecem informações substanciais para a definição e implementação de políticas públicas, além de proporcionar conhecimento aos diversos segmentos que estão direta ou indiretamente ligados ao processo produtivo.

A Conab mantém atualizados 426 custos de produção de culturas temporárias (grãos e fibras), semiperenes (cana de açúcar) e permanentes (café, citrus, pêssego, maçã e uva), assim como as atividades: leiteira, de caprinos e ovinos, de aves e suínos e da sociobiodiversidade.

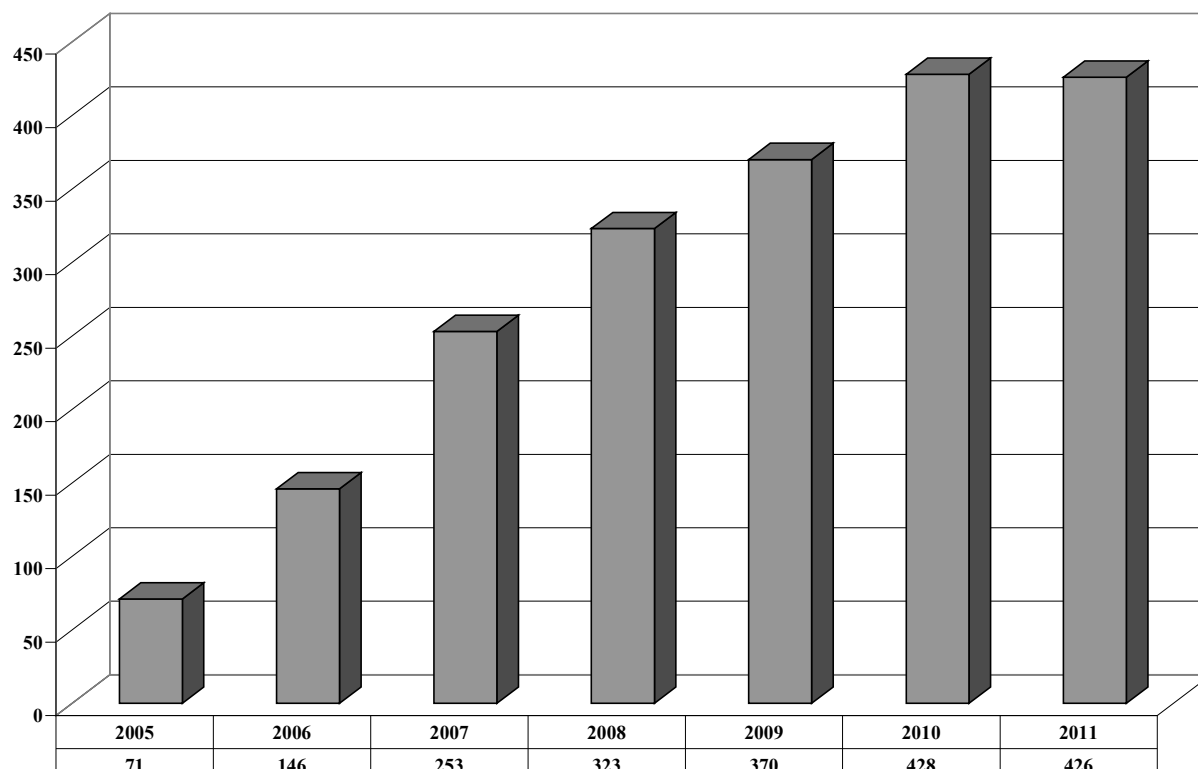
Os custos de produção são direcionados principalmente à Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e ao PGPAF, conforme abaixo demonstrado. A figura seguinte apresenta a evolução do número de séries disponíveis.

Quadro XLV: Séries de Custos de Produção

Custos	Programa Atendido	Ministério Demandante	Quantidade de Séries
Agricultura	PGPM	MAPA	121
Agricultura Familiar	PGPAF	MDA	168
Aves e Suínos	PGPM/PGPAF	MAPA/MDA	42
Leite	PGPM	MAPA	6
Leite Agricultura Familiar	PGPAF	MDA	13
Caprinos e Ovinos	PGPAF	MDA	6
Pescados	PGPAF	MAPA	3
Pescados	PGPAF	MAPA	67
Total			426

Fonte:Dipai

Quadro XLVI: Evolução do Número de Séries de Custo de Produção Produzidas



Fonte: Dipai

Dentre os levantamentos de informações destacam-se:

a) Levantamento da Safra de Grãos

A Conab realiza 12 pesquisas, sendo 6 de campo e as demais por outros meios de busca de informações.

Em atenção às demandas dos usuários de informação de safra, os levantamentos têm sido realizados em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, consolidando o processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais lavouras brasileiras.

Durante o exercício foram elaboradas pesquisas para acompanhamento e fechamento da safra 2010/11 e estimativas de plantio da safra 2011/12, cujos resultados são detalhados a seguir.

Quadro XLVII: Demonstrativo da Área e da Produção Agrícola – Safras 2010/11 e 2011/12

UF	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2010/11(a)	2011/12(b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11(a)	2011/12(b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão (caroço)	1.400,3	1.405,3	0,36	5	3.228,6	3.284,9	1,74	56,3
Amendoim - Total	84,7	89,7	5,90	5	226,5	251,4	10,99	24,9
Amendoim 1ª Safr	66,0	70,8	7,27	4,8	199,2	223,1	12,00	23,9
Amendoim 2ª Safr	18,7	18,9	1,07	0,2	27,3	28,3	3,66	1
Arroz	2.820,3	2.553,0	(9,48)	-267,3	13.613,1	11.462,1	(15,80)	-2151
Aveia	153,8	153,0	(0,52)	-0,8	379,0	353,5	(6,73)	-25,5
Canola	46,3	42,4	(8,42)	-3,9	69,7	52,0	(25,39)	-17,7
Centeio	2,4	2,3	(4,17)	-0,1	3,2	3,5	9,38	0,3
Cevada	87,9	88,4	0,57	0,5	283,9	305,1	7,47	21,2
Feijão - Total	4.009,2	3.861,3	(3,69)	-147,9	3.787,1	3.500,4	(7,57)	-286,7
Feijão 1ª Safr	1.419,9	1.272,0	(10,42)	-147,9	1.680,3	1.371,3	(18,39)	-309
Feijão 2ª Safr	1.823,8	1.823,8	-	0	1.398,1	1.330,0	(4,87)	-68,1
Feijão 3ª Safr	765,5	765,5	-	0	708,7	799,1	12,76	90,4
Girassol	61,0	62,0	1,64	1	76,7	75,7	(1,30)	-1
Mamona	219,3	211,8	(3,42)	-7,5	141,1	131,9	(6,52)	-9,2
Milho - Total	13.838,7	14.556,8	5,19	718,1	57.514,2	59.210,3	2,95	1696,1
Milho 1ª Safr	7.916,3	8.634,4	9,07	718,1	35.925,9	37.922,1	5,56	1996,2
Milho 2ª Safr	5.922,4	5.922,4	-	0	21.588,3	21.288,2	(1,39)	-300,1
Soja	24.181,0	24.634,7	1,88	453,7	75.324,3	71.751,3	(4,74)	-3573
Sorgo	817,4	788,4	(3,55)	-29	2.314,0	2.161,6	(6,59)	-152,4
Trigo	2.149,8	2.166,2	0,76	16,4	5.881,6	5.788,6	(1,58)	-93
Triticale	46,9	46,0	(1,92)	-0,9	114,9	114,2	(0,61)	-0,7
Total	49.919,0	50.661,3	1,49	742,30	162.957,9	158.446,5	(2,77)	(4.511,40)

Fonte: Dipai/Suin/Geasa

A safra 2010/11 fechou com área cultivada em 49,9 milhões de hectares e produção de 162,9 milhões de toneladas.

Para a safra 2011/12, a área cultivada com grãos (algodão, amendoim, arroz, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, aveia, canola, centeio, cevada, trigo e triticale), estimada em 50,66 milhões de hectares, é 1,5% superior à cultivada na safra 2010/11. Em termos absolutos, corresponde a uma expansão de 742,3 mil hectares.

Neste levantamento, dentre as principais culturas de verão primeira safra, o milho e a soja apresentam acréscimos na área de cultivo, enquanto que as de arroz e feijão apresentam decréscimos, confirmando as expectativas dos levantamentos anteriores. O algodão que apresentava redução na área de plantio passou a apresentar crescimento de 0,4%. Em termos percentuais, o milho apresenta o maior acréscimo (9,1%) representando um adicional de 718,1 mil hectares, totalizando uma área recorde de plantio de 8,63 milhões de hectares. A segunda cultura em destaque é a de soja, com ganho de 453,7 mil hectares, 1,9% superior à safra passada, motivada pela boa rentabilidade e pelos preços atrativos. As culturas de arroz e feijão apresentam redução na área. O feijão, em função das dificuldades na comercialização e aos preços deprimidos e o arroz pela diminuição de água nos mananciais.

A produção estimada é de 158,45 milhões de toneladas, 2,8 % inferior à obtida na safra 2010/11, quando atingiu 162,96 milhões de toneladas. Esse resultado representa uma redução de 4,51 milhões de toneladas. A maior redução é observada na soja (3,57 milhões de toneladas), e no arroz (2,15 milhões de toneladas). Para o milho primeira safra a previsão indica crescimento de 5,6%, equivalente a 2,0 milhões de toneladas.

No mês de dezembro/11, as condições climáticas não foram favoráveis principalmente para as produções de milho e soja, sobretudo nos estados da região Sul, parte da Sudeste e no Sudoeste de Mato Grosso do Sul. A gravidade climática afeta principalmente as lavouras de milho no Rio Grande do Sul, uma vez que se encontram predominantemente nas fases críticas de floração e frutificação. A soja, em sua maioria, se encontra na fase final de desenvolvimento vegetativo e já causa preocupação, pois para as fases seguintes, floração e frutificação, a normalidade climática é

fundamental.

A seguir, breve comentário sobre o comportamento das principais culturas na safra 2011/12:

➤ Algodão: o levantamento indica que serão cultivados 1.405,3 mil hectares com algodão no País, sendo 0,4% superior aos 1.400,3 mil hectares cultivados na safra anterior. O estado do Mato Grosso, que lidera o volume produzido, mantém nesta safra a mesma área cultivada na safra anterior. As perspectivas para a safra são boas até o momento, quando analisados os aspectos agrônômicos e climáticos.

➤ Arroz: a redução da área está confirmada e as causas são creditadas à dificuldade de comercialização, preços pouco atrativos, aumento no custo de produção e à falta de água nos reservatórios (corpos d'água, açudes e barragens). O arroz de sequeiro cuja área no Brasil equivale ao irrigado, vem diminuindo safra a safra e só não diminui a produção total porque o arroz irrigado vem num constante crescimento de produtividade, com lançamento de novas variedades altamente produtivas.

➤ Feijão: A estimativa da área cultivada nesta safra sinaliza diminuição de área na maioria dos estados produtores. As lavouras estabelecidas tiveram bom desenvolvimento inicial em todos os estados que cultivam o feijão primeira safra. Como o feijão tem ciclo produtivo bastante curto, é possível encontrar lavouras em todos os estágios produtivos em um mesmo estado. A lavoura semeada mais cedo teve colheita próxima do normal. Do meio do ciclo produtivo em diante, começaram os problemas climáticos adversos e significativos e os estados mais prejudicados foram: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

➤ Milho: O desenvolvimento geral da lavoura nos principais estados produtores é considerado satisfatório. O clima foi favorável durante a semeadura, o que proporcionou adiantamento significativo na implantação da lavoura quando comparado à mesma etapa da safra anterior.

➤ Soja: Na região sul, especificamente no estado do Rio Grande do Sul, as condições climáticas desfavoráveis, como chuvas escassas e temperaturas elevadas, prejudicam o desenvolvimento da cultura, diminuindo o porte das plantas, justificando a redução de 15,6% na produtividade em relação à safra anterior. Para o estado do Paraná estima-se quebra de 10,7% e de 7,7% em Santa Catarina.

➤ Trigo: Na maioria dos estados produtores houve redução da área semeada e a concorrência com o milho segunda safra, no Centro-Oeste e no Paraná, teve colaboração significativa para o resultado. Apenas o Rio Grande do Sul apresentou um aumento mais significativo na área. Em Santa Catarina a semeadura foi bastante lenta devido às condições climáticas, onde o excesso de chuvas atrapalhou o estabelecimento da lavoura.

O quadro a seguir detalha a situação do abastecimento dos principais produtos solicitados pelo mercado até o fim de 2011 e uma estimativa para 2012.

Quadro XLVIII: Balanço de Oferta e Demanda

Produto	Em mil toneladas							
	Safra	Estoque Inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque Final
Algodão empluma	2009/10	394,2	1.194,1	39,2	1.627,5	1.039,0	512,5	76,0
	2010/11	76,0	1.959,8	145,0	2.180,8	930,0	758,3	492,5
	2011/12	492,5	1.992,6	35,0	2.520,1	970,0	830,0	720,1
Arroz em casca	2009/10	2.107,5	11.660,9	1.044,8	14.803,2	12.500,0	627,4	1.685,8
	2010/11	1.685,8	13.613,1	850,0	16.148,9	12.500,0	1.850,0	1.798,9
	2011/12	1.798,9	11.462,1	1.200,0	14.461,0	12.500,0	700,0	1.261,0
Feijão	2009/10	317,7	3.322,5	181,2	3.821,4	3.450,0	4,5	366,9
	2010/11	366,9	3.787,1	207,1	4.361,1	3.600,0	20,5	740,6
	2011/12	740,6	3.500,4	100,0	4.341,0	3.700,0	4,0	637,0
Milho	2009/10	10.322,7	56.018,1	459,4	66.800,2	46.927,4	10.792,6	9.080,2
	2010/11	9.080,2	57.514,1	634,5	67.228,8	48.411,5	9.255,0	9.562,3
	2011/12	9.562,3	59.210,3	500,0	69.272,6	50.000,0	8.500,0	10.772,6
Soja em grãos	2009/10	674,4	68.688,2	117,8	69.480,4	37.800,0	29.073,2	2.607,2
	2010/11	2.607,2	75.324,3	50,0	77.981,5	41.650,0	32.400,0	3.931,5
	2011/12	3.931,5	71.751,3	50,0	75.732,8	41.200,0	32.400,0	2.132,8
Trigo	2009/10	2.706,7	5.026,2	5.922,2	13.655,1	9.614,2	1.170,4	2.870,5
	2010/11	2.870,5	5.881,6	5.771,9	14.524,0	10.242,0	2.515,9	1.766,1
	2011/12	1.766,1	5.788,6	5.600,0	13.154,7	10.439,0	1.500,0	1.215,7

Fonte: Dipai/Suin/Geasa

b) Levantamento da Safra Brasileira de Café

No período de novembro e dezembro de 2011, empregados da Conab e das instituições com as quais esta mantém parceria (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural-INCAPER; Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A-EBDA; Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná-SEAB; Departamento de Economia Rural-DERL; Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia-EMATER/RO, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE), visitaram os municípios dos principais estados produtores de café (Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná e Rondônia) para a realização de pesquisas e aplicação de questionários junto aos informantes previamente selecionados, objetivando a realização da quarta estimativa da produção da safra de café de 2011.

A boa florada, associada ao clima favorável e aos tratos culturais implementados durante a safra 2011, garantiu a boa qualidade dos grãos. As chuvas registradas na última semana de setembro/10 embora abaixo da média, possibilitaram a abertura da primeira florada nas regiões Sul e Zona da Mata de Minas Gerais e na maioria das áreas cafezeiras de São Paulo e Paraná.

A área cultivada com café no País totaliza 2.278.103 hectares, cultivada com as espécies arábica e conilon. O resultado mostra uma redução de 0,85% sobre a área de 2.289.193 hectares, existentes na safra 2010, ou seja, foram erradicados 11.090 hectares. No estado de Minas Gerais está concentrada a maior área com 1,0 milhão de hectares em produção, predominando a espécie arábica com 98,5% da área do estado. O total da área estadual representa 48,7% da área cultivada com café no País, e consequentemente o primeiro do ranking nacional.

Estimada em 43,48 milhões de sacas beneficiadas, a produção brasileira de café (arábica e conilon), é 9,6% ou 4,61 milhões de sacas inferior ao volume de 48,09 milhões de sacas produzidas na safra anterior. Esta redução se deve principalmente ao ano de baixa bienalidade e da irregularidade nas precipitações pluviométricas no segundo semestre de 2010 e no início de 2011, que prejudicaram as lavouras que se encontravam na fase de enchimento dos grãos, sobretudo nos estados de Minas Gerais (regiões Sul de Minas e Cerrado Mineiro), na Bahia e em Rondônia. Para o café arábica, observa-se um decréscimo na produção de 12,6% (4,64 milhões de sacas) e para a produção do conilon (robusta), a previsão aponta um crescimento de 0,2%, correspondendo a 25,0 mil sacas. A produção do café arábica representa 74,0% (32,19 milhões de sacas) da produção do País, e tem como maior produtor o estado de Minas Gerais, com 68,0% (21,88 milhões de sacas) de café beneficiado. O conilon participa na produção nacional com 26,0% de café beneficiado. O estado do Espírito Santo se destaca como o maior produtor dessa espécie, com 75,2% (8,49 milhões

de sacas) de café beneficiado, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLIX: Demonstrativo da Produção de Café – Safras 2010 e 2011

Unidade da Federação / Região	Produção (Mil sacas beneficiadas)								
	Arábica			Conilon			Total		
	2010	2011	Variação (%)	2010	2011	Variação (%)	2010	2011	Variação (%)
Minas Gerais	24.903,0	21.882,0	-12,1	252,0	299,0	18,7	25.155,0	22.181,0	-11,8
Sul e Centro Oeste	12.616,0	10.442,0	-17,2	-	-	#DIV/0!	12.616,0	10.442,0	-17,2
Cerrado-Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	5.652,0	4.001,0	-29,2	-	-	#DIV/0!	5.652,0	4.001,0	-29,2
Zona da Mata-Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Central e Norte	6.635,0	7.439,0	12,1	252,0	299,0	18,7	6.887,0	7.738,0	12,4
Espírito Santo	2.792,0	3.079,0	10,3	7.355,0	8.494,0	15,5	10.147,0	11.573,0	14,1
São Paulo	4.662,0	3.111,5	-33,3	-	-	#DIV/0!	4.662,0	3.111,5	-33,3
Paraná	2.284,0	1.842,0	-19,4	-	-	#DIV/0!	2.284,0	1.842,0	-19,4
Bahia	1.727,9	1.548,9	-10,4	564,8	741,1	31,2	2.292,7	2.290,0	-0,1
Cerrado	485,5	429,0	-11,6	-	-	#DIV/0!	485,5	429,0	-11,6
Planalto	1.242,4	1.119,9	-9,9	-	-	#DIV/0!	1.242,4	1.119,9	-9,9
Atlântico	-	-	#DIV/0!	564,8	741,1	31,2	564,8	741,1	31,2
Rondônia	-	-	#DIV/0!	2.369,0	1.428,3	-39,7	2.369,0	1.428,3	-39,7
Mato Grosso	16,3	11,0	-32,5	186,8	126,8	-32,1	203,1	137,8	-32,2
Pará	-	-	#DIV/0!	228,6	184,0	-19,5	228,6	184,0	-19,5
Rio de Janeiro	237,6	247,0	4,0	12,5	13,0	4,0	250,1	260,0	4,0
Outros	201,3	467,1	132,0	302,0	9,5	-96,9	503,3	476,6	-5,3
Brasil	36.824,1	32.188,5	-12,6	11.270,7	11.295,7	0,2	48.094,8	43.484,2	-9,6

Fonte: Suinf/Geasa

Também no mesmo período foi realizado a primeira estimativa de produção da safra 2012, tendo sido prevista uma produção entre 48.965,7 e 52.271,7 (média de 50.618,6) milhões de sacas beneficiadas. O resultado apresenta um crescimento entre 12,6% a 20,2%, quando comparada com a produção obtida na temporada anterior. Esse crescimento se deve principalmente ao ano de alta bienalidade. Confirmado o resultado, esta será a maior safra já produzida no País, superando o volume de 48,48 milhões de sacas colhidas na safra 2002/03.

Quadro L: Estimativa da Produção de Café – Safra 2012(*)

Unidade da Federação / Região	Parque Cafeeiro				Produção (Mil sacas beneficiadas)		
	Em Formação		Em Produção		Arábica	Robusta	Total
	Área (ha)	Cafeeiros (Mil covaos)	Área (ha)	Cafeeiros (Mil covaos)			
Minas Gerais	136.435	489.128	1.000.869	3.083.159	26.036,0	299,0	26.335,0
Sul e Centro Oeste	77.692	271.922	505.201	1.515.603	13.038,5	-	13.038,5
Cerrado-Triângulo, Alto Paraniba e Noroeste	23.211	92.843	161.105	563.867	5.605,0	-	5.605,0
Zona da Mata-Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Central e Norte	35.532	124.363	334.563	1.003.689	7.392,5	299,0	7.691,5
Espírito Santo	34.737	118.775	452.527	1.157.524	2.810,0	9.250,0	11.573,0
São Paulo	13.238	45.270	169.538	471.780	4.602,7	-	4.602,7
Paraná	16.658	45.600	74.752	241.700	1.900,0	-	1.900,0
Bahia	9.855	37.451	138.834	316.439	1.909,9	777,4	2.687,3
Cerrado	3.690	19.926	11.557	63.561	542,5	-	542,5
Planalto	3.019	10.341	102.338	199.559	1.367,4	-	1.367,4
Atlântico	3.146	7.184	24.939	53.319	-	777,4	777,4
Rondônia	6.220	10.213	153.391	251.868	-	1.848,6	1.428,3
Mato Grosso	3.150	7.308	19.899	47.925	16,3	186,8	203,1
Pará	-	-	10.448	23.281	-	228,6	228,6
Rio de Janeiro	15	375	12.864	26.937	237,5	12,5	250,0
Outros	1.373	3.735	23.300	59.648	201,3	302,0	503,3

Fonte: Suinf/Geasa

(*) - Produção média do intervalo estimado

c) Levantamento da Safra Brasileira de Cana de açúcar

A Conab, em cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA realizou, entre os dias 28 de outubro e 12 de novembro de 2011, o terceiro levantamento da safra 2011/12 de cana de açúcar. Nesta etapa, foram visitadas todas as unidades de produção sucroalcooleira com produção efetiva, situadas nos vários Estados produtores.

A lavoura de cana de açúcar apresentou nesta safra um desenvolvimento aquém do ideal e inferior ao da safra passada, levando a uma produtividade menor que a estimada inicialmente pelos produtores. As causas foram diversas, mas o clima foi o principal causador da queda da produção, em consequência das adversidades ocorridas a partir do mês de abril até outubro de 2010, com chuvas escassas em toda a região Centro-Oeste e Sudeste. Este comportamento do clima prejudicou a brotação e o desenvolvimento da cana, tanto nas áreas colhidas, como nas áreas de renovação e expansão, mas favoreceu a colheita da safra passada, encurtando o período da safra.

A área cultivada com cana de açúcar que será colhida e destinada à atividade sucroalcooleira está estimada em 8.368,4 mil hectares, distribuídos em todos os estados produtores. O Estado de São Paulo continua sendo o maior produtor, com 52,2% (4.370 mil hectares), seguido por Minas Gerais com 8,87% (742,65 mil hectares), Goiás com 8,1% (678,42 mil hectares), Paraná com 7,3% (611,44 mil hectares) Mato Grosso do Sul com 5,70% (480,86 mil hectares), Alagoas com 5,45% (463,65 mil hectares), e Pernambuco com 3,89% (326,11 mil hectares). Nos demais estados produtores as áreas são menores, mas com bons índices de produtividade.

Apesar do crescimento da área cultivada estima-se redução de 8,4% na quantidade colhida, caindo de 623.905,3 mil toneladas produzidas na safra 2010/11, para 571.471,0 mil toneladas na próxima safra, em função das condições climáticas não terem sido favoráveis à cultura. Abaixo o quadro da Sureg/BA/SE.

Quadro LI: Demonstrativo da Área Cultivada e Produção de Cana de Açúcar

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 2010/11	Safra 2011/12	Var. (%)	Safra 2010/11	Safra 2011/12	Var. (%)
BA	42,570	51,360	20,65	2.792,2	3.507,9	25,63
SE	36,990	37,260	0,73	2.025,6	2.459,2	21,41
Total	79,56	88,62	21,38	4.817,80	5.967,10	47,04

Fonte: Suinf/Geasa

Da produção total estima-se que 283.906,5 mil toneladas serão utilizadas na produção de 36.882,6 mil toneladas de açúcar e outras 287.564,5 mil toneladas na produção de etano anidro e hidratado. Seguem os dados da Sureg/BA/SE:

Quadro LII: Estimativa de Produção de Açúcar e Etanol

Região/UF	Produção de Açúcar		Produção de Etanol			
	Cana	Açúcar	Etanol Anidro		Etanol Hidratado	
			Cana	Etanol Anidro	Cana	Etanol Hidratado
BA	1.071,7	127,900	916,6	65.057,8	1.519,6	112563,3
SE	788,2	97,300	335,4	24.615,5	1.335,6	102287,7
Total	1.859,90	225,20	1.252,00	89.673,30	2.855,20	214.851,00

Fonte: Suinf/Geasa

A previsão de esmagamento de cana para a produção de açúcar é de 283,9 milhões de toneladas, correspondendo a 47,3% da produção. No caso do etanol, deverão ser esmagadas 287,6 milhões de toneladas de cana para a produção de 22.857,6 bilhões de litros de etanol, 17,2% menor que a produção da safra 2010/11. Deste total, 9.069,3 bilhões de litros serão de etanol anidro e 13.788,3 bilhões de litros serão de etanol hidratado.

d) outros assuntos

Além desses, em 2011, efetuou-se o monitoramento da cultura do pinhão manso em todas as Unidades da Federação, e a consolidação dos levantamentos de safra de óleo de palma (dendê) realizados nos Estados do Amazonas, da Bahia e do Pará. O trabalho foi realizado a pedido do MAPA, para subsidiar o programa de biodiesel e para estudos por parte daquele Ministério. Também foi realizado o levantamento da safra de sisal no Estado da Bahia, objetivando o cálculo da produtividade média desta cultura para subsídio às operações de PEP. Está previsto a realização de mais 2 levantamentos durante o exercício de 2012, para a consolidação da metodologia utilizada.

Ao longo dos últimos anos, a Conab vem desenvolvendo estudos para introdução de novos negócios na Companhia. Tais trabalhos demandam constantes inovações do conhecimento e de novas atividades econômicas, relacionadas à multidisciplinaridade e às experiências operacionais assimiladas pelos técnicos, nestes diversos anos em que a Empresa sofreu mudanças provenientes do processo de fusão corporativa.

Essas novas oportunidades identificadas estão implícitas na missão e nas atribuições da Conab, e passam a fazer parte da corporação, alavancando o crescimento institucional em função da maior variabilidade de ações intrínsecas ao apoio, ao suprimento e à distribuição de alimentos ao País.

No âmbito da formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM destacam-se, em 2011, a elaboração das seguintes propostas/estudos/conjunturas:

- preços mínimos para 33 produtos pertinentes às Safras de Verão, Inverno e Produtos Regionais no Norte e Nordeste, além de sementes, no total de 12 propostas;
- implementação de preços mínimos para novos produtos, como sardinha e pêssego;
- 11 Notas Técnicas contendo propostas de aquisição de produtos, por meio da PGPM, dos produtos arroz e trigo; como também para o mecanismo de Contrato de Opção de milho;
- 20 propostas para utilização dos instrumentos de subvenção para escoamento da produção PEP, PEPRO E VEP para os seguintes produtos: uva/vinho, trigo, feijão, sisal e arroz; como também visando a venda de estoques de: café, trigo, milho e feijão;

- 119 Pareceres Técnicos, com propostas de apoio à comercialização, com a definição de preços para diversas operações de venda de produtos da PGPM, tais como: café, trigo, milho, feijão e sorgo, além de sacaria de polipropileno. Quanto às operações de compra e venda simultânea foram elaborados índices de troca para arroz e trigo destinados a doações internacionais, como também produtos destinados à cesta básica do MDS, executados por meio de leilão eletrônico.
- 31 reuniões de conjunturas agropecuárias de produtos da PGPM e outras ainda foram realizadas com a participação de público interno e externo. Ressalte-se que no site da Conab estão disponibilizadas 329 conjunturas agropecuárias de produtos da PGPM (248 semanais e 81 mensais), para consulta dos agentes do agronegócio, estudantes e pesquisadores. Além destas, ocorre a elaboração mensal de conjuntura agrícola de forma resumida, sobre o mercado interno e externo, para publicação no Relatório Sintético das Atividades da Companhia, destinado ao seu Conselho de Administração e ao público interno.
- Preços no atacado, com o fim de subsidiar a realização e a formação de preços de venda para o Programa Vendas em Balcão, que tem como objetivo a comercialização de produtos básicos voltada aos pequenos produtores, principalmente avicultores e suinocultores.
- Informação quinzenal, dos preços de sobretaxa - valor de seguro dos produtos estocados pelos armazéns próprios e de terceiros, com vistas a subsidiar o ressarcimento de perdas em armazenagem em unidades privadas.
- Notas Técnicas elaboradas objetivando os seguintes fins: a) processo de beneficiamento e industrialização de castanha de caju, b) demonstração dos processos de produção e industrialização da cera de carnaúba refinada, c) proposta de alteração na operação para obtenção de arroz beneficiado visando doação internacional, d) proposta de atuação para a safra de trigo e arroz no sul do país, e) proposta para execução do programa de compra com remoção simultânea no Estado de Rondônia, f) sobretaxa de importação de farinha de trigo da Argentina, g) parecer sobre o PLS n.º 51/08 sobre política de abastecimento, h) proposta de entrega de arroz em pagamento da dívida contraída pelos produtores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, i) proposta de abastecimento de milho para a Região Nordeste; j) uso do PEPRO para apoiar a comercialização de arroz em substituição ou complementação ao uso do milho para ração de aves e suínos
- Trabalho “Arranjo Produtivo para Pequenos Produtores de Sisal da Bahia” desenvolvido em parceria com a Sureg-BA, Secretaria de Tecnologia e de Abastecimento da Bahia, além de associações de produtores e de extensão rural, objetivando a adoção de um sistema multifuncional com a introdução de culturas consorciadas ao sisal, de modo a reduzir a dependência de renda do produto por uma única cultura.

10 – Gestão de Pessoas

10.1 – Distribuição de Empregados

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005 e 2006 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em 2011 foram editadas as portarias de n.ºs 172, de 20 de junho, 205, de 07 de julho e 385, de 22 de setembro, anistiando mais 75 empregados. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, foram realizados no exercício em tela 121 remanejamentos de mão de obra entre as áreas internas da Matriz.

Reduzido o fluxo de entrada de anistiados a Gerência de Cargos, Salários e Avaliação-Gecav elaborou a Nota Técnica n.º 02/2011 onde expôs a necessidade de dimensionamento da força de trabalho, no sentido de identificar o número e a qualificação dos empregados para a execução das atividades da Companhia. Para tanto, foi autuado processo interno visando a contratação de empresa de consultoria, visando a realização do redimensionamento do quadro de pessoal, tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras.

10.2 – Comunicação Interna.

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

10.3 – Melhoria do Clima Organizacional

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários utilizados foram disponibilizados na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, enviados para a Superintendência de Tecnologia da Informação-Sutin para tabulação. Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;
- Preenchimento dos formulários;
- Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e

sugestões; e

- Conclusão e disseminação dos resultados.

A quarta etapa não foi implementada pois até o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

10.4 – Ações de Capacitação

O exercício de 2011 iniciou-se com a promulgação do Decreto n.º 7.446, de 1.º de março de 2011, e Resoluções n.ºs 013 e 014/011, restringindo os recursos orçamentários para a realização das atividades de capacitação, em âmbito nacional, principalmente quando esses eventos envolviam despesas com diárias e passagens.

Nesse contexto, a Gerência responsável passou a realizar suas atividades norteadas pela visão estratégica da Diretoria Administrativa (atual Diretoria de Gestão de Pessoas-Digep), no sentido de atender as prioridades de forma alinhada às exigências organizacionais.

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa-PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

A cada dois anos, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento-LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos voltados para o desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz. Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$124,78.

a) Quanto ao número de treinandos

O quadro a seguir apresenta o comparativo entre os resultados alcançados nos exercícios de 2010 e 2011.

Quadro LIII: Treinamento, por Área de Conhecimento (Este quadro foi enviado junto com a Ação de Capacitação)

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos		Homens/hora Treinados		Média de carga/horária por participante	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Administrativa	357	314	3.990	2.593	11,18	8,26
Auditoria	70	46	1.536	670	21,94	14,57
Comunicação Social	10	1	481	16	48,1	16
Educação e Desenvolvimento	587	230	8.863	2.968	15,1	12,9
Financeira	117	12	2.038	660	17,42	55
Gerencial	51	4	295	82	5,78	20,5
Informática	121	59	2.120	2.232	17,52	37,83
Jurídica	15	46	1.026	110	68,4	2,39
Operacional	58	57	1.844	398	31,79	6,98
Planejamento	195	128	3.925	3.902	20,13	30,48
Qualidade	-	2	-	4	-	-
Total	1.581	899	26.118	13.634	16,52	15,17

Fonte: Sumoc/Gecap

Em 2011 foram realizados 899 treinamentos com decréscimo de aproximadamente 43,1% sobre a quantidade do ano anterior, em função da diminuição do número de treinandos em quase todas as áreas, destacando-se a de Educação e Desenvolvimento. A redução só não foi maior devido à participação de grande número de empregados em palestras relativas à disseminação de conhecimentos pelos empregados participantes dos cursos de pós-graduação. Em função do curto tempo de duração destes eventos verificou-se, em consequência, redução de 47,8% nas horas de estudo e de 8,2% na carga horária por participante.

b) Resultados Alcançados

Os resultados a seguir detalhados envolvem todas as atividades desenvolvidas pela área de capacitação da Companhia e que a metodologia de avaliação ainda se encontra em processo de validação pela Conab, estendendo-se a partir de 2012 para as Regionais.

Dentro do contexto organizacional relacionado à implementação dos treinamentos previstos no PEC-2011 foi proposto, para a monitoração do referido Plano, os indicadores de desempenho classificados e integrados de acordo com o tipo (produto ou processo) e amplitude (estratégico, gerencial e operacional) conforme quadro abaixo, permitindo avaliar e propor melhorias no modelo de gestão educacional da Companhia.

Quadro LIV: Indicadores de Capacitação

Amplitude Tipo	Indicador	Descrição	Meta	Resultado
Estratégico Produto	Impacto do Treinamento no Trabalho (Implantar processo de Avaliação do Retorno do Investimento ROI)	Percentual de impacto do treinamento no trabalho (alcance dos objetivos específicos do treinamento e aumento do desempenho do treinando) bem como justificar o retorno do investimento	Maior ou igual a 40% dos cursos avaliados, com grande impacto (cursos fechados)	Não foi possível a implantação do ROI, uma vez que dependemos de outro órgão.

Gerencial Processo	Implantação do PEC 2011	Percentual de Ações Educativas constantes do PEC que foram implementadas no corrente ano	900,00%	60% implementadas
Operacional Produto	Satisfação do Treinando com os Treinamentos	Satisfação dos treinandos com o desempenho do instrutor, a qualidade institucional, o ambiente da ação educacional e a coordenação	Maior ou igual a 80%	Da amostra pesquisada foi alcançado um resultado de 85%.
Gerencial Processo	Investimento de Horas em Educação	Média de horas que cada colaborador dedica a ações educacionais	12 horas anuais	Ultrapassou a meta, alcançando a média de 15h20 ano, por treinando
Gerencial Produto	Incremento de Conhecimento	Percentual de acréscimo de conhecimento final (incremento de aprendizagem)	Acréscimo de até 50%	Alcançou 63%

Fonte: Sumoc/Gecap

As ações educacionais que integram o PEC 2011 sofreram corte na realização dos eventos, tendo em vista o contingenciamento orçamentário, que limitaram a realização de atividades de treinamento e desenvolvimento fora da área de lotação dos empregados.

No entanto, a tabulação das avaliações de reação aplicadas aos treinandos após a participação dos empregados nos cursos/eventos realizados pela Matriz e Regionais, por amostragem, demonstra que a Companhia conseguiu alcançar algumas metas traçadas para o ano de 2011, conforme demonstrado a seguir.

1 – Palestras

Foram tabuladas 38 palestras, totalizando a participação de 799 empregados da Matriz e Regionais, que responderam sobre as seguintes questões:

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Domínio do tema pelo palestrante	-	0,88%	5,22%	33,77%	60,11%
Metodologia apresentada	-	1,22%	8,00%	41,77%	49,00%
Atendimento da expectativa	0,55%	1,44%	14,11%	38,22%	45,55%
Conceito geral do evento	-	1,44%	9,88%	38,00%	50,65%

Fonte: Sumoc/Gecap

Constata-se, pelos dados acima que na maioria das Palestras realizadas conseguiu-se

atingir a expectativa dos participantes, totalizando cerca de 83,77% entre os conceitos “Bom” e “Ótimo”.

2 – Treinamentos

Foram tabulados, por amostragem, cerca de 179 treinamentos, totalizando a participação de 1.486 empregados, que responderam aos questionários de avaliações, sobre as seguintes questões.

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Coordenação/Organização	-	0,32%	5,00%	44,76%	48,50%
Aplicabilidade do assunto	0,35%	1,18%	11,25%	25,33%	61,93%
Conceito final do instrutor	6,25%	-	2,44%	32,43%	58,88%
Conceito geral do treinamento	-	-	13,38%	42,18%	44,42%

Fonte: Sumoc/Gecap

A análise dos dados obtidos permite concluir que a maioria dos treinamentos realizados alcançaram bons resultados, concentrando, em todos os quesitos, mais de 85% nos conceitos “Bom” e “Ótimo”, destacando-se o item Coordenação/organização com 93,26% entre esse conceitos.

3 – Da aprendizagem obtida

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Conhecimento -Antes	2,66%	12,72%	55,19%	29,39%	-
Conhecimentos - Após	-	-	7,24%	50,02%	42,73%

Fonte: Sumoc/Gecap

Inferese-se que antes da realização dos eventos o grau de conhecimento dos empregados encontrava-se cerca de 70% entre os níveis “Insuficiente” a “Regular”, enquanto os níveis “Bom” e “Ótimo” estavam em torno de 30%; Após os eventos, a graduação de “Insuficiente” a “Regular” foi reduzida para 7%, ao passo que o somatório dos intervalos “Bom” e “Ótimo” passou para 93%, caracterizando com isso a ocorrência de um acréscimo de aprendizagem em toeno de 63% nas atividades de treinamento promovidas pela Companhia. Portanto, a meta de incremento de aprendizagem foi superada.

10.5. Composição e Custos de Pessoal

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as

quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

No fim do exercício, a SUREG/BA/SE contava com 157 empregados.

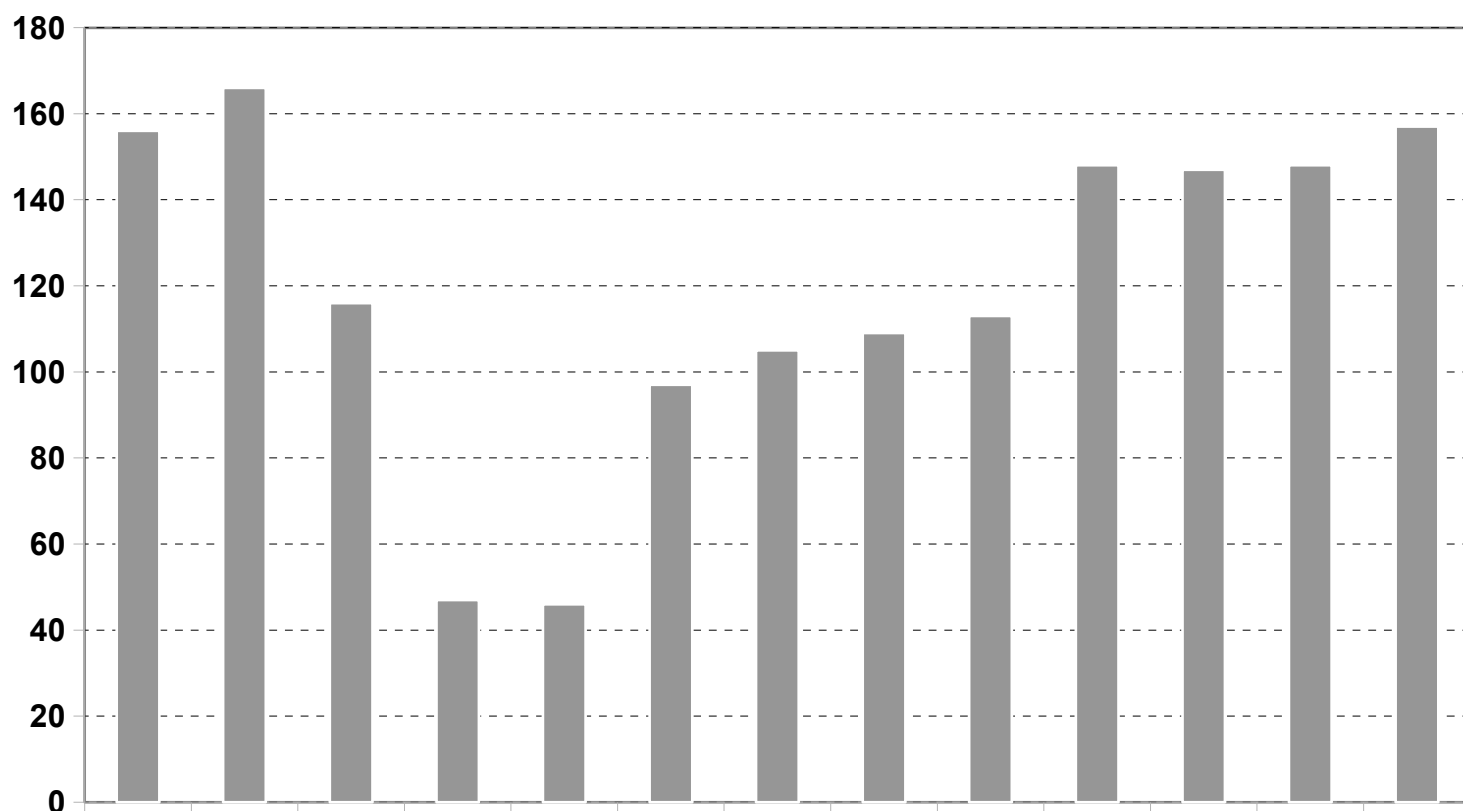
Quadro LV: Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	BA		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Em efetivo exercício na empresa	109	120	11
Assessores (contrato especial)	0	0	-
Cargo de Direção na empresa	0	0	-
Diretor não empregado	0	0	-
Conselheiro de Administração/Fiscal	0	0	-
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	3	3	-
À Disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
À Disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	36	33	(3)
À Disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
Licença Maternidade – 120 dias / adoção	0	0	-
Licença Maternidade – empresa cidadã 60 dias / adoção	0	1	1
Assessores (Contrato Especial) Requisitado	0	0	-
Licença para cargo eletivo com vencimentos	0	0	-
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	0	0	-
Contrato suspenso / licença particular	0	0	-
Pensão Vitalícia	0	0	-
Total	148	157	9

Fonte: Dirad/Sureh

A figura a seguir mostra a evolução do quadro de empregados, no qual se verifica redução até o exercício de 2003 e em seguida a recomposição, atingindo em 2011, crescimento de 63,99% em relação àquele ano, em consequência da contratação de empregados por meio da realização de concurso público, pelo retorno de empregados por decisão judicial e de anistiados pela Lei n.º 8.878/94.

Quadro LVI: Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro de empregados, 355 apresentam situação contratural decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 33,46% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

Quadro LVII: Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratural Situação Apurada em 31/12/2011

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	SUREG/BA/SE		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	52	51	(1)
Reintegrado (Transitado)	4	4	-
Reintegrado Liminar	0	0	-
Anistiado (Transitado)	5	5	-
Anistiado (Liminar)	0	0	-
Anistiado (Lei 8878/94)	87	97	10
Total	148	157	9

Fonte: Sutin/Gesof

O número de empregados enquadrados nas funções de nível superior representa 41,56% do total da força de trabalho e apresentou com redução de 1,12% sobre o de 2010 (446) enquanto os de nível médio tiveram crescimento de 1,12%, passando de 306 para 310 empregados.

Quadro LVIII: Demonstrativo por Nível de Enquadramento

Situação Contratual	Nível				Total
	Auxíliar	Médio	Superior	Contrato Especial	
Contrato padrão	13	18	20	0	51
Reintegração Judicial (Transitado em julgado)	0	4	0	0	4
Reintegração judicial (liminar)	0	0	0	0	0
Readmissão-Anistia (Transitado em julgado)	1	4	0	0	5
Readmissão-Anistia (liminar)	0	0	0	0	0
Anistiado (Lei 8.878/94)	76	21	0	0	97
Total	90	47	20	0	157

Fonte: Sutin/Gesof

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 550 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidade para a regularização da situação funcional desses empregados.

Quadro LIX: Demonstrativo por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provimento de cargo efetivo	1	0	24	17	72	13	6	0	0	0	133
1.1 Membros de poder e agentes políticos											0
1.2 Servidores de Carreira	1		12	11	60	12	6				102
1.3 Servidores com Contratos Temporários											0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença			12	6	12	1					31
2. Provimento de cargo em Comissão	1	0	0	0	15	4	4	0	0	0	24
2.1 Cargos de Natureza Especial											0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											0
2.3 Funções Gratificadas	1				15	4	4				24
3. Total	2	0	24	17	87	17	10	0	0	0	157

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro total, cerca de 28,1% encontrava-se em situação de redução da força de trabalho, destacando-se os cedidos a outros órgãos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LX: Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	33
1.1 A disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0
1.2 A disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	33
1.3 A disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0
2. Licença Remunerada (2.1+2.2)	1
2.1 Licença Maternidade	1
2.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3. Licença não Remunerada (3.1+3.2+3.3)	3
3.1 Licenciado INSS/Acidente de Trabalho	3
3.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3.3 Interesses particulares	0
4. Total de servidores afastados em 31 de dezembro	37

Fonte: Dipai/Sutin

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevaecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Pelo quadro abaixo verifica-se a existência de 530 empregados (50% do número do quadro de pessoal) reúnem todas as condições para o desligamento da Empresa. No início do exercício havia 336 empregados aposentados que mantinham contrato de trabalho com a Conab.

Quadro LXI: Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

Faixa Etária	Tempo de Trabalho na Empresa										Participação (%)
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	> 40	Total	
20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
26 a 30	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	3,70
31 a 35	7	2	0	0	0	0	0	0	0	9	33,33
36 a 40	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3	11,11
41 a 45	3	4	0	0	1	0	0	0	0	8	29,63
46 a 50	11	18	1	0	2	4	1	0	0	37	137,04
51 a 55	18	13	1	0	0	10	7	0	0	49	181,48
56 a 60	9	7	2	0	0	3	4	2	0	27	100,00
61 a 65	4	8	1	0	0	0	0	0	0	13	48,15
66 a 70	1	2	0	0	1	0	0	2	0	6	22,22
Mais de 70	2	2	0	0	0	0	0	0	0	4	14,81
Total	57	58	5	0	4	17	12	4	0	157	-

Fonte: Dipai/Sutin

10.5.1 – Admissões, Demissões e Transferências

Durante o exercício ocorreram 11 admissões e 1 demissões. Além desses foram recebidos em transferências de internas 14 empregados.

10.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

10.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal

Está prevista para 2012 a realização de concurso público para preenchimento de 155 vagas de analistas de nível superior, na Matriz, e a criação de cadastro reserva para reposição futura quando da abertura de novas vagas. Dessa quantidade, 60 vagas estão reservadas para a área de informática, em substituição à mão de obra até então contratada via PNUD.

10.5.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Além dos empregados, a Sureg/BA/SE contava com 16 estagiários de nível superior e 4 de nível médio, com custo anual de R\$ 146.014,71 (salário e auxílio transporte).

Quadro LXII: Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre			
Nível Superior	13	16	14	16	22	20	146,014,71
Área Fim	5	8	7	8			
Área Meio	8	8	7	8			
Nível Médio	8	5	4	4			
Área Fim	4	4	3	3			
Área Meio	4	1	1	1			
Total	21	21	18	20	22	20	146,014,71

Fonte: Sureh/Gepes

10.5.5 – Custos de Pessoal

Em 2011, a despesa de pessoal com os empregados lotados na Matriz foi de R\$135.345.333,01, com participação de 32,86% na despesa total da Conab (R\$411.854.346,20) e com crescimento de 2,64% sobre o valor de 2010.

Quadro LXIII: Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011

	2009	2010	2011
(-) DESPESAS DE PESSOAL	9.930.422,77	10.066.907,54	10.525.868,06
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	5.181.746,30	6.690.113,59	7.143.952,08
331901101 VENCIMENTOS E SALARIOS	3.117.204,40	4.025.300,17	4.378.229,88
331901105 INCORPORACOES	12.427,41	8.797,04	8.960,88
331901104 ADICIONAL NOTURNO	36,98	0	0
331901110 ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	372	0	0
331901131 GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGOS	146.000,00	1.000,00	0
331901133 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES	599.883,61	664.550,16	786.501,09
331901137 GRATIFICACAO POR TEMPO DE SERVICO	391.051,58	457.304,92	527.892,21
331901143 13 SALARIO	537.403,89	703.810,17	785.798,82
331901144 FERIAS - ABONO PECUNIARIO	86.335,64	124.925,23	154.096,46
331901145 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	115.432,41	160.059,41	185.177,25
331901146 FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	182.892,88	232.961,71	286.706,80
331901147 LICENCA-PREMIO	90.462,57	315.860,98	224.782,42
523170203 CREDITOS P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVIDORES	159.052,04	186.880,60	202.344,51
623170203 (-)CREDITOS P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVIDORES	-235.395,41	-209.038,05	-317.786,05
523310701 PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	365.469,48	460.027,56	495.323,13
623310701 (-)PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	-366.190,13	-460.027,56	-495.323,13
523310702 PROVISAO PARA FERIAS	611.343,45	834.223,97	878.787,11
623310702 (-)PROVISAO PARA FERIAS	-533.728,76	-700.693,61	-841.915,35
523170502 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - NAO FINANCEIROS	376.537,17	428.967,01	505.063,94
613120500 (-)ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-474.844,91	-544.796,12	-620.687,89
OBRIGACOES PATRONAIS	2.011.102,16	2.480.473,76	2.722.365,50
331901301 F.G.T.S.	491.985,40	530.586,87	585.969,59
331911304 CONTRIBUICAO DE SALARIO EDUCACAO	138.798,99	164.784,19	182.267,03
523310708 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISÕES	286.568,55	462.809,25	496.142,95
623310708 (-) ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISÕES	-259.929,10	-397.743,42	-482.057,23
331911302 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	1.297.776,09	1.537.978,83	1.674.906,26
331911309 SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO	55.902,23	182.058,04	265.136,90
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	458.385,66	589.600,29	626.455,53
331909401 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRAB.-ATIVO CIVIL	12.799,25	17.341,28	24.228,70
331901632 SUBSTITUICOES	33.894,69	56.227,10	63.220,49
331919401 INDENIZACOES TRABALHISTAS ATIVO CIVIL	0	6.445,09	1.294,02
331909201 DESP.EXERCICIOS ANTERIORES-ATIVO CIVIL	0	0	3.790,28
331901644 SERVICOS EXTRAORDINARIOS	63.810,89	95.172,47	98.643,52
333904901 INDENIZACAO AUXILIO-TRANSPORTE	186.990,83	213.513,20	243.497,17
331900801 AUXILIO FUNERAL ATIVO CIVIL	26.800,00	31.958,50	44.622,00
333900850 AUXILIO ESCOLA-ACORDO COLETIVO	32.880,00	45.200,00	28.000,00
333900849 AUXILIO DEFICIENTE - ACORDO COLETIVO	52.770,00	69.615,85	62.593,75
333900855 AUXILIO CRECHE	48.440,00	54.126,80	56.565,60
SENTENCAS JUDICIARIAS E DEP.COMPULSORIOS	2.279.188,65	306.719,90	33.094,95
331906702 VANTAGEM PESSOAL SENT.JUDICIAL-PENSOES	12.268,00	0	0
331909132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CAR.UNICO-ATIVO CIVIL	2.237.313,88	195.347,99	0
331906703 DEPOSITOS PARA RECURSOS	83.534,56	258.179,91	643.717,29
333906703 DEPOSITOS PARA RECURSOS	0	0	0
331919132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CART.UNICO-ATIVO CIVIL	29.546,56	7.135,18	0
523170602 RECURSOS VINCULADOS	12.028,21	105.940,03	32.534,95
613120300 (-)DEPOSITOS REALIZAVEIS VINCULADOS	-95.502,56	-259.883,21	-643.157,29

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício-DRE

10.5.6 – Mão de Obra Terceirizada

O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada com vigência em 2011.

Quadro XLIV: Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135101 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0061-11					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2006	V	O	001/2006	42.035.097/0001-18	19/04/06	18/04/12	-	31	-	-	-	-	E	-	###
2008	V	O	001/2008	16.207.888/0001-78	07/02/08	10/02/12	-	4	-	-	-	-	E	-	###
2010	L	O	016/2010	08.945.303/0001-99	16/12/10	15/04/11	-	2	-	-	-	-	E	-	###
Observação:															
Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado															

Fonte: Setad

11 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

11.1 – Análise da Execução Física e Orçamentária

Execução Física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Dotação Prevista (R\$)	Dotação Realizada (R\$)
20	301	0352	2004	A	4	Pessoa beneficiada	510	525	510	972.000,00	971.899,47
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	145	112	150	69.800,00	69.748,60
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	143	154	155	900.000,00	830.288,11
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	111	153	135	45.000,00	41.678,50
20	126	0352	4702	A	4	Unidade cadastrada	-	46	25	-	-
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	173	178	153	36.000,00	6.737,43
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	700.000,00	643.717,29
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	308	331	170	88.400,00	68.517,45
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	100.000	-	103.002	7.000.000,00	4.088.028,78
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	5.769.000,00	5.755.352,49
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	4	2	4	398.195,76	-
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realizada	11	11	11	70.000,00	55.101,98
20	692	0352	4710	A	4	Unidade organizada	136	3	-	15.000,00	11.945,44

Fonte: Supor/Geare

11.1.1 (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- Tipo: Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** benefício caracterizado por um conjunto de medidas administrativas voltadas para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, dos empregados e seus dependentes, em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP
- **Coordenador Nacional da Ação:** Luciano Monteiro Lopes
- **Responsável regional:** GEFAD/SEREH
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUGEP e Gerência de Serviços de Assistência à Saúde.

Quadro LXV: Demonstrativo da Execução da Ação 2004 (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes)

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001

PTRES = 024581

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/BA	
Dotação Orçamentária Inicial	19.519.046,00	972.000,00	
Suplementação/Cancelamento	5.086.246,00	-	-
Dotação Final	24.605.292,00	972.000,00	3,95
Execução Orçamentária	24.534.231,29	971.899,47	3,96
Índice	99,71	99,99	-
Meta Física	14.849	510	3,43
Execução Física	14.880	525	3,53
Índice	100,21	102,94	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

O Plano de Saúde da Conab é de autogestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor é calculada de acordo com nível salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), constante da Cláusula Oitava, do Acordo Coletivo de Trabalho-2009/2011.

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da Conab e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2011+Suplementação/Cancelamentos dotação orçamentária total de R\$24.605.292,00 e para a Sureg-BA foi previsto crédito de R\$ 972.000,00. Durante o exercício de 2011 foram gastos R\$ 971.899,47 perfazendo 99,99% da meta orçamentária.

No acumulado de 2011 a média mensal global de beneficiários da Superintendência Regional da Bahia e Sergipe foi de 525 beneficiários, ultrapassando em 2,94 % da meta física de 510 beneficiários mensais estabelecida pela SOF. A execução financeira foi realizada dentro do limite planejado.

Quadro LXVI: Execução Física e Orçamentária do Serviço de Assistência à Saúde

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	510	510	0,00	700.000,00	972.000,00	38,86
Execução	519	525	1,16	697.736,79	971.899,47	39,29
Percentual de Execução	101,76	102,94	-	99,68	99,99	-
Gasto per capita (R\$)				1.344,39	1.851,24	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Quadro LXVII: Elementos de Despesas do SAS

Exercício	Material de Consumo	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenização e Restituição	Total
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	-	893,40	416.145,28	144,00	-	417.182,68
2008	4.950,00	1.166,60	599.594,01	208,00	-	605.918,61
2009	-	760,00	762.621,95	152,00	-	763.533,95
2010	-	3.012,20	694.122,15	602,44	-	697.736,79
2011	-	3.912,80	967.204,11	782,56	-	971.899,47

Fonte: Siafi

O aumento significativo de gastos com o SAS nos exercícios de 2008 e 2009, em relação a 2007, foi justificada, em análise anterior, devido ao ingresso de empregados na Companhia (concursados e readmitidos), além da ocorrência de procedimentos complexos de maior custo que contribuem para o aumento da despesa. No exercício de 2010 registrou-se a redução de despesa em relação ao exercício de 2009, em torno de 8.61%.

Os gastos em 2011 tornaram a subir registrando uma elevação de 39,29 %. Alguns aspectos devem ser levados em conta com relação ao aumento das despesas quais sejam: A média de idade aproximada dos empregados da Unidade Jurisdicionada, que no exercício de 2011 era de 51 anos, requer a cada ano maiores cuidados com a saúde e procedimentos de custo mais elevado. No ano de 2011, 39 (trinta e nove) empregados realizaram cirurgias sendo que muitas delas de grande porte exigindo hospitalização e internamento em UTI, A tabela de honorários médicos que a Conab utiliza é a CBHPM (Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos) a mesma utilizada por todas as empresas auto gestoras em saúde suplementar.. Hoje é utilizada a 5ª edição cujo reajuste foi em 01.08.11. Quanto aos procedimentos odontológicos, a tabela padronizada da Conab foi reajustada em 01.07.11, passando de R\$ 0,31 US para R\$ 0,33 US (unidade de serviço).

11.1.1.2 Indicadores do SAS

Quadro LXVIII: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				75,08
2008				66,50
2009				98,18
2010				101,76
2011	Meta:	100,00	Realizado	102,94
Análise: A meta física foi ultrapassada em 2,94%. No entanto o limite da dotação orçamentária foi respeitada.				

Quadro LXIX: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				99,80
2008				99,33
2009				99,94
2010				99,68
2011	Meta:	100,00	Realizado	99,99
Análise: A execução orçamentária respeitou a meta estabelecida na LOA				

Quadro LXX: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				849,66
2008				1.160,76
2009				1.413,95
2010				1344,39
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	1.851,24
Análise: Aumento de 2010 para 2011, devido ao aumento de cirurgias de grande porte, faixa etária média de aproximadamente de 51 anos e aumento do preço dos serviços.				

11.1.2.1 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

- **Tipo: Atividade**
- **Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP
- **Coordenador Nacional da Ação:** Luiz Campos de Almeida

- **Responsável Regional:** GEFAD/SEREH
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Gestão de Pessoas – SUGEP e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM

Quadro LXXI: Demonstrativo da Execução da Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/BA	
Dotação Orçamentária Inicial	754.740,00	69.800,00	
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	754.740,00	69.800,00	9,25
Execução Orçamentária	753.997,08	69.748,60	9,25
Índice	99,90	99,93	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	145	3,46
Execução Física	2.488	112	4,50
Índice	59,34	77,24	-

Fonte: Geare e Gebem

Os Exames Médicos Periódicos obrigatórios, estão disciplinados na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII -Dos Deveres e Proibições.

Deve realizar-se no mês de aniversário do empregado, todos os anos sem ônus financeiro para os mesmos, sendo custeado pela Companhia. São parte integrante dos exames periódicos obrigatórios: exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica e consulta clínica com anamnese. Os exames periódicos são acrescidos a partir dos 40 anos.

A dotação orçamentária total da CONAB para o exercício de 2011 de R\$ 754.740,00, sendo que foi previsto para a Sureg/BA/SE a dotação orçamentária de R\$ 69.800,00. Durante o exercício de 2011 foram gastos R\$ 69.748,60 correspondente a 99,93% da meta orçamentária.

11.1.2.2. Indicadores do SAS - Exames Periódicos

Quadro LXXII: Percentual de Atendimento no SAS – Exames Periódicos

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010				82,50
2011	Meta:	100,00	Realizado	77,24

Análise: No ano de 2011, a meta não foi atingida integralmente devido ao fato de que alguns empregados realizaram seus exames periódicos dentro do prazo, mas entregaram os resultados em janeiro/12, assim como por motivo de férias no mês de dezembro, ou por motivo de tratamento de saúde, licença maternidade, afastamento pelo INSS, além da realização de exames admissionais referentes ao retorno de anistiados.

11.1.3.1 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP
- **Coordenador Nacional da Ação:** Luiz Campos de Almeida
- **Responsável Regional:** GEFAD/SEREH
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Gestão de Pessoas – SUGEP e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM

Quadro LXXIII: Demonstrativo da Execução a Ação 2212 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001

PTRES = 001684

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/BA	
Dotação Orçamentária Inicial	23.146.764,00	900.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-900.000,00	-	-
Dotação Final	22.246.764,00	900.000,00	4,05
Execução Orçamentária	21.662.047,14	830.288,11	3,83
Índice	97,37	92,25	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	143	3,41
Execução Física	4.334	154	3,55
Índice	103,36	107,69	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

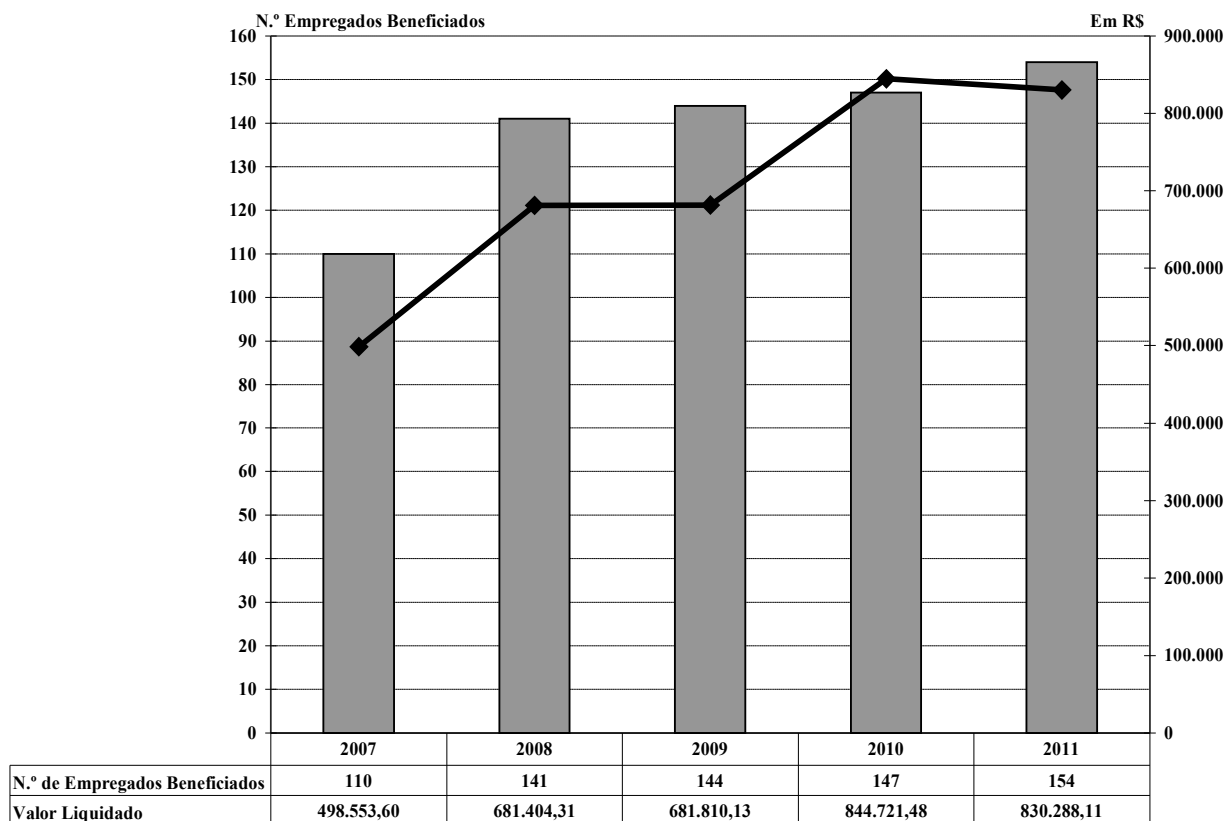
Quadro LXXIV: Execução Física e Orçamentária do Auxílio-Alimentação

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	4.003	4.193	4,75	23.153.755,00	22.246.764,00	-3,92
Execução	4.329	4.334	0,12	23.066.478,63	21.662.047,14	-6,09
Percentual de Execução	108,14	103,36	-	99,62	97,37	-
Gasto per capita (R\$)				5.328,36	4.998,17	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

No exercício de 2011, o crédito orçamentário no âmbito da Conab foi de R\$22.246.764,00 dos quais foram gastos R\$21.662.047,14, perfazendo 97,37% do previsto.

A meta física nacional de beneficiar 4.193 empregados/mês, por meio de 23 créditos no cartão magnético (refeição ou alimentação) de valor unitário de R\$20,00/dia foi executada em 103.36%, perfazendo uma média mensal 4.334 empregados. A Sureg/BA participa de 3.83% da execução orçamentária e 3.55% da execução física.



11.1.3.2. Indicadores

Quadro LXXV: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				100,92
2008				107,63
2009				102,86
2010				105,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	107,69
Análise: A meta de 143 beneficiários estabelecida foi ultrapassada em razão de ter sido elaborada pela SOF para um quantitativo de empregados inferior ao do quadro efetivo da Regional.				

Quadro LXXVI: Percentual da Execução Financeira do Auxílio-Alimentação

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				99,91
2008				98,75
2009				99,97
2010				99,38
2011	Meta:	100,00	Realizado	92,25
Análise: Os gastos com Auxílio Alimentação no exercício de 2011 foram realizados dentro da meta estabelecida na LOA				

11.1.4.1. - (2011) Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a

Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP
- **Coordenador Nacional da Ação:** Luiz Campos de Almeida
- **Responsável Regional:** GEFAD/SEREH
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Gestão de Pessoas – SUGEP e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM

Quadro LXXVII: Demonstrativo da Execução da Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001

PTRES = 01685

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/BA	
Dotação Orçamentária Inicial	6.931.122,00	45.000,00	
Suplementação/Cancelamento	510.000,00	-	
Dotação Final	7.441.122,00	45.000,00	0,60
Execução Orçamentária	7.352.073,59	285.175,67	3,88
Valor Liquidado na Sureg-BA	0,00	41.678,50	-
Valor Liquidado na Matriz	0,00	243.497,17	85,38
Índice	98,8	-	
Meta Física – Servidor beneficiado	3.282	111	3,38
Execução Física	4.286	153	3,57
Índice	130,59	137,84	

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

A dotação aprovada na LOA/2011+Créditos/Cancelamentos foi de R\$7.441.122,00 tendo sido gastos R\$7.352.073,59 perfazendo 98,80% do programado e a meta física estabelecida de beneficiar 3.282 empregados/mês foi superada em 30,59%, atendendo uma média mensal de 4.286 empregados.

Para a Sureg-BA a previsão de despesa era de R\$45.000,00 objetivando a concessão do benefício a 111 empregados, tendo sido atendidos 153 ao custo total de R\$285.175,67.

Quadro LXXVIII: Execução Física e Orçamentária do Auxílio Transporte

Discriminação	Execução física			Execução orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	150	111	-26,00	255.000,00	45.000,00	*
Execução	145	153	5,52	254.535,10	285.175,67	12,04
Vale transporte/crédito cartão magnético	31	31	0,00	41.021,90	41.678,50	1,60
Empecúnia	114	122	7,02	213.513,20	243.497,17	14,04
Percentual de execução	96,67	137,84	-	99,82	92,62	-
Gasto per capita em R\$				1.755,41	1.863,89	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

A concessão desse benefício é mensal e pode ocorrer de duas maneiras: a) pecúnia, creditada diretamente no contracheque do empregado e; b) cartão ou vales-transporte disponibilizados pelas empresas de transporte municipais, intermunicipais ou interestaduais.

A variação ocorrida nesta ação entre os exercícios de 2010 e 2011 se deu em razão das alteração do quadro de empregados da Sureg em face de readmissões e pelo aumento de tarifa dos vales-transportes.

Convém destacar que a execução orçamentária de 2010 incluía o vale transporte/crédito nos cartões magnéticos, parâmetro modificado no exercício de 2011, onde permaneceu apenas o custo aplicável às Regionais, tocante aos valores pagos em pecúnia aos seus empregados. Daí a drástica redução das metas demonstradas no quadro anterior.

11.1.4.2. Indicador de desempenho

Quadro LXXIX: Percentual de Execução do Auxílio Transporte

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte			
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			90,28
2008			96,34
2009			96,43
2010			91,16
2011	Meta:	100	Realizado
			92,62
Análise: A execução orçamentária desta Ação se deu dentro da meta estabelecida na LOA.			

11.1.5.1.- (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.

- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Marcelo de Araújo Melo
- **Responsável Regional:** GEOPE/SEOPE
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – GECAD

Quadro LXXX: Demonstrativo da Execução da Ação 4702

Programa de Trabalho = 20.126.0352.4702.0001

PTRES = 01692

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/BA	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	-	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	-	-
Dotação Final	500.000,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	60.970,43	-	0,00
Índice	12,19	-	-
Meta Física – Unidade cadastrada	4.500	-	0,00
Execução Física	1.889	46	2,44
Índice	41,98	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gecad

Quando LXXXI: Elementos de Despesas - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros-Pes. Jurídica	
2007	1.750,00	1.771,54	1.811,00	12,00	5.344,54
2008	660,00	887,36	450,00	-	1.997,36
2009	-	-	-	-	0,00
2010	6.580,00	-	2.487,42	-	9.067,42
2011	-	-	-	-	0,00

Fonte: Siafi

A meta física consolidada da Companhia, aprovada na LOA/2011, previa o cadastramento/recadastramento de 4.500 unidades armazenadoras, tendo sido executado 1.889 armazéns, representando 41,98% da meta física. Da meta financeira foram gastos R\$60.970,43 cerca de 12,19% da dotação global de R\$500.000,00.

No âmbito da Sureg-BA a execução física foi diminuta devido à ausência de demanda. Não houve meta física prévia de cadastramento de armazéns, havendo o cadastramento em 46 armazéns. Não houve despesa.

A manutenção do Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sobre a qualificação, ou seja, sobre equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

Na área sob jurisdição da Sureg-BA, em 2011, estavam cadastrados 632 armazéns com capacidade estática para 4.014 milhões de toneladas, representando cerca de 2,91% da capacidade estática nacional. Desses armazéns, apenas 12 unidades (capacidade de 17.947 toneladas) estavam credenciados para trabalhar com estoques e programas do Governo Federal. Os demais armazéns encontravam-se impedidos, por motivos financeiros e/ou técnicos, ou por não terem assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab, ou por constarem como inadimplentes no

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, conforme a seguir detalhado.

Quadro LXXXII: Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada

Sureg	Situação	2009		2010						Variação	
		N.º UA (a)	Capac. (t) (b)	Convencional		Granel		Total		N.º UA. (c/a)	Capac.(t) (d/b)
				N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA (c)	Capac. (t) (d)		
BA/SE	Credenciados	24	54.184	12	17.947	0	0	12	17.947	-50,00	-66,88
	Descredenciados	7	12.677	3	6.682	1	3.140	4	9.822	-42,86	-22,52
	Aptos s/ Contrato	6	16.185	3	9.539	3	12.640	6	22.179	0,00	37,03
	Impedidos	492	1.944.204	273	719.332	238	1.697.188	511	2.416.520	3,86	24,29
	Impedidos no SICAF	95	1.559.599	53	129.079	46	1.418.665	99	1.547.744	4,21	-0,76
	Cadastrados	624	3.586.849	344	882.579	288	3.131.633	632	4.014.212	1,28	11,91
Total Nacional	Credenciados	593	7.816.353	98	439.201	278	5.095.464	376	5.534.665	-36,59	-29,19
	Descredenciados	380	3.251.521	211	917.075	227	3.216.066	438	4.133.141	15,26	27,11
	Aptos s/ Contrato	751	5.732.842	367	1.142.512	478	5.356.347	845	6.498.859	12,52	13,36
	Impedidos	11.607	65.355.182	4.898	16.773.054	6.627	50.822.340	11.525	67.595.394	-0,71	3,43
	Impedidos no SICAF	3.802	48.088.873	1.537	6.570.618	2.768	47.542.928	4.305	54.113.546	13,23	12,53
	Cadastrados	17.133	130.244.771	7.111	25.842.460	10.378	112.033.145	17.489	137.875.605	2,08	5,86
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Credenciados		4,05	0,69	12,24	4,09	0,00	0,00	3,19	0,32	-	-
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Cadastrados		3,64	2,75	4,84	3,42	2,78	2,80	3,61	2,91	-	-

11.1.6.1. (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP
- **Coordenador Nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho
- **Responsável Regional:** GEFAD/SEREH
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC e Gerência de Capacitação e Desenvolvimento – GECAP

Quadro LXXXIII: Demonstrativo da Execução da Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001

PTRES = 001694

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/BA	
Dotação Orçamentária Inicial	1.530.000,00	36.000,00	2,06
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.530.000,00	36.000,00	
Execução Orçamentária	372.576,40	6.737,43	1,81
Índice	24,35	18,72	
Meta Física	4.300	173	4,02
Execução Física	3.165	178	5,62
Índice	73,60	102,89	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

A dotação orçamentária global para a Ação 4572 aprovada na LOA/2011 foi de R\$1.530.000,00 e a meta física prevista de 4.300 treinamentos. Durante o exercício foram realizados 3.165 treinamentos, 73,60% da meta, ao custo total de R\$372.576,40 correspondente a 24,35% da dotação prevista. A Sureg/BA teve execução orçamentária de 1,81% da dotação nacional, com execução física correspondente a 5,62%.

No quadro abaixo segue o demonstrativos dos treinamentos realizados na Sureg-BA/SE no exercício de 2011.

Quadro LXXXIV: Demonstrativo dos Treinamentos Realizados por Área de Conhecimento, Número de Treinandos e Carga Horária na Sureg-BA/SE

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	64	197	3,08
Auditoria	37	74	2
Comunicação Social	0	0	-
Educação e Desenvolvimento	54	322	5,96
Financeira	1	8	8
Gerencial	0	0	-
Informática	0	0	-
Jurídica	0	0	-
Operacional	3	72	24
Planejamento	19	308	16,21
Qualidade	0	0	-
Total	178	981	5,51

Fonte: Gecap

Quadro LXXXV: Execução Física e Orçamentária da Capacitação de Servidores

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	63	173	174,60	35.000,00	36.000,00	2,86
Execução	32	178	456,25	34.337,35	6.737,43	-80,38
Percentual de Execução	50,79	102,89	-	98,11	18,72	-
Gasto per capita (R\$)				1.073,04	37,85	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Comparativamente ao exercício de 2011, quadro acima, o número de treinamentos aumentou em 456,25%, passando de 32 para 178, porém houve um decréscimo de 80,38% na execução orçamentária, percentual este atribuído aos custos mais elevados com Pós-Graduação e Mestrado.

Quadro LXXXVI: Elementos de Despesas da Capacitação de Servidores

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	13.679,02	-	11.312,02	-	7.828,84	-		32.819,88
2008	12.120,00	-	12.236,94	-	40.523,30	78,48	212,50	65.171,22
2009	9.562,50	-	5.300,53	-	11.089,15	-	-	25.952,18
2010	14.791,00	-	6.811,92	-	11.723,38	-	1.011,05	34.337,35
2011	-	-	-	-	6.737,43	-	-	6.737,43

Fonte: Siafi

Não houve despesas com diárias e passagens, tendo em vista as limitações estabelecidas pelo Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011. As despesas foram obtidas através de outros serviços de terceiros, conta SIAFI nº 33903948, Serviço de Seleção e Treinamento.

11.1.7.1. (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença judicial Transitada em Julgado.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Procuradoria Geral – PROGE
- **Coordenador Nacional da Ação:** Rubem Santos Assis
- **Responsável Regional:** PRORE
- **Unidades Executoras:** Subprocuradoria de Matéria Judicial – SUMAJ

Quadro LXXXVII: Demonstrativo da Execução da Ação 0022 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001

PTRES = 001687

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/BA	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	700.000,00	
Suplementação/Cancelamento	4.661.376,00	-	
Dotação Final	18.661.376,00	700.000,00	3,75
Execução Orçamentária	17.353.314,98	643.717,29	3,71
Índice	92,99	91,96	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Suplementações/Cancelamentos

Decreto de 12/08/2011	2.000.000,00
Decreto de 11/10/2011	489.222,00
Decreto de 15/12/2011	2.172.154,00

Na LOA/2011 + créditos aprovados foi consignada dotação orçamentária nacional de R\$18.661.376,00 para despesas com pessoal e encargos e demais despesas correntes, visando o cumprimento de sentenças judiciais. A participação da Sureg/BA nesta Ação foi de 3,71% da execução orçamentária da Conab.

Quadro LXXXVIII: Elementos de Despesas com Cumprimento de Sentença Judicial

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	55.469,23	12.864,79	-	-	68.334,02
2008	9.987,56	509.713,24	-	-	519.700,80
2009	95.802,56	2.266.860,44	-	-	2.362.663,00
2010	258.179,91	163.001,85	-	-	421.181,76
2011	643.717,29	0,00	0,00	0,00	643.717,29

11.1.7.2 Indicador de desempenho

Quadro LXXXIX: Percentual Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da Sumaj				
Resultados:				
2007				97,62
2008				94,49
2009				99,94
2010				99,81
2011	Meta:	100,00	Realizado	91,96
Análise: A execução desta Ação no âmbito da SUREG/BA foi cumprida e ocorreu dentro da meta estabelecida na LOA.				

11.1.8.1.(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A fiscalização dos estoques tem por finalidade apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais e avaliar a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias. É realizada periodicamente pela Conab na forma das orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab – MOC ou em orientações específicas estabelecidas pela Companhia.
- **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo
- **Responsável Regional:** GEOPE/SEOPE
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Fiscalização de Estoques – SUFIS e Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais – GEFIS

Quadro XC : Demonstrativo da Execução da Ação 2137 – Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares

Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001

PTRES = 01690

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/BA	
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 4.200.000,00	R\$ 88.400,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	R\$ 4.200.000,00	R\$ 88.400,00	2,10
Execução Orçamentária	R\$ 1.623.125,34	R\$ 68.517,45	4,22
Índice	38,65	-	-
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	308	5,60
Execução Física	6.030	331	5,49
Índice	109,64	107,47	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

A meta física global aprovada na LOA/2011 previa a realização de 5.500 fiscalizações, sendo consignada dotação orçamentária de R\$4.200.000,00.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização de Estoques - SUFIS que, mediante programação anual, coordena e participa da execução de todo o processo de fiscalização, seguindo orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações Conab - MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 020, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Durante o exercício foram fiscalizados produtos dos estoques públicos (AGF e Contrato Público de Opção de Venda, agricultura familiar, Fome Zero) e Terceiros. O custo total foi de R\$ 68.517,45 (77,50% da dotação). Comparando-se com o total executado pela Companhia, a participação da Sureg-BA representa 1,63% da meta nacional.

Cumulativamente, foram fiscalizados 194.539 toneladas de produtos depositados nas unidades armazenadoras vistoriadas, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro XCI: Demonstrativo dos Estoques Fiscalizados

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	95.900	95.900	83.320	83.320
Contrato de Opção	10.906	10.906	27.635	27.635
Agricultura Familiar	31.836	31.836	61.876	61.875
Fome Zero	9.566	9.566	15.260	15.260
Estoque Próprio	-	-	0	0
Varreduras	-	-	0	0
Terceiros	-	-	6.449	6.449
Total	148.208	148.208	194.540	194.539

Fonte: Gefis

Com referência aos instrumentos de apoio à comercialização foram realizadas durante o exercício, 68 operações de fiscalização no Estado da Bahia e Sergipe, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XCII: Fiscalização dos Instrumentos de Comercialização

Discriminação	Exercício			
	2008	2009	2010	2011
Vendas em Balcão	-	-	98	0
AGF	-	-	-	0
PEPRO	51	31	52	22
PEP	13	-	152	31
VEP	-	-	1	15
PROP	9	1	-	0
Propostas de Seguro Rural	9	16	45	-
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-	0
Total	82	48	348	68

Fonte: Gevep

Produto	Ocorrência (Em t)				Total
	Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas		
	AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem	
Milho	0	0	0	1	1
Total	0	0	0	1	1

Na execução da Ação a Conab gastou R\$ 68.517,45. Em relação ao valor total gasto na Ação, os pagamentos realizados pela Sureg-BA representaram 2,11%. Nesses custos não foram contabilizadas as despesas com deslocamento de fiscais de outras Suregs e Matriz, por serem contabilizados na origem do empregado.

Quadro XCIII: Elementos de Despesas com Fiscalização

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
				Pes. Física	Pes. Jurídica				
2007	10.538,54	3.199,75	2.691,10	0,00	6,30	0,00	0,00	0,00	16.435,69
2008	17.475,00	3.237,08	1.896,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.608,48
2009	23.425,00	5.191,00	4.168,40	0,00	16,40	0,00	0,00	0,00	32.800,80
2010	42.127,50	7.330,29	5.381,21	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.854,00
2011	50.173,00	6.798,46	11.545,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.517,45

Fonte: Siafi

11.1.9.1. (2130) Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de

Abastecimento – CONAB

- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares
- **Responsável Regional:** GEOPE/SECOM
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Operações Especiais – SUOPE, Superintendência de Contabilidade – SUCON e Superintendência de Gestão da Oferta – SUGOF

Quadro XCIV: Demonstrativo da Execução da Ação 2130 – Formação dos Estoques Públicos

(21301) Formação dos Estoques Públicos

Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001

PTRES = 01678

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg-BA/SE	
Dotação Orçamentária Inicial	2.169.760.000,00	7.000.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.169.760.000,00	7.000.000,00	0,32
Execução Orçamentária	918.235.408,22	4.088.028,78	0,45
Índice	42,32	58,40	-
Meta Física	4.031.000	100.000	2,48
Execução Física	811.250	0	0,00
Índice	20,13	0,00	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Para a realização das diversas atividades correlatas a formação dos estoques públicos a LOA/2011 consignou, para a Conab, dotação orçamentária de **R\$ 2.169.760,00** e meta física de **4.031.000** toneladas de produtos agrícolas. Foram adquiridas, **811.250** toneladas ao custo total de **R\$ 918.235.408,22**.

a) Remoções de Produtos dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Em 2011 foi contratada a remoção 150.000 toneladas de milho do Estado do Mato Grosso para o Estado da Bahia, vinculado à PGPM. A contratação ocorreu via Leilão Eletrônico, com participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros.

A realização das remoções teve como motivo principal a necessidade de abertura de espaço para o recebimento de produtos da safra 2008/09 e o atendimento do Programa Vendas em Balcão nas Regiões Norte e Nordeste. As quantidades contratadas e removidas estão detalhadas no quadro a seguir.

Quadro XCV: Remoções de Produtos dos Estoques Públicos – PGPM

UF		Produto	Motivo	Valores no Leilão		Quantidades (Em t)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratadas	Removidas	Canceladas	Aditadas	A Remover
MT	BA	Milho	Vendas em Balcão	41.344,50	30.990,00	150.000	150.000	0	0	0
Total				41.344,50	30.990,00	150.000	150.000	0	0	0

Fonte: Suarm/Gemov

Quadro XCVI: Demonstrativo da Execução Financeira

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-BA-SE	Participação (%)
Garantia de Produtos Armazenados	1.346.265,02	0,00	0,00
Aquisição de mercadorias para revenda	448.352.796,47	1.430,00	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	680.538,13	0,00	0,00
Embalagens	5.342.883,52	0,00	0,00
COFINS	12.541,21	0,00	0,00
PASEP	2.647,92	0,00	0,00
Armazenagem	335.944.484,68	4.025.747,20	1,20
Seguros em geral	10.983.147,15	0,00	0,00
Comissões e corretagens	12.374.999,26	0,00	0,00
ICMS	47.485.159,88	3.718,80	0,00
ISS	14.877,26	0,00	0,00
Serviços gráficos	0,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	60.667,59	0,00	0,00
Encargos financeiros	65,71	0,00	0,00
Serviços de terceiros	1.560.493,66	26.646,93	1,70
Ensaque e reensaque	54.644,50	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	2.219,45	0,00	0,00
Análises laboratoriais	268.874,58	125,00	0,00
Taxas e pedágios	29.016,97	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	53.623.441,96	30.360,85	0,00
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	0,00	0,00	0,00
Sentenças Diversas	0,00	0,00	0,00
Editais e publicações	95.643,30	0,00	0,00
Total	918.235.408,22	4.088.028,78	0,44

As despesas da Sureg/BA contabilizadas durante o período, no valor de R\$ 4.088.028,78 referem-se, principalmente, armazenagem, serviços de terceiros e frete, conforme quadro acima.

11.1.10.1 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI
- **Coordenador Nacional da Ação:** João Carlos Bona Garcia
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Gestão de Pessoas – SUGEP e Superintendência de Finanças – SUFIN
- **Responsável Regional:** GEFAD/SETAD/SEREH

Quadro XCVII: Demonstrativo da Execução da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-BA/SE	
Dotação Orçamentária Inicial	390.916.326,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	488.416.326,00	5.901.000,00	1,21
Pessoal	391.071.326,00	3.300.000,00	0,84
Custeio	77.070.000,00	2.583.000,00	3,35
Investimentos	20.275.000,00	18.000,00	0,09
Execução Orçamentária	461.250.028,94	5.755.352,49	1,25
Pessoal	387.327.794,86	3.292.468,16	0,85
Custeio	73.477.389,40	2.447.831,72	3,33
Investimentos	444.844,68	15.052,61	3,38
Índice	94,44	97,53	-

Fonte: Supor e Siafi

A dotação aprovada para a Conab foi de R\$ 488.416.326,00 sendo R\$ 391.071.326,00 para despesas de pessoal e encargos sociais; R\$ 77.070.000,00 para custeio e R\$ 20.275.000,00 para investimentos.

A meta para a Sureg/BA foi de R\$5.901.000,00 sendo liquidado no período R\$ 5.755.352,40, representando 97,53% da dotação prevista, correspondente a 1,25% do gasto total da Companhia. Da execução orçamentária na Sureg/BA, as despesas de pessoal representaram 57,20%, o custeio representou 42,53% e os investimentos 0,02%.

Quadro XCVIII: Demonstrativo da Execução de Despesas

Discriminação	BA-SE				
	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal	9.940,76	873.692,19	2.451.133,52	2.976.990,86	3.292.468,16
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	3.718,00	7.437,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	1.507,00	125.526,22	454.141,56	494.597,24	551.228,66
Obrigações patronais	893,99	748.165,97	1.984.192,71	2.415.407,93	2.708.279,78
Outras despesas variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	39.481,32	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	7.539,77	0,00	12.799,25	23.786,37	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	25.522,72
Custeio	1.835.100,89	1.867.606,78	1.852.739,47	2.191.077,93	2.447.831,72
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	61.775,74	111.210,00	118.123,25	91.803,50	48.986,00
Material de consumo	214.518,36	208.009,44	163.525,45	198.127,46	121.199,28
Passagens e Despesas com locomoção	40.675,08	67.782,89	53.176,70	30.195,50	24.990,05
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	12.407,25	10.517,86	6.905,03	7.033,00	10.022,32
Locação de mão-de-obra	529.785,04	567.068,70	606.698,00	839.008,18	917.880,66
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	739.896,63	789.519,99	809.786,66	0,00	1.180.020,53
Obrigações tributárias e contributivas	232.468,65	0,00	0,00	128.513,70	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	3.574,14	8.960,41	2.379,15	1.705,13	2.215,41
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	894.691,46	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	104.537,49	92.145,23	0,00	142.517,47
Investimentos	147.145,28	192.942,77	2.987,50	325,42	15.052,61
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente – Operações intra-orçamentárias	147.145,28	192.942,77	2.987,50	325,42	15.052,61
Total	1.992.186,93	2.934.241,74	4.306.860,49	5.168.394,21	5.755.352,49

Quadro XCIX: Variação da Execução das Despesas

Discriminação	BA /SE		
	2010	2011	Variação per centual (%)
Pessoal	2.976.990,86	3.292.468,16	10,60
Outros benefícios assistenciais	3.718,00	7.437,00	100,03
Vencimentos e Vantagens Fixas	494.597,24	551.228,66	11,45
Obrigação patronais	2.415.407,93	585.969,59	-75,74
Outras despesas variáveis	0,00	0,00	
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	
Sentenças judiciais	39.481,32	0,00	
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	
Indenizações e restituições trabalhistas	23.786,37	24.228,70	
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	
Obrigação patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	2.122.310,19	
Sentenças judiciais	0,00	0,00	
Indenizações trabalhistas	0,00	1.294,02	
Custeio	2.075.640,19	2.447.831,72	
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00		
Pensões	0,00		
Outros benefícios assistenciais	0,00		
Diárias	91.803,50	48.986,00	-46,64
Material de consumo	189.424,65	121.199,28	-36,02
Passagens e Despesas com locomoção	30.195,50	24.990,05	-17,24
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	
Outros serviços de terceiros – pessoa física	4.433,00	10.022,32	126,08
Locação de mão-de-obra	776.071,90	917.880,66	18,27
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	0,00	1.180.020,53	
Obrigações tributárias e contributivas	123.333,66	140.413,33	
Depósitos compulsórios	0,00		
Sentenças judiciais	0,00		
Indenizações e restituições	1.705,13	2.215,41	29,93
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00		
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	858.672,85		
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	2.104,14	
Investimentos	325,42	15.052,61	
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00		
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	0,00		
Equipamento e material permanente – Operações intra-orçamentárias	325,42	15.052,61	4525,59
Total	5.052.956,47	5.755.352,49	

A variação, a menor, no Grupo de Despesas de Pessoal, não decorre de redução nas despesas deste Grupo e sim de mudança metodológica. Os valores divulgados até 2009 referiam-se à execução global da despesa, ou seja, além da execução orçamentária processada nas Regionais da Conab eram agregados, também, os custos da folha de pagamento de pessoal de toda a Companhia, cuja execução orçamentária é processada pela Matriz, em Brasília. Objetivando a aderência às normas vigentes, a Conab alterou a metodologia, passando a divulgar, a partir do exercício de 2010, apenas os valores referentes à execução orçamentária realizada em cada Regional. Com relação aos custeio da Sureg, houve variações tanto reduzindo como aumentando gastos.

Observa-se que houve uma redução drástica nos investimentos da UG.

As principais despesas correntes e de investimentos, relativas a esta Ação foram realizadas por meio de licitações dando maior transparência às operações. As despesas com pessoal serão tratadas no item 5, relativo a Composição dos Recursos Humanos.

Durante o exercício de 2011 ocorreram 15 procedimentos licitatórios, todos na modalidade de pregão eletrônico, cujos resultados se encontram no quadro abaixo:

Quadro C: Pregões Eletrônicos

Nº	OBJETO	VLr de Referência (R\$)	Valor Contratado (R\$)	Economia (%)	Nº Processo
001/2011	Transporte de Mudança - Local	5.956,40	5.000,00	16,06%	21205001268/2010-12
002/2011	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação	4.152,71	3.626,08	12,68%	21205000931/2010-61
003/2011	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA	70.036,68	58.834,04	16,00%	21205000959/2010-07
004/2011	Aquisição de suprimentos de informática	47.175,71	10.417,29	77,92%	21205001084/2010-52
005/2011	Locação de Veículos – Táxi	9448,00	8682,71	8,10%	21205000031/2011-03
006/2011	Aquisição de Material de Expediente	17.709,53	10.557,24	40,39%	21205001052/2010-57
007/2011	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis para abastecer os veículos de propriedade da Sede da Superintendência Regional da Bahia e Sergipe. (CANCELADO)			#DIV/0!	21205000119/2011-17
008/2011	Documento - Guarda / Transporte	55.860,00	55.860,00	0,00%	21205000121/2011-96
009/2011	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis para abastecer os veículos de propriedade da Sede da Superintendência Regional da Bahia e Sergipe. (CANCELADO)			#DIV/0!	21205000119/2011-17
010/2011	Contratação de micro empresa ou empresa de pequeno porte especializada em locação de veículos automotivos	40514,7	35.101,00	13,36%	21205000212/2011-21
011/2011	Serviço de vigilância armada, desarmada e segurança física do material, dos equipamentos, das instalações das edificações, dos veículos e maquinários da Conab	8585,62	7.916,14	7,80%	21205000117/2011-41
012/2011	Fornecimento de passagens aéreas para dentro do Território Nacional, entre capitais estaduais, das capitais estaduais para diversos municípios e vice-versa, entre municípios	53000,00	47.339,60	10,68%	21205000374/2011-60
013/2011	Transporte de Mudança - Intermunicipal	5055,00	4.050,00	19,88%	21205000555/2011-96
014/2011	Controle de Abastecimento de Veículos	18318,81	0,00	100,00%	21205000030/2011-51
015/2011	Locação de Veículos - Leves / Pesados	81.029,40	47.220,00	41,72%	21205000177/2011-41
SUBTOTAL		859.941,95	557.642,96	35,15%	

Fonte: Comprasnet

No quadro abaixo estão relacionados os contratos administrativos vigentes durante o exercício de 2011.

Quadro CI: Demonstrativo dos Contratos Vigentes em 2011

Razão Social	Processo Administrativo	Nº do Contrato/Ano	Nº da Licitação/Ano	Modalidade da Licitação	Objeto do Contrato	Vigência do Contrato (início e término)	Valor Mensal
Município de Itabaiana	05.023/1997	S/N	S/N	N/A	Cessão de uso do imóvel c/ opção de compra.	02/12/2003 a 20/11/2015	N/A
Município de Nossa Srª. Da Glória	05.025/1997 e 05.103/2004	S/N	S/N	N/A	Cessão de uso do imóvel c/ opção de compra.	09/12/2005 a 08/12/2025	N/A
PA Arquivos Ltda	21205.000121/2011-96	005/2011	008/2011	Pregão Eletrônico	Prestação de serviços de limpeza, transporte e guarda do arquivo inativo desta Sureg.	27/07/2011 a 26/07/12	De acordo com demanda
Mundo Livre Turismo Ltda	21205.000476/2010-02	015/2011	011/2010	Pregão Eletrônico	Locação de veículos.	15/10/2010 a 14/10/11	De acordo com demanda
Summer Turismo e Viagens Ltda.	21205.00582/09-44	005/10	004/10	Pregão Eletrônico	Passagem Aérea	20/04/2010 a 19/04/2011	De acordo com demanda
Auto Posto Budião	21205.000357/2011-22	006/2011	N/A	Dispensa de Licitação	Fornecimento de combustível	11/10/2011 a 31/01/2012	De acordo com demanda
Auto Posto Budião	21205.00568/09-41	007/10	005/10	Pregão Eletrônico	Fornecimento de combustível	11/06/2010 a 10/06/2011	De acordo com o consumo
Speed Way Locadora	21205.000212/2011-21	010/2011	010/2011	Pregão Eletrônico	Locação de veículos.	19/10/2011 a 18/04/12	De acordo com o consumo
Ag – Consultoria e Projetos Ltda	21205.00329/09-18	008/10	007/10	Pregão Eletrônico	Prestação de serviço referente a medicina do trabalho e segurança do trabalho.	24/08/2010 a 23/08/2011	R\$ 5.833,33
Batur – Bahia Transportes e Turismo Ltda	21205.00478/09-50	006/10	002/10	Pregão Eletrônico	Serviço de transporte via taxi	26/04/2010 a 25/04/2011	De acordo com a demanda
Bernhoeft Perícia Contábil Ltda	21205.00359/10-31	010/10	008/10	Pregão Eletrônico	Perícias e cálculos trabalhistas	14/10/2010 a 13/10/2011	De acordo com a demanda
Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	21205.00006/08-16	018/08	015/08	Pregão Eletrônico	Telefonia Interurbana	02/03/2011 a 01/03/2012	De acordo com o consumo
Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	21205.000039/2010-81	001/2011	018/10	Pregão Eletrônico	Telefonia Local Sede	23/03/2011 a 22/03/12	De acordo com o consumo
VIVO	21205.000215/2010-84	022/12	014/10	Pregão Eletrônico	Prestação de serviço telefônico móvel.	03/01/2011 a 02/01/2012	De acordo com o consumo
Guardsecure Segurança	05.028/2005	001/06	001/06	Pregão Eletrônico	Vigilância armada e desarmada	19/04/2011 a 18/04/2012	R\$ 64.059,92
Sacel Serv. Vigilância	21205.520/2007-71	001/08	012/07	Pregão Eletrônico	Vigilância armada – Itabaiana/SE	11/08/2011 a 10/02/2012	R\$ 7.450,79
Propag Turismo Ltda.	21205.000.993/2010-73	019/10	017/10	Pregão Eletrônico	Prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas.	03/01/2011 a 02/01/12	De acordo com demanda
Escritório de Advocacia Barachisio Lisboa	21205.00084/07-30	006/07	004/07	pregão eletrônico	Serviços advocatícios	09/09/2011 a 08/09/2012	R\$ 9.447,30
Gesteira Ferreira Cia Ltda	21205.096/2008-45	002/09	019/08	Pregão Eletrônico	Manutenção de veículos	21/01/2011 a 20/01/2012	De acordo com a demanda
Construtora Carmo Couri Ltda e Carmo Couri Engenharia e Construções Ltda	21205.00471/10-71	009/10	N/A	Dispensa de Licitação	Locação de imóvel	01/11/2011 a 31/10/2012	R\$ 29.946,44
Francisco Nunes de Jesus- NO	21205.00199/09-13	002/10	013/2009	Pregão Eletrônico	Fornecimento de combustível	05/02/2010 a 04/02/2011	De acordo com o consumo
Auto Posto Flor da Chapada Ltda	21205.00199/09-13	003/10	013/2009	Pregão Eletrônico	Fornecimento de combustível	05/02/2010 a 04/02/2011	De acordo com o consumo
IBEJA – Conservação de Imóveis LTDA	21205.01039/10-06	016/10	N/A	Dispensa de Licitação	Limpeza e conservação	16/12/2010 a 15/04/2011	R\$ 3.602,71
SAL TTUR – Salvador Transportes e Serviços	21205.000031/11-03	004/11	005/11	Pregão Eletrônico	Serviço de transporte via taxi	04/07/2011 a 03/07/2012	De acordo com a demanda
Polo Profissional e Serviços Ltda	21205.000931/2010-61	*008/11	002/11	Pregão Eletrônico	Serviços de limpeza e conservação Sede	03/11/11 a 02/11/12	R\$ 2.719,56
LOCK Sempre	21205.001076/2010-14	*002/11	N/A	Dispensa de Licitação	Locação de móveis	03/02/11 a 02/06/11	R\$ 1.715,00
J. Alves & Cia Ltda.	21205.001116/2010-10	OC nº 02/11	NA	Dispensa de Licitação	Fornecimento de combustível	19/01/11 a 18/01/12	De acordo com a demanda
Revendedora de Combustíveis L. J. Ltda	21205.001117/2010-64	OC nº 03/11	NA	Dispensa de Licitação	Fornecimento de combustível	17/02/11 a 16/02/12	De acordo com a demanda
Valor Econômico S.A	CI/SETAD025/2011	OC nº 07/11	NA	Dispensa de Licitação	Assinatura anual de jornal	11/03/11 a 10/03/12	R\$ 49,91
IOB – Informações Objetivas e Publicações Jurídicas	CI SETAD nº 009/11	OC nº 11/11	NA	Dispensa de Licitação	Assinatura anual de revista jurídica	31/03/11 a 30/03/12	R\$ 83,08
S.A.M Comércio Ltda.	21205.000756/2010-11	OC nº 23/11	NA	Dispensa de Licitação	Fornecimento de combustível	30/06/11 a 29/06/12	De acordo com a demanda
Gamboia Comércio de Materiais e Serviços em Equipamentos	211205.001052/2010-57	OC nº 27/11	NA	Dispensa de Licitação	Fornecimento de materiais de limpeza	02/08/11 a 01/08/12	R\$ 746,00
Entre Rios Agro Industrial Ltda.	21205.000129/2011-52	OC nº 34/11	NA	Dispensa de Licitação	Fornecimento de combustível	06/09/11 a 31/12/11	De acordo com a demanda
Copiadora Universitária Ltda.	21205077/2011-14	OS nº 09/11	NA	Dispensa de Licitação	Prestação de serviços de cópias	08/04/11 a 31/12/11	De acordo com a demanda
Ominiware Soluções Ltda – ME	21205077/2011-14	OS nº 14/11	NA	Dispensa de Licitação	Prestação de serviços de recortes de jornais	05/07/11 a 04/07/12	R\$ 90,00
Telemar Norte Leste S/A	21205.000075/2011-25	007/11	N/A	Dispensa de Licitação	Telefonia Local Uas	21/11/11 a 20/11/12	De acordo com a demanda

*houve rescisão de contrato.

Fonte: Sureg/Ba/Se – Setad

11.1.11.1 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Marcelo de Araújo Melo
- **Responsável Regional:** GEOPE/SEOPE
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – GECAD

Quadro CII: Demonstrativo da Execução da Ação 2829 – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-BA/SE	
Dotação Orçamentária Inicial	39.000.000,00	398.195,76	-
Dotação Orçamentária Final	39.000.000,00	398.195,76	1,02
Despesas Correntes	5.000.000,00	50.000,00	1,00
Despesas de Capital	34.000.000,00	348.195,76	1,02
Execução Orçamentária	503.777,46	0,00	0,00
Despesas Correntes	250.594,84	-	0,00
Despesas de Capital	253.182,62	-	0,00
Índice	1,29	0,00	-
Meta Física – unidade modernizada	70	4	5,71
Execução Física	57	2	3,51
Índice	81,43	50,00	-

Fonte: Supor e Siafi

A meta global aprovada na LOA/2011 previa a execução de serviços de manutenção/recuperação/modernização em 70 unidades armazenadoras, ao custo total de R\$39 milhões. Durante o exercício foram atendidas 57 unidades (81,43% da meta) com a realização de pequenas obras/aquisições, ao custo total de R\$503.777,46.

Nas Unidades Armazenadoras desta Sureg, foram atendidas com a aquisição de equipamentos para melhoria das condições de trabalho, bem como para atender às exigências da certificação.

Quadro CIII: Demonstrativo de Aquisições, Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
			Corrente	Capital	Corrente	Capital	
BA	Santa Maria da Vitória	Aquisição de 1 balança	0,00	0,00	0,00	3.694,91	3.694,91
		Aquisição de 1 carro para carga tipo plataforma	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00
Total			0,00	0,00	0,00	4.294,91	4.294,91

11.1.12.1 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.
- **Descrição:** Durante o ano safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Roberto Bestetti
- **Responsável Regional:** GEDES/SEGEO
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – SUINF e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – GEASA

Quadro CIV: Demonstrativo da Execução da Ação 4711 – Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-BA	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	70.000,00	7,00
Execução Orçamentária	794.110,27	55.101,98	6,94
Índice	79,41	78,72	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	11	91,67
Execução Física	12	11	91,67
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

No último trimestre de 2007 a Conab e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE firmaram acordo para a realização conjunta das pesquisas de plantio, produção e produtividade de grãos, café e cana de açúcar. A unificação das estimativas de produção era uma reivindicação antiga dos agentes atuantes no agronegócio. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva, e os dados do IBGE atendiam a fins estatísticos. Enquanto a primeira tomava como base o ano safra, a segunda, o ano civil, o que causava pequenas diferenças entre os resultados. Com a unificação dos trabalhos, o calendário dos levantamentos e da divulgação das pesquisas não mudou, ou seja, as culturas de grãos continuaram com a periodicidade mensal e o café e a cana-de-açúcar, de quatro em quatro meses. O primeiro trabalho conjunto de campo começou no mês de novembro, com a terceira estimativa de grãos da safra 2007/08.

O modelo de coleta vem se utilizando de dados adicionais disponibilizados pela área de Geotecnologia (mapeamento de áreas cultivadas, obtido por meio de imagens de satélite, e estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos). Após a coleta e consolidação dos dados, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

A meta física global aprovada na LOA/2011 previu a realização de doze pesquisas de campo, realizadas de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras. Além das viagens programadas e por determinação da Diretoria da Companhia, nos meses em que não fossem realizadas as pesquisas deveriam ser procedidos levantamentos complementares para a atualização dos dados, utilizando-se de outros meios de busca de informações, como telefone, e-mail etc. Especificamente no Estado da Bahia foram realizados 11 levantamentos de safra.

Em 2011, a dotação orçamentária global aprovada na LOA para a Ação foi de R\$1 milhão, com execução de R\$794.110,27. Na Sureg-BA, foram liquidados R\$55.101,98 correspondente a 78,72% da dotação orçamentária prevista, contudo, com execução de 100% da meta física estabelecida.

No comparativo entre as safras 2009/10 e 2010/2011, referente ao estado da Bahia, observou-se um aumento de 6,4% na área cultivada e de 12,0% na produção. Já no estado de Sergipe, o aumento da área plantada foi de 15,4% e o da produção de 25,6%.

As perspectivas para a safra 2011/2012, indicam um aumento 2,5% na área plantada, e uma redução de 3% na produção, para estado da Bahia.

Para o estado de Sergipe, estima-se que não haverá alteração de área cultivada, para a safra 2011/2012, no entanto as estimativas apontam para uma redução de 6,8% da produção de grãos.

Nos quadros abaixo, encontram-se os demonstrativos das áreas plantadas e das produções agrícolas dos estados da Bahia e Sergipe, referentes às safras 2010/2011 e 2011/2012.

**Quadro CV: Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola –
Safra 2009/10 e 2010/11 - Bahia**

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	260,8	405,3	55,41	145	610,3	978,0	60,25	368
Amendoim total	7,8	7,8	0,00	0	8,1	6,2	-23,46	-2
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra	7,8	7,8	0,00	0	8,1	6,2	-23,46	-2
Arroz	13,1	16,8	28,24	4	23,9	30,2	26,36	6
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	612,0	563,1	-7,99	-49	390,4	262,9	-32,66	-128
Feijão 1ª safra	284,4	252,5	-11,22	-32	140,8	184,3	30,89	44
Feijão 2ª safra								
Feijão 3ª safra	327,6	310,6	-5,19	-17	249,6	78,6	-68,51	-171
Girassol								
Mamona	105,1	140,8	33,97	36	76,8	99,0	28,91	22
Milho total	779,9	789,9	1,28	10	2.227,1	2.277,4	2,26	50
Milho 1ª safra	451,9	425,0	-5,95	-27	1.619,6	1.901,9	17,43	282
Milho 2ª safra	328,0	364,9	11,25	37	607,5	375,5	-38,19	-232
Soja	1.016,5	1.043,9	2,70	27	3.110,5	3.507,5	12,76	397
Sorgo	95,0	107,2	12,84	12	106,6	179,5	68,39	73
Trigo								
Triticale								
Total BA	2.890,2	3.074,8	6,4	184,6	6.553,7	7.340,7	12,0	787,0

**Quadro CVI: Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola –
Safr 2009/10 e 2010/11 - Sergipe**

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão								
Amendoim total	1,6	1,6	0,0	0,0	1,9	1,9	0,0	0,0
Amendoim 1ª safr								
Amendoim 2ª safr	1,6	1,6	0,0	0,0	1,9	1,9	0,0	0,0
Arroz	11,6	8,7	-25,0	-2,9	58,6	56,6	-3,4	-2,0
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	42,6	36,7	-13,8	-5,9	27,1	31,1	14,8	4,0
Feijão 1ª safr								
Feijão 2ª safr								
Feijão 3ª safr	42,6	36,7	-13,8	-5,9	27,1	31,1	14,8	4,0
Girassol								
Mamona								
Milho total	176,8	221,4	25,2	44,6	722,8	928,1	28,4	205,3
Milho 1ª safr	176,8	221,4	25,2	44,6	722,8	928,1	28,4	205,3
Milho 2ª safr								
Soja								
Sorgo								
Trigo								
Triticale								
Total SE	232,6	268,4	15,4	35,8	810,4	1.017,7	25,6	207,3

**Quadro CVII: Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola –
Safr 2010/11 e 2011/12 - Bahia**

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	405,3	415,4	2,49	10	978,0	983,4	0,55	5
Amendoim total	7,8	7,8	0,00	0	6,2	8,2	32,26	2
Amendoim 1ª safr								
Amendoim 2ª safr	7,8	7,8	0,00	0	6,2	8,2	32,26	2
Arroz	16,8	16,8	0,00	0	30,2	30,2	0,00	0
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	563,1	568,2	0,91	5	262,9	327,9	24,72	65
Feijão 1ª safr	252,5	257,6	2,02	5	184,3	119,8	-35,00	-65
Feijão 2ª safr								
Feijão 3ª safr	310,6	310,6	0,00	0	78,6	208,1	164,76	130
Girassol	0,0	0,1			0,0	0,1		
Mamona	140,8	135,2	-3,98	-6	99,0	91,9	-7,17	-7
Milho total	789,9	789,9	0,00	0	2.277,4	2.232,2	-1,98	-45
Milho 1ª safr	425,0	425,0	0,00	0	1.901,9	1.721,3	-9,50	-181
Milho 2ª safr	364,9	364,9	0,00	0	375,5	510,9	36,06	135
Soja	1.043,9	1.110,7	6,40	67	3.507,5	3.332,1	-5,00	-175
Sorgo	107,2	107,2	0,00	0	179,5	117,9	-34,32	-62
Trigo								
Triticale								
Total BA	3.074,8	3.151,3	2,5	76,5	7.340,7	7.123,9	(3,0)	(216,8)

**Quadro CVIII: Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola –
Safr 2010/11 e 2011/12 - Sergipe**

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão								
Amendoim total	1,6	1,6	0,0	0,0	1,9	1,9	0,0	0,0
Amendoim 1ª safr								
Amendoim 2ª safr	1,6	1,6	0,0	0,0	1,9	1,9	0,0	0,0
Arroz	8,7	8,7	0,0	0,0	56,6	50,3	-11,1	-6,3
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	36,7	36,7	0,0	0,0	31,1	22,0	-29,3	-9,1
Feijão 1ª safr								
Feijão 2ª safr								
Feijão 3ª safr	36,7	36,7	0,0	0,0	31,1	22,0	-29,3	-9,1
Girassol								
Mamona								
Milho total	221,4	221,4	0,0	0,0	928,1	874,5	-5,8	-53,6
Milho 1ª safr	221,4	221,4	0,0	0,0	928,1	874,5	-5,8	-53,6
Milho 2ª safr								
Soja								
Sorgo								
Trigo								
Triticale								
Total SE	268,4	268,4	0,0	0,0	1.017,7	948,7	-6,8	-69,0

As avaliações de safras em campo são realizadas em veículos locados, tendo como despesas nesta Ação: diárias, combustível e serviços de terceiros com pessoa jurídica, conforme quadro abaixo:

Quadro CIX: Elementos de Despesas com Avaliações de Safras

ANO	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Desp c/ Locomoção	Outro Servs Terceiros – Pes Jurídica	
2009	16.527,01	7.499,40	5.203,28	7,70	29.237,39
2010	29.721,00	11.913,94	12.146,46	4,20	53.785,60
2011	24.702,00	12.933,18	17.436,80	30,00	55.101,98
Total	70.950,01	32.346,52	34.786,54	41,90	138.124,97

Fonte: Supor/Suinf/Siafi

11.1.13.1. - (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Fortalecer o comércio varejista de pequeno porte, que opera com a linha básica de consumo em áreas carentes, visando sua qualificação e sustentabilidade, com a perspectiva de favorecer às comunidades circunvizinhas produtos de qualidade e a preços compatíveis.
- **Descrição:** Indução de processos que inibam a concentração de mercado do segmento varejista de produtos básicos de consumo, situação bastante visível em vista das sucessivas incorporações de empresas realizadas pelas grandes redes supermercadistas, assegurando às comunidades carentes acesso a canais regulares e eficientes de suprimento de produtos básicos, garantindo produtos de qualidade e a preços compatíveis. Fortalecimento do pequeno comércio de bairro de qualificação comercial e sustentabilidade econômica com uma ação prática e eficiente para contrapor às iniciativas de monopolização do mercado. Repasse das orientações necessárias à

adequação e melhoria dos estabelecimentos comerciais, por meio de sistemático apoio técnico-operacional, e difusão da ideia do associativismo, culminando com a união de grupos de unidades varejistas em Centrais de Negócios. A promoção de melhorias nas unidades varejistas assegura vantagens competitivas para seus clientes e fortalece as economias locais.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** José Antônio da Costa
- **Responsável Regional:** GEOPE
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Abastecimento Social – SUPAB e Gerência de Parcerias Institucionais – GEPRI

Quadro CX: Demonstrativo da Execução da Ação 4710 – Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Controle: SIAFI – PTRES 001.700 – Programa de Trabalho 20.692.0352.4710.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-BA	
Dotação Orçamentária	200.000,00	15.000,00	7,50
Execução Orçamentária	128.741,18	11.945,44	9,28
Índice	64,37	79,64	-
Meta Física – unidade organizada	1000	136	13,60
Execução Física	152	3	1,97
Índice	15	2,21	-

Fonte: Supor e Siafi

No exercício de 2011, a Sureg/Ba/Se executou 79,64% da dotação orçamentária referente à Organização dos Micro e Pequenos Varejistas, e 2.21% da meta física estipulada. Dentre os produtos comercializados, temos o açúcar, o arroz beneficiado e o leite em pó, conforme quadro abaixo:

Quadro CXI: Produtos Comercializados na REFAP

Produto	Ano									
	2009		2010				2011			
	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
Açúcar	92,0	93.876,80	53,8	67.350,80	169	40.784	53,8	76.919,70	102	40.875
Arroz beneficiado	-	-	11,1	11.911,50			29,2	25.782,00		
Leite empó	-	-	15,0	82.500,00			9,1	65.930,00		
Total	92,0	93.876,80	79,9	161.762,30	169	40.784	92,1	168.631,70	102	40.875

Fonte: Supab/Gevap

Quadro CXII: Elementos de Despesas com a REFAP

Ano	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	Total
				P. Física	P. Jurídica			
2007	-	-	-	0,00	-	-	-	0,0
2008	225,00	257,09	-	0,00	-	-	-	482,0
2009	1.012,50	-	1.194,84	-	-	-	-	2.207,3
2010	4.763,50	777,33	5.813,15	-	-	-	-	11.353,9
2011	3.712,50	-	8.232,94	-	-	-	-	11.945,4

Fonte: Siafi

11.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar

a) A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ.

Os RPs são pagos em seus vencimentos. A liberação dos recursos financeiros pela MATRIZ se dá de acordo com as demandas efetuadas pelas Regionais por meio de programações financeiras.

b) Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de 2011, decorrentes do pagamento de RP nesse exercício.

Considerando que as despesas foram registradas no ano de emissão de empenho e os recursos financeiros pertinentes foram devidamente assegurados, os pagamentos de RPs no exercício de 2011 não produziram impacto na gestão financeira da UJ.

c) As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro.

Quadro CXIII: Restos Pagar a Pendentes

RP PROCESSADOS A PAGAR - NE							
UG	NR.NE	2006	2007	2008	2009	2010	FAVORECIDO
135103	2006NE000118	8.157,19					Giro Construtora LTDA
135101	2008NE001927			1.970,79			Hospital da Bahia S/A
	2008NE001928			1.626,11			Hospital da Bahia S/A
	2008NE002208			895,10			Hospital da Bahia S/A
	2008NE002762			223,08			Hospital da Bahia S/A
	2008NE003061			209,00			Hospital da Bahia S/A
135101	2009NE000114				165,55		Hospital da Bahia S/A
	2009NE000285				1.235,34		Hospital da Bahia S/A

	2009NE0004 43				162,08		Hospital da Bahia S/A
	2009NE0005 71				39,28		Hospital da Bahia S/A
	2009NE0006 53				144,60		Hospital da Bahia S/A
TOTAIS		8.157,19	0,00	4.924,08	1.746,85	0,00	

A permanência de **RP Processado** há mais de um exercício financeiro deu-se pelo seguinte motivos:

✓ **Empenhos da empresa Giro Construtora:** A Construtora não cumpriu com os prazos contratuais de entrega de obra e o valor apurado da multa foi superior ao do saldo restante para pagamento, estando, portanto, o crédito sobrestado até a conclusão da ação de cobrança judicial n.º 6949.88.2008.4.01.3300, ajuizada pela Conab. Assim sendo, tal valor refere-se a sobrestamento para ser abatido do débito da Construtora Giro para com a Conab.

✓ **Empenhos do Hospital da Bahia:** Refere-se a sobrestamento para propositura de Ação de Consignação, objetivando identificar o legítimo destinatário do pagamento, tendo em vista que a Conab recebeu notificações extrajudiciais do Banco Cédula, por ter o Hospital da Bahia dado seus títulos como garantia de caução decorrente de financiamento de crédito à referida instituição financeira.

d) A existência, se houver, de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2009, sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.

e) demais informações

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes 1-Pessoal e Encargos Sociais	Despesas Correntes 3 – Outras Despesas Correntes	Despesas de Capital 4 – Investimentos		Despesas de Capital 5 – Inversões Financeiras	Total
Movimentação Interna	Recebido	135100	135101	08.605.1049.2802.0001	0,00	1.000,00	0,00		0,00	1.000,00
		135100	135101	20.122.0350.2272.0001	0,00	1.503,60	0,00		0,00	1.503,60
		135100	135101	20.122.0352.2272.0001	3.351.955,28	0,00	0,00		0,00	3.351.955,28
		135100	135101	20.122.0352.2272.0001	0,00	2.641.188,41	19.610,61		0,00	2.660.799,02
		135100	135101	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	4.577,91		0,00	4.577,91
		135100	135101	20.122.1492.2272.0001	0,00	9.123,28	0,00		0,00	9.123,28
		135100	135101	20.125.0352.2137.0001	0,00	73.490,41	0,00		0,00	73.490,41
		135100	135101	20.128.0360.4572.0001	0,00	7.137,43	0,00		0,00	7.137,43
		135100	135101	20.301.0352.2004.0001	0,00	971.988,61	0,00		0,00	971.988,61
		135100	135101	20.301.0352.20CW.0001	0,00	69.748,60	0,00		0,00	69.748,60
		135100	135101	203060352.2012.0001	0,00	837.481,00	0,00		0,00	837.481,00
		135100	135101	20.331.0352.2011.0001	0,00	45.725,50	0,00		0,00	45.725,50
		135100	135101	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	4.295.609,58		4.295.609,58
		135100	135101	20.605.0360.4711.0001	0,00	56.304,70	0,00		0,00	56.304,70
		135100	135101	20.692.0352.4710.0001	0,00	13.088,79	0,00		0,00	13.088,79
		135100	135101	28.846.0901.0022.0001	643.717,29	0,00	0,00		0,00	643.717,29
		135100	135103	20.122.0352.2272.0001	0,00	-717,92	0,00		0,00	-717,92
		135100	135103	20.122.0352.2829.0001	0,00	14.876,44	0,00		0,00	14.876,44
		135100	135112	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-30.468,54		-30.468,54
		135100	135416	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	1.492,88		0,00	1.492,88
		135100	135416	20.122.0352.2272.0001	0,00	-2,67	0,00		0,00	-2,67
		135100	135114	20.122.0352.2272.0001	0,00	-1.723,78	0,00		0,00	-1.723,78
		135100	135114	20.122.0352.2829.0001	0,00	6.783,00	0,00		0,00	6.783,00
		135100	135558	08.306.1049.2798.0001	0,00	229.707,81	0,00		0,00	229.707,81
		135100	135558	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	197.802,00		197.802,00
		135100	135565	20.122.0352.2829.0001	0,00	12.400,00	0,00		0,00	12.400,00
		135100	135585	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	-283,00		0,00	-283,00
		135347	135101	08.244.1049.2792.0001	0,00	6.905.508,64	0,00		0,00	6.905.508,64
		135347	135101	08.605.1049.2802.0001	0,00	2.034.170,76	0,00		0,00	2.034.170,76
		135347	135101	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	4.964.924,00		4.964.924,00
		135347	135101	08.306.1049.2798.0001	0,00	36.813.385,21	0,00		0,00	36.813.385,21
		135347	135101	06.182.1029.22BO.0101	0,00	691,20	0,00		0,00	691,20
		135347	135113	08.244.1049.2792.0001	0,00	-883,08	0,00		0,00	-883,08
		135347	135558	08.244.1049.2792.0001	0,00	-0,48	0,00		0,00	-0,48
	Enviado	135101	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	24.972,06	0,00		0,00	24.972,06
		135101	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	39.965,77	0,00		0,00	39.965,77
		135101	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	12.905,84	0,00		0,00	12.905,84
		135101	135100	20.122.0350.2272.0001	0,00	800,95	0,00		0,00	800,95
		135101	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	77.890,11	4.558,00		0,00	82.448,11
		135101	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	4.972,96	0,00		0,00	4.972,96
		135101	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	400,00	0,00		0,00	400,00
		135101	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	89,14	0,00		0,00	89,14
		135101	135100	203060352.2012.0001	0,00	7.192,89	0,00		0,00	7.192,89
		135101	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	4.047,00	0,00		0,00	4.047,00
		135101	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	4.199,75		4.199,75
		135101	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	1.202,72	0,00		0,00	1.202,72
		135101	135100	20.692.0352.4710.0001	0,00	1.143,35	0,00		0,00	1.143,35
		135101	135100	21.605.0351.2B81.0001	0,00	1.002.560,50	0,00		0,00	1.002.560,50
		135101	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	8.000,00	0,00		0,00	8.000,00
		135101	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	17.208,17	0,00		0,00	17.208,17
		135103	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	234,70	0,00		0,00	234,70
		135103	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	14.876,44	0,00		0,00	14.876,44
		135113	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.564,78	0,00		0,00	1.564,78
		135114	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	132,00	0,00		0,00	132,00
		135114	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	2.778,08	0,00		0,00	2.778,08
		135558	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.517,99	0,00		0,00	1.517,99
		135558	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	522.236,31	0,00		0,00	522.236,31
		135558	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	22.833,33	0,00		0,00	22.833,33
		135558	135100	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	288.970,60		288.970,60
		135558	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	183.300,82	0,00		0,00	183.300,82
		135558	135347	08.306.1049.2798.0001	0,00	100,00	0,00		0,00	100,00
		135564	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	699,85	0,00		0,00	699,85
		135565	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	15,53	0,00		0,00	15,53
		135565	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	12.400,00	0,00		0,00	12.400,00
		135416	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	1.492,88		0,00	1.492,88
		135572	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	0,02	0,00		0,00	0,02
		135572	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	2.959,52	0,00		0,00	2.959,52
		135572	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	208.148,70	0,00		0,00	208.148,70
		135572	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	1,04	0,00		0,00	1,04
		135572	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	26.479,98	0,00		0,00	26.479,98

Fonte: Siafi

A unidade orçamentária da Conab se encontra centralizada na UG Sede (135100), destacando-se no quadro acima apenas as movimentações orçamentárias entre a referida UG e as UGs jurisdicionadas no âmbito dos estados da Bahia e Sergipe, no exercício de 2011.

Com relação a **movimentação externa**, não houve execução no âmbito da Regional Bahia.

**QUADRO CXIV: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS
RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	371,28	0,00	371,28	0,00
Tomada de Preços	0,00	576,00	0,00	576,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	12.374.688,26	8.635.565,57	12.374.688,26	8.635.565,57
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	31.096.933,07	33.953.564,83	31.096.933,07	33.953.564,83
Inexigibilidade	818.325,82	1.102.146,07	818.325,82	1.102.146,07
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	18.967,54	21.838,71	18.967,54	21.838,71
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	54.927.580,58	37.023.290,16	54.867.136,54	20.067.403,48
Diárias	317.257,86	209.678,00	317.257,86	209.678,00
Não se Aplica	682.310,32	440.712,77	682.310,32	440.712,77

FONTE: SIAFI

Quadro CXV: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesa de Pessoal	3.398.172,62	3.936.185,45	3.398.172,62	3.936.185,45	0,00	0,00	3.124.464,31	3.678.023,05
Outros Benefícios Assistenciais	3.718,00	7.437,00	3.718,00	7.437,00	0,00	0,00	0,00	7.437,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	494.597,24	551.228,66	494.597,24	551.228,66	0,00	0,00	454.157,71	508.887,68
Obrigações Patronais	2.415.407,93	2.708.279,78	2.415.407,93	2.708.279,78	0,00	0,00	2.185.857,15	2.492.458,36
Depósitos Compulsórios	258.179,91	643.717,29	258.179,91	643.717,29	0,00	0,00	258.179,91	643.717,29
Sentenças Judiciais	202.483,17	0,00	202.483,17	0,00	0,00	0,00	202.483,17	0,00
Indenizações e Restituições Trabalhistas	23.786,37	25.522,72	23.786,37	25.522,72	0,00	0,00	23.786,37	25.522,72
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	52.083.783,78	36.947.337,32	51.902.524,69	35.014.600,66	181.259,09	1.932.736,66	43.687.002,51	27.000.156,74
Diárias	634.515,72	419.356,00	634.515,72	419.356,00	0,00	0,00	634.515,72	414.092,00
Material de Consumo	313.558,89	0,00	284.790,08	0,00	28.748,81	0,00	266.759,35	0,00
Material de Distribuição Gratuita	46.656.440,67	30.055.440,24	46.562.700,57	29.130.658,29	93.740,10	924.781,95	38.647.662,99	21.350.557,95
Passagens e Despesas com Locomoção	92.826,67	94.174,66	90.746,67	94.215,21	2.080,00	-40,55	88.577,72	94.215,21
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	38.938,78	36.134,97	38.938,78	35.389,97	0,00	745,00	37.129,07	33.565,78
Locação de Mão-de-Obra	839.008,18	913.296,17	839.008,18	839.501,68	0,00	73.794,49	775.662,19	795.092,83
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.073.645,73	5.219.797,22	3.018.893,82	4.286.971,97	54.771,91	932.825,25	2.803.870,04	4.105.007,27
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	432.132,96	206.922,65	430.214,69	206.292,13	1.918,27	630,52	430.109,25	205.410,29
Indenizações e Restituições	2.716,18	2.215,41	2.716,18	2.215,41	0,00	0,00	2.716,18	2.215,41
4 – Investimentos	74.746,99	19.347,52	10.668,37	15.052,61	64.078,62	4.294,91	10.668,37	15.052,61
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	74.746,99	19.347,52	10.668,37	15.052,61	64.078,62	4.294,91	10.668,37	15.052,61
5 – Inversões Financeira	9.263.761,54	7.609.029,19	8.794.276,34	7.436.116,68	469.485,20	172.912,51	7.911.644,67	6.028.326,68
Aquisição de Produtos para Revenda	9.263.761,54	7.609.029,19	8.794.276,34	7.436.116,68	469.485,20	172.912,51	7.911.644,67	6.028.326,68
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	64.820.464,93	48.511.899,48	64.105.642,02	46.401.955,40	714.822,91	2.109.944,08	54.733.779,86	36.721.559,08

Fonte: Siafi

A programação orçamentária da Conab é realizada de forma centralizada pela Matriz, em Brasília, e a execução é efetuada na Matriz e nas Superintendências Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/financeiras quando da realização das diversas ações.

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a maior, de 15,83%, decorrente do reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença prêmio e outras variações.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$36.737.659,32, com redução de 29,03% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência da menor aplicação de recursos na aquisição de produtos para distribuição gratuita, que passaram de R\$46.656.440,67, em 2010, para R\$30.055.440,24, em 2011, e, também devido ao contingenciamento de 28% nas despesas correntes, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de

29/03/2011.

O Grupo 4 – Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de aproximadamente 74,12% nas despesas empenhadas, devido a não realização de investimentos nas unidades armazenadoras.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram redução de 17,86%, caindo de R\$9.263.761,54 para R\$7.609.029,19. Em 2011 destacaram-se as despesas realizadas com o pagamento de armazenagem de sisal em unidades de terceiros, cuja participação no Grupo foi de 54,14%, e as aquisições e produtos de agricultores familiares, com participação de 45,02% no total dos empenhos emitidos.

11.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Período

As transferências são recebidas pela Matriz (UG 135100) e executadas pelas Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/financeiras.

11.4 – Transferências mediante convênios

As transferências são recebidas pela Matriz (UG 135100) e executadas pelas Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/financeiras.

11.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76

BALANÇO PATRIMONIAL Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.735.555.770,99	5.212.315.145,43
DISPONÍVEL	1.060.620,29	972.426,41
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.049.032.903,78	702.486.519,56
CRÉDITOS A RECEBER	751.495.446,69	578.264.288,00
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	292.645.279,10	119.415.257,35
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00

Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.892.177,99	4.806.974,21
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.685.418.718,01	4.508.832.121,49
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.528,91	24.077,97
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.912.136,02	567.647.970,33
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	317.083.667,52	307.205.272,55
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	131.473.814,53	120.748.569,96
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	185.609.852,99	186.456.702,59
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	80.222.308,20	80.262.840,30
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	176.527.368,99	180.147.857,48
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	78.791,31	32.000,00
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.952.025.232,72	5.446.379.747,49
DEPÓSITOS	117.196.011,03	30.625.802,58
CONSIGNAÇÕES	2.085.251,58	1.858.851,68
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	17.168.338,92	17.077.860,98
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	97.942.420,53	11.689.089,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.834.829.221,69	5.415.753.944,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	177.842.494,99	59.009.233,29
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	242.630.604,68	243.404.292,41
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	617.049.103,45	549.222.334,34
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.606.203,92	15.754.080,72
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	3.899,48	2.652,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.958,52	18.968,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	18.228.235,37	15.360.005,51
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	18.158.815,37	15.290.585,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.158.815,37	15.290.585,51
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	339.214.438,92	318.223.362,76
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	92.323.612,21	50.501.495,63
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	23.710.327,86	44.541.368,28
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50

Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(16.445.192,33)	(68.690.715,84)
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.697.751,30	(50.444.149,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.134.264,83)	(20.878.361,53)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.475.292,59)	3.036.040,38
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	88.193,88	(68.286.470,49)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	88.193,88	(68.286.470,49)
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DISCRIMINAÇÃO	CAPIT AL REALI ZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCRO S ACUM ULADO S	PATRI MÔNIO LÍQUIDO
		CORR EÇÃO MONE T.D CAPIT	TRANS F. P/AUM ENTO DE	OUTR AS RESE RVAS DE	RESE RVA LEGA L	RESER VAS DE RETEN ÇÃO DO		

		AL	CAPIT AL	CAPIT AL		LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	223.180. 498,85	25.373. 084,13	443.496 ,71	728.13 8,20	11.872. 793,86	11.570.4 55,95	29.159.7 53,94	302.328 .221,64
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORE S							8.063.85 7,72	8.063.8 57,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.5 35,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.7 56,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.52 6,78		(513.526 ,78)	513.526 ,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.2 52,21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180. 498,85	25.373. 084,13	443.496 ,71	728.13 8,20	12.386 .320,6 4	11.570.4 55,95	44.541.3 68,28	318.223 .362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.5 67,95	(40.246. 567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.0 40,38)	(3.036.0 40,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.9 72,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451. 567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575. 548,63		(1.575.5 48,63)	1.575.5 48,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.8 55,97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180. 498,85	25.373. 084,13	443.496 ,71	728.13 8,20	13.961 .869,2 7	51.817.0 23,90	23.710.3 27,86	339.214 .438,92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**Exercício findo em 31 de dezembro de 2011**

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1.RECEITAS	1.520.987.917,36	244,72	394.013.198,77	78,22
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.412.640.897,96	227,29	412.356.496,76	81,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	108.347.019,40	17,43	(18.343.297,99)	-3,64
4.RETENÇÕES	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	91.296.982,35	14,69	(33.550.651,02)	-6,66
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	35.142.943,63	5,65	18.246.566,50	3,62
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	31.510.972,51	5,07	10.270.535,61	2,04
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - Lucros Retidos	22.451.567,91	3,61	7.317.756,62	1,45

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

José Carlos de Andrade

Superintendência de Contabilidade

Superintendente

Contador CRC DF 005969/0-5

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA 4

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui

investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

NOTA 5

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício
-----------	-----------

	2011	2010
ICMS a Compensar	241.699	285.410
IRRF a Compensar	36	33
Contribuições Outros Impostos	105	93
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840	285.536

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6

LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7

RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

NOTA 8

DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9

CONTAS A RECEBER

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Aliações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de

armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	197.502	176.675

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784

NOTA 10

DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das joias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31

Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total – Circulante	292.646	119.415

10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total – Não Circulante	18.010	15.348

NOTA 11

RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

NOTA 12

BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
Total	3.685.419	4.508.832

12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

NOTA 13	ENDIVIDAMENTO
----------------	----------------------

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

NOTA 14	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS
----------------	--------------------------------------

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

NOTA 15	CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES
----------------	--

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

†**Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

†**Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

†**Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003

Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	422.825	106.211	579.507	139.609

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

†**Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

†**Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

†**Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	342.333	317.523	351.646	369.167

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

Trabalhista: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Tributária: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56

Total	422.826	311.635	579.870	793.009
--------------	----------------	----------------	----------------	----------------

NOTA 16

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

NOTA 17

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

17.3 Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

17.4 Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

NOTA 18

DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

NOTA 19

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

19.1 Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de

falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

NOTA 20

REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2011	2010
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29

Em R\$ mil

Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31

Salários Médios	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Dirigentes	23.884,29	23.884,29	
Empregados	2.642,62	2.559,69	

NOTA 21

CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Descrição	Exercícios		Em R\$ mil
	2011	2010	
Repasse – Recursos Próprios	2.420	3.058	
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521	
Total de Repasses	3.218	3.579	

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

11.6 – Composição dos Investimentos da Empresa

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2011				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		-	-	-

Fonte: Sucon

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253,224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CICAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667,252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. -	1.723.142,393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774,835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571,80	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	838.265,17	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	0,00
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	11.580.527,29	11.580.527,29	11.575.984,63

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da Conab são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da Conab, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei n.º 9.491, de 09/09/1997 e Decreto n.º 1.068, de 02/03/1994.

Encontra-se mensurada a PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS, no total de R\$8.056.461,73, assim discriminados:

CNPJ	Investida		31/12/2011 (R\$)
01556240000130	Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	6.480.083,63
02534914000168	CAGEPE	2.000.000	96.486,58
04043493000106	Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	739.574,91
049334460000120	Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	7.260,99
050226330000114	COPEMA	367.252,99	541.998,85
16260788000105	Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	1395,27
28137800000178	CASES	334.774.835	180.016,28
28167955000157	Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	394,02
83807586000128	CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	9.251,20
TOTAL			8.056.461,73

Fonte: Sucon

11.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029m de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro: “Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”.

No fim do exercício de 2011, a Conab mantinha 6 imóveis locados de terceiros, a saber

Quadro CXVI: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício de 2011	Exercício de 2010
Brasil	Bahia	1	1
	Salvador	1	1
	Amapá	1	1
	Macapá	1	1
	Maranhão	2	2
	São Luís	2	2
	Minas Gerais	1	1
	Belo Horizonte	1	1
	Mato Grosso do Sul	1	1
	Campo Grande	1	1
	Mato Grosso	1	1
	Cuiabá	1	1
	Tocantins	1	1
	Palmas	1	1
Total		8	8

Fonte: Supad/Gepas

Obs.: A Conab não possui imóveis no exterior

Fonte: Supad/Gepas

Quadro CXVII: Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG		RIP	Regi me	Estado de Conserv ação	Valor do Imóvel			Despesas com Manutenção no Exercício	
					Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor da Reavali ação	Imó vel	Instala ções
1351 01	Sureg/BA/SE	3573.00080 .000-0	11	6	-	-	-	-	-
Total Geral					-				

Fonte: Gefad

Localização Geográfica	Quantidde de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício de 2011	Exercício de 2010	
Bahia	8	8	
Salvador	1	1	Alienado à empresa Bellintane Empreendimentos Ltda, por R\$ 3.702.050,00, aguardando a escrituração para baixa contábil
Entre Rios	1	1	UA em uso pela Conab
Ribeira do Pombal	1	1	UA em uso pela Conab
Itaberaba	1	1	UA em uso pela Conab
Santa Maria da Vitória	1	1	UA em uso pela Conab
Irecê	1	1	UA em uso pela Conab
Teixeira de Freitas	1	1	Amazém desativado, sob vigilância
Ilhéus	1	1	Em processo de devolução à SPU - Secretaria do Patrimônio da União
Sergipe	3	3	
Itabaiana	2	2	Uma UA localizada à Av. Walter Franco em uso pela Conab; um galpão localizado à Rua Coronel Sebrão cedido à Prefeitura de Itabaiana/SE pelo prazo de 10 (dez) anos de 21/11/2005 a 20/11/2015
Nossa Senhora da Glória	1	1	Firmado contrato de Cessão com opção de compra e venda, com o Município de Nossa Senhora da Gloria/SE, pelo prazo de 20(vinte) anos a partir de 09/12/2005, data da assinatura do contrato, com termino em 08/12/2025.
Total	11	11	

Fonte: Sistemas de Informações Gerenciais de Imóveis

11.8. Parecer de Auditoria Independente

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas membro presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

MOORE STEPHENS

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, consequentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

MOORE STEPHENS

orientação estratégica da Companhia, à administração de bens móveis quanto à alienação, aquisição e gestão de unidades armazenadoras, à defesa do patrimônio público perante a justiça federal, a execução de programas e ações finalísticas, em especial quanto à aplicação dos instrumentos de subvenção econômica destinados ao pagamento de prêmio para o escoamento de produtos agrícolas para outras regiões, no sentido de garantir o abastecimento interno e o preço mínimo. Foram, também, identificadas fragilidades na operacionalização e nos procedimentos de pagamento de frete para remoção de estoques públicos.

Auditoria do exercício anterior

11- Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de abril de 2011.

Brasília, 14 de maio de 2012.



Moore Stephens Vector Auditores S/S

CRC-DF 000896/O-1

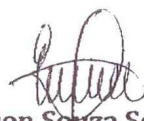
CVM n.º 12.327



Fabson Vogel

Contador CRC-DF 012038/O-0

Sócio



Edson Souza Sobrinho

Contador CRC-DF 010198/O-4

Sócio

12 – Governança e Controles

12.1 – Informações sobre o Controle Interno

Quadro 118 – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16.	Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e				X	

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.						
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25.	A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26.	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento		1	2	3	4	5
28.	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29.	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30.	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:						
LEGENDA						
Níveis de Avaliação:						
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.						
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.						
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.						
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

12.2. Providências Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo

Não houve ocorrência no período.

12.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

Relatório de Auditoria

11/2011 - (ACG) - SUREG BA/BA - - Total de Recomendações: 215 - Solucionadas: 155 - Baixadas: 6 - Pendentes: 54

Constatação

1058 - Optou-se pela utilização da técnica de entrevistas aleatórias com respostas abertas, como forma de coleta de dados e no sentido de obter evidências supervenientes quanto às disfunções consignadas no Parecer Técnico Sufis n.º 358/2010, de 6.8.2010, o qual foi utilizado como base do conhecimento de especialistas, como preceitua o item 12.2.3 – Aplicação dos Procedimentos de Auditoria da NBC TI 01, aprovada pela Resolução n.º 986/2003. As entrevistas foram realizadas: a) Com agricultores produtores rurais – nos municípios de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras; b) Com indústrias e avícolas arrematantes – nos municípios de Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Água Fria e Conceição do Jacuípe; e c) Com técnicos da Superintendência Regional da Bahia/Sergipe. **AGRICULTORES PRODUTORES RURAIS** Os trabalhos de entrevista com o segmento dos produtores rurais focaram-se na chamada “nova fronteira agrícola” da Bahia onde se concentram as produções de soja, milho, algodão e vários polos de fruticultura. A região é caracterizada pelo agronegócio, contando com fazendas de grande porte e produção altamente mecanizada. Em visitas efetuadas aos produtores, associações e cooperativas foram coletadas informações quanto ao Programa Prêmio de Escoamento do Produto – PEP, relativos aos acontecimentos nas safras 2009/10 e 2010/11. Constatou-se a resistência dos agricultores produtores em relatar os problemas objeto das denúncias de irregularidades na condução do PEP, para a safra 2009/10, uma vez que esses consideram os episódios de venda de produto abaixo do preço mínimo superados, tendo em vista que a safra 2010/11 teve preços compensadores para esses produtores. Com bastante insistência e garantia de anonimato, já que o presente trabalho busca avaliar a gestão dos instrumentos de subvenção, certificar a regularidade e efetividade das intervenções realizadas pela Companhia, sem formação de estoque por meio do PEP e, como o trabalho de fiscalização levado a cabo pela Sufis é, no nosso entendimento, suficiente para o embasamento dos possíveis desdobramentos para apenas aqueles envolvidos em desvios de finalidade ocorridos na execução do PEP na safra 2009/10, conseguiu-se os relatos como se segue: A safra 2009/10 apresentou problemas na qualidade do produto, notadamente pelo excesso de chuvas na região e a inexistência de secadores suficientes para atender a demanda, na época da colheita, fazendo com que o milho fosse entregue ao arrematante com até 20% de contaminação por fungos (ardido) o que o torna impróprio para consumo humano. Os agricultores produtores tiveram suas remessas de milho em grãos rejeitadas devido ao problema da qualidade, assim, para não ter o produto devolvido negociaram a entrega em quantidade superior à estabelecida no aviso, fazendo com isso que o preço real pago, pelo arrematante, ficasse em torno de R\$14,00 a saca. As dificuldades apresentadas pelos agricultores produtores e suas cooperativas, são relativas à logística de transporte: insuficiente e em diversas épocas do ano inexistentes (não há, na região, transportadores suficientes para atender a demanda, concatenada com o regulamento dos avisos, ou seja, transporte da safra de milho em grãos para as regiões de escoamento transformando-se no maior problema do agricultor produtor); logística de armazenamento: inexistência de armazéns com capacidade suficiente para acondicionamento da safra; fronteira agrícola: os agricultores produtores dizem estar no meio do nada (relativamente a cultura de milho já que as demais culturas não foram objeto deste trabalho) pois as indústrias e granjas do Estado e da Região Nordeste já compram nos Estados de Mato Grosso e Goiás, assim, o possível ganho pela proximidade da região produtora não se reflete na comercialização do milho em grãos pela falta das estruturas comentadas neste tópico. Os agricultores produtores de milho em grãos foram unânimes em afirmar que o Programa PEP, na forma que está sendo operacionalizado, não produz efetivo benefício, uma vez que independentemente do preço mínimo indicado para a venda, os adquirentes (indústrias, granjas, etc.) compram a preço de mercado, se este estiver abaixo do preço mínimo estipulado, obrigando-os a vender o milho em grãos, em muitos casos, com algum

prejuízo. Questionados quanto ao aceite dessas condições de comercialização, já que o programa PEP visa o atendimento primordialmente ao produtor, estes disseram que os adquirentes são sempre os mesmos, indústrias e granjas de grande porte, portanto, se não vendem para esses não venderão para mais ninguém e a produção seria perdida. Restou então o questionamento do porque plantar o milho, já que a região é grande produtora de soja (“commodity” com preço global), e obteve-se como resposta que o milho, utilizado como rotação de cultura com a soja, eleva a produtividade por hectare em até 15%, tendo em vista a adubação natural da palha remanescente da colheita do gênero.

INDÚSTRIAS E AVÍCOLAS ARREMATANTES Diferentemente do cenário apresentado pelos agricultores produtores, as indústrias e avícolas visitadas (dispersas pelos municípios de Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Feira de Santana, Água Fria e Conceição do Jacuípe) são muito favoráveis à continuidade do programa PEP, o qual possibilita a aquisição do milho em grãos a preços que permitem a competitividade com as indústrias e granjas, situadas na Região Sul e Sudeste, permitindo que o preço de venda dos produtos (frangos, cortes de frango, suínos e caprinos) tenham compatibilidade com aqueles oriundos das regiões de grande produção (Sul e Sudeste). Questionou-se, a diversos arrematantes, a aquisição do milho em grãos a preços inferiores ao estipulado nos avisos e DCO(s), e as respostas foram sempre, veementemente, negativas quanto a possibilidade dessa aquisição, porém, constatou-se, quando da análise da conformidade documental, relativa à comprovação das operações referentes aos DCO(s) n.º 00-280.0167-2, 00-280.0168-0, 00-280.0169-9 e 00-280.0179-2, notas fiscais com preço de aquisição de R\$14,00 a saca de 60 kg.

OPINIÃO DA EQUIPE DE AUDITORES QUANTO À EXECUÇÃO DO PROGRAMA PEP Baseados nas entrevistas aqui descritas e no parecer técnico Sufis n.º 358/2010, somos de opinião de que o programa PEP necessita de revisão e ajustes, quer seja nos requisitos para a sua operacionalização quer seja na avaliação do instrumento como política de garantia de preços mínimos, pois, como pode se asseverar, deduzido das entrevistas efetivadas com agricultores produtores, como nas indústrias e avícolas arrematantes, somente estes últimos estão se beneficiando integralmente com o Programa deixando de atender de forma efetiva (a garantia de preços mínimos ao produtor – garantindo tão somente a possibilidade de venda do produto) por conta da fraca pulverização de adquirentes de porte na Região de Escoamento.

Recomendação

1058.1 - Recomendamos à Dirab/Supab e a Dipai/Sufog a revisão do Programa de Prêmio de Escoamento de Produto – PEP, baseando-se para esse fim nas sugestões do parecer técnico Sufis n.º 358/2010, nas entrevistas e achados de auditoria registrados neste trabalho de auditoria, bem como de outras fontes, no sentido de assegurar a efetividade e a regularidade do instrumento como política de garantia de preços mínimos.

Tratamento das Recomendações

de maria.lopes em 21/10/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

Constatação

1059 - Os Avisos referem-se aos Leilões de PEP de milho em grãos, oriundos da Região Oeste do estado da Bahia, tendo como destino, as localidades previstas nos respectivos Avisos. O arrematante para fazer jus ao prêmio, deverá comprovar a aquisição e o escoamento do produto como estabelecido nos Avisos em comento. Os produtos vinculados à operação deverão estar depositados em Unidades Armazenadoras cadastradas junto à Conab. Na data da realização do leilão os participantes deverão estar devidamente cadastrados na Bolsa de Mercadorias, por meio

da qual pretendam realizar a operação e com situação regular nos sistemas: Sicaf, Sircoi e Cadin. A concretização da operação ocorrerá mediante a emissão do Documento Confirmatório da Operação – DCO, contendo todas as informações a ela pertinente. Descrevemos, a seguir, os achados de auditorias referentes aos processos n.ºs 21205.000343/2010-28, 21205.000344/2010-72, 21205.000288/2010-76 e 21205.000289/2010-11 de formalização e comprovação da operação, referentes aos Avisos PEP com as recomendações/sugestões pertinentes: 1 - Na documentação para formalização da operação, referente aos DCO(s) n.ºs 00-472.0015-4 e 00-451.0849-8, às folhas 383 a 395 e 1124 a 1136, do processo n.º 21205.000289/2010-11, constam as Notas Fiscais n.ºs 003408, 003410, 003422, 003423, 003424, 003425, 003426, 003427, 003432, 00535, 00536, 00534, 00537, 00538, 00539, 00540, 00541, 00542, 00543 e 00544, cuja data de emissão/saída é anterior à data do recibo de depósito (pagamento) ao produtor. Conforme determina o Aviso, a Nota Fiscal de Venda deverá ter data igual ou posterior à data do pagamento, que comprova a operação. 2 - Na documentação para formalização da operação, referentes aos DCO(s) n.º 00-521.4021-0, 00-521.4022-9, 00-280.0106-0 e 00-280.0108-7, constatou-se que os recibos de depósito bancários estão sem a identificação do arrematante, contrariando o item 8.2 do Aviso. A exemplo, citamos os recibos de depósitos que se encontram às folhas n.º(s) 2666, 2671, 2685 e 2697 (processo n.º 21205.000289/2010-11). 3 - Na documentação para formalização da operação, referente ao DCO n.º 00-660.8417-2, à folha 191 (processo n.º 21205.000289/2010-11), consta a Nota Fiscal n.º 001566 que está com a data de emissão de 23/02/90. 4 - Na documentação para comprovação da operação, referente ao DCO n.º 00-451.0898-6, à folha 689 (processo n.º 21205.000288/2010-76), consta a Nota Fiscal n.º 002635 que está com a data de emissão de 12/05/2009. 5 - Na documentação para comprovação da operação, referente ao DCO n.º 00-472.0207-6, às folhas 272, 290 e 292, (processo n.º 21205.000344/2010-72), constatou-se a duplicidade da Nota Fiscal n.º 00625 no rol das notas de comprovação da quantidade escoada. 6 - Na documentação para comprovação da operação, referente ao DCO n.º 00-472.0218-1, às folhas 542 a 548, (processo n.º 21205.000344/2010-72), constam as Notas Fiscais n.ºs 001309, 001310 e 001314 com data de emissão/saída anterior a comprovação do pagamento ao produtor. Constatou-se, ainda, que todas as Notas Fiscais de comprovação da operação, foram protocoladas na Superintendência Regional da Bahia em 5/8/2010, fora do prazo limite para comprovação da operação do Aviso que foi 30/7/2010. Não encontramos, no processo, comunicado com alteração da data limite de comprovação. 7 - Na documentação para comprovação da operação, referente aos DCO(s) n.ºs 00-280.0167-2, 00-280.0168-0, 00-280.0169-9 e 00-280.0179-2, às folhas 592 à 668, (processo n.º 21205.000344/2010-72), constatou-se que as notas fiscais de venda estão com os valores abaixo do preço mínimo determinado no Aviso. O valor discriminado nas notas fiscais é de R\$14,00 o saco de 60 kg e o preço mínimo estabelecido no Aviso é R\$ 19,02. Verificou-se também, que os comprovantes de pagamento ao produtor não estão individualizados por DCO conforme recomenda o Aviso.

Recomendação

1059.1 - Diante das constatações: Recomendamos à Sureg/BA informar as razões que levaram a aceitação das notas fiscais, relacionadas no item 1, em desacordo com o regulamento estabelecido no aviso.

Tratamento das Recomendações

de em 19/08/2011 como Pendente

Conforme planilhas encaminhadas através da CI SUREG BA/SE nº 4.773 de 19/08/11, pode ser observado, o que ocorreu foi uma troca dos comprovantes de depósitos no momento de anexar aos respectivos DCOs. Conforme constam do processo específico, foram vários depósitos de um mesmo valor para um só produtor Assim os depósitos do DOC 00-451.0849-8 foram anexados ao

DCO 00-451.0851-0; os depósitos do DCO 00-451.0851-0 foram anexados ao DCO 00-451.0854-4, enquanto os depósitos CO 00-451.0854-4 foram anexados os documentos do DCO 00-451.0849-8. Os DCOs abaixo tiveram seus depósitos anexados invertidos: DCO 00-472.0015-4 e DCO 00-472.0016-2.

de joao.filho em 26/08/2011 como Solucionado

Consoante resposta da Sureg/BA/SE e a documentação encaminhada a esta Audin, consideramos o questionamento esclarecido.

Recomendação:

1059.2 - Recomendamos à Sureg/BA informar à Audin o motivo da aceitação de cópia de nota fiscal para comprovação do escoamento do produto em duplicidade.

Tratamento das Recomendações:

de mario.silva em 19/08/2011 como Pendente

Sobre este item, informamos que na conferência do protocolo com as notas fiscais, verificamos que deixou de ser encaminhada a nota fiscal 0618 que tem mesmo peso e valor da nota fiscal 0625 que veio em duplicidade. Por nossa solicitação o arrematante encaminhou via fax cópia da nf 0618; estamos aguardando a original ou cópia autenticada para consignar ao processo específico, oportunidade em que encaminharemos cópia a essa AUDIN.

de joao.filho em 26/08/2011 como Solucionado

Consoante resposta da Sureg/BA/SE e a documentação encaminhada a esta Audin, consideramos o questionamento esclarecido.

Recomendação:

1059.3 - Recomendamos à Sureg/BA informar à Audin quanto ao recebimento de documentação extrapolando a data limite para esse fim.

Tratamento das Recomendações:

de em 19/08/2011 como Pendente

Ainda sobre este item, com relação ao DCO 00-472.0218-1, considerando que a formalização e comprovação ocorreu de forma errada haja vista que as notas fiscais 1309, 1310 e 1314 foram emitidas antes dos pagamentos, enviamos FAX/SUREG/BA/SE 4.749 a SUOPE/GEOPE sugerindo o cancelamento da operação e a solicitação de devolução do prêmio pago.

de mario.silva em 19/08/2011 como Pendente

Conforme pode ser comprovado através do protocolo que encaminhamos através da CI SUREG BA/SE nº 4.773 de 19/08/11, a documentação foi protocolada no dia 20/07/10. Quanto as datas constantes das notas fiscais citadas neste item do Relatório, estas (as datas) se referem a autenticação da documentação que ocorreu em 05/08/10, data da conferência da documentação, momento em que autenticamos as notas fiscais e devolvemos os originais ao arrematante através da CT/SUREG/BA/SE n.º 4.803 de 09/08/10.

de joao.filho em 26/08/2011 como Solucionado

Consoante resposta da Sureg/BA/SE e a documentação encaminhada a esta Audin, consideramos o questionamento esclarecido.